

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Informações contábeis intermediárias em  
30 de junho de 2024

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A

## Informações contábeis intermediárias

### Índice

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	1
BALANÇO PATRIMONIAL .....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO .....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE .....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO .....	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO .....	8

### Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS ..	11
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E ESTIMATIVAS CRÍTICAS.....	12
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	14
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	14
6	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES .....	15
7	VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS.....	16
8	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR .....	18
9	PARTES RELACIONADAS.....	18
10	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER .....	20
11	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO .....	22
12	INTANGÍVEL .....	22
13	ATIVOS DE CONTRATO .....	23
14	FORNECEDORES .....	24
15	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	25
16	DEBÊNTURES.....	26
17	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	28
18	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS .....	28
19	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS VINCULADOS.....	31
20	PIS/COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONSUMIDORES .....	37
21	OUTRAS CONTAS A PAGAR .....	39
22	PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	39
23	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA .....	42
24	CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS .....	43
25	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA.....	44
26	RESULTADO FINANCEIRO .....	45
27	BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO (ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA) .....	46
28	INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	46
29	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	50
30	COMPROMISSOS FUTUROS .....	51
31	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	51

## Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da  
**Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.**  
Goiânia - GO

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

### Responsabilidade da diretoria sobre as informações contábeis intermediárias

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## **Ênfase**

Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº 10 às informações contábeis intermediárias, que a Companhia mantém registrado na rubrica de outros créditos a receber “Créditos especiais - Funac”, no montante de R\$ 866.397 mil líquidos de provisão para perdas. Os referidos créditos são provenientes dos passivos contenciosos administrativos e judiciais da Companhia, relativos aos fatos geradores ocorridos até a venda do controle acionário da Companhia para a Eletrobras que foram assumidos pelo Estado de Goiás por meio da Lei Estadual 17.555/2012 e regulamentação definida pelo Decreto Estadual nº 7.732 de 28 de setembro de 2002. A diretoria da Companhia vem monitorando a expectativa de recebimento destes valores, bem como avaliando os eventuais impactos em suas informações contábeis intermediárias. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.


## **Outros assuntos**

### *Demonstração do valor adicionado*

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 14 de agosto de 2024.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC CE-001042/F



Carlos Santos Mota Filho  
Contador CRC PE-020728/O

## Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

### Balço patrimonial em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2024	31/12/2023		Notas	30/06/2024	31/12/2023
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	88.892	431.981	Fornecedores	14	1.315.205	1.500.687
Aplicações financeiras	5	1.939.584	830.815	Fornecedores - risco sacado	14.1	57.820	55.991
Contas a receber de clientes	6	1.862.334	1.900.114	Empréstimos e financiamentos	15	12.340	11.977
Serviços pedidos		146.256	126.315	Debêntures	16	297.168	360.244
Almoxarifado		26.092	24.322	Instrumentos financeiros derivativos	28.3	65	-
Impostos e contribuições a recuperar	8	731.550	969.072	Passivo de arrendamento		938	6.238
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		97.403	80.868	Impostos e contribuições a recolher	17	215.474	103.290
Outros créditos a receber	10	326.175	337.846	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		58.060	74.649
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>5.218.286</b>	<b>4.701.333</b>	Encargos setoriais		104.151	108.946
<b>Não circulante</b>				Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	7	528.254	146.117
Aplicações financeiras	5	26.353	27.846	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	204.708	728.972
Contas a receber de clientes	6	48.831	53.484	Contribuição de iluminação pública		53.008	52.484
Serviços pedidos		15.277	15.277	Benefício pós-emprego	27	2.591	2.485
Impostos e contribuições a recuperar	8	1.829.172	1.740.348	Outras contas a pagar	21	414.835	313.651
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	1.775.092	1.776.447	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>3.264.617</b>	<b>3.465.731</b>
Depósitos vinculados	19	173.725	162.106	<b>Não circulante</b>			
Outros créditos a receber	10	851.190	827.647	Fornecedores	14	116.024	174.037
Ativo financeiro da concessão	11	1.592.967	1.397.260	Empréstimos e financiamentos	15	31.769	37.966
Intangível	12	10.185.079	10.014.098	Debêntures	16	11.197.972	9.545.531
Ativos de contrato	13	1.692.683	1.589.097	Instrumentos financeiros derivativos	28.3	23.797	-
Direito de uso		3.554	6.702	Passivo de arrendamento		2.725	1.079
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>18.193.923</b>	<b>17.610.312</b>	Impostos e contribuições a recolher		2.983	3.446
				Encargos setoriais		83.938	64.817
				Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	7	231.954	431.761
				Provisão para riscos judiciais	19	2.082.138	2.048.712
				PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	1.804.127	1.795.557
				Benefício pós-emprego	27	161.598	159.084
				Outras contas a pagar	21	42.890	43.865
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>15.781.915</b>	<b>14.305.855</b>
				<b>Patrimônio Líquido</b>			
				Capital social	22.1	5.664.952	5.664.952
				Ajuste de avaliação patrimonial		14.020	37.601
				Reserva de reavaliação	22.2	42.170	44.166
				Reserva de capital		3.511.078	3.509.456
				Prejuízos acumulados		(4.866.543)	(4.716.116)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>4.365.677</b>	<b>4.540.059</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>23.412.209</b>	<b>22.311.645</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>23.412.209</b>	<b>22.311.645</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

## Demonstração do resultado

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

		01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
	Notas				
<b>Receita operacional líquida</b>	23	<b>2.507.183</b>	<b>4.826.927</b>	1.680.344	4.427.028
Energia elétrica comprada para revenda	25	<b>(1.159.276)</b>	<b>(2.261.061)</b>	(977.047)	(2.083.384)
Custo de construção		<b>(480.077)</b>	<b>(831.910)</b>	(245.618)	(1.147.752)
Custo da operação		<b>(331.963)</b>	<b>(666.693)</b>	(180.934)	(495.906)
Custos de energia elétrica, construção e operação	24	<b>(1.971.316)</b>	<b>(3.759.664)</b>	(1.403.599)	(3.727.042)
<b>Lucro bruto</b>		<b>535.867</b>	<b>1.067.263</b>	276.745	699.986
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas com vendas	24	<b>1.921</b>	<b>(24.825)</b>	(66.052)	(148.961)
Despesas gerais e administrativas	24	<b>(160.947)</b>	<b>(335.449)</b>	(385.596)	(515.917)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	24	<b>(1.447)</b>	<b>1.185</b>	133.818	123.506
Outras despesas operacionais, líquidas	24.1	<b>(94.229)</b>	<b>(124.939)</b>	(79.217)	(31.814)
<b>Total de despesas operacionais</b>		<b>(254.702)</b>	<b>(484.028)</b>	(397.047)	(573.186)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro</b>		<b>281.165</b>	<b>583.235</b>	(120.302)	126.800
Receitas financeiras	26	<b>128.019</b>	<b>173.660</b>	113.311	278.893
Despesas financeiras	26	<b>(490.382)</b>	<b>(915.448)</b>	(620.023)	(1.062.592)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(362.363)</b>	<b>(741.788)</b>	(506.712)	(783.699)
<b>Resultado antes dos impostos sobre lucro</b>		<b>(81.198)</b>	<b>(158.553)</b>	(627.014)	(656.899)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	<b>(56.830)</b>	<b>(56.830)</b>	19.380	(21.893)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	<b>44.416</b>	<b>62.960</b>	184.962	195.996
		<b>(12.414)</b>	<b>6.130</b>	204.342	174.103
<b>Prejuízo do período</b>		<b>(93.612)</b>	<b>(152.423)</b>	(422.672)	(482.796)
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$					
Ação ordinária		<b>(0,33071)</b>	<b>(0,5385)</b>	(1,4932)	(1,7056)
<b>Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do período (em milhares de ações)</b>		<b>283.067</b>	<b>283.067</b>	283.067	283.067

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

### Demonstração do resultado abrangente

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(93.612)</b>	<b>(152.423)</b>	(422.672)	(482.796)
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Resultados abrangentes ( <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa, líquido de tributos diferidos)	(23.581)	(23.581)	-	-
Realização da reserva de reavaliação, líquida de impostos	488	(1.996)	(3.050)	(6.284)
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	(23.093)	(25.577)	(3.050)	(6.284)
<b>Total resultados abrangentes</b>	<b>(116.705)</b>	<b>(178.000)</b>	(425.722)	(489.080)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

		<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Reserva de reavaliação</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>Notas</b>	5.664.952	3.507.653	55.918	35.769	(4.113.921)	5.150.371
<b>Resultado abrangente do período</b>							
Realização da reserva de reavaliação líquida de impostos		-	-	(6.284)	-	6.284	-
Valor justo das opções de compra - <i>vesting period</i>		-	433	-	-	-	433
Prejuízo do período		-	-	-	-	(482.796)	(482.796)
<b>Saldos em 30 de junho de 2023</b>		<u>5.664.952</u>	<u>3.508.086</u>	<u>49.634</u>	<u>35.769</u>	<u>(4.590.433)</u>	<u>4.668.008</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<u>5.664.952</u>	<u>3.509.456</u>	<u>44.166</u>	<u>37.601</u>	<u>(4.716.116)</u>	<u>4.540.059</u>
<b>Resultado abrangente do período</b>							
Valor justo das opções de compra - <i>vesting period</i>	22.3	-	<b>1.622</b>	-	-	-	<b>1.622</b>
Realização da reserva de reavaliação líquida de impostos	22.2	-	-	<b>(1.996)</b>	-	<b>1.996</b>	-
Resultados abrangentes, <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa, líquido de tributos diferidos)		-	-	-	<b>(23.581)</b>	-	<b>(23.581)</b>
Prejuízo do período		-	-	-	-	<b>(152.423)</b>	<b>(152.423)</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2024</b>		<u>5.664.952</u>	<u>3.511.078</u>	<u>42.170</u>	<u>14.020</u>	<u>(4.866.543)</u>	<u>4.365.677</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

## Balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	30/06/2024	30/06/2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(152.423)</b>	(482.796)
Ajustes para:		
Amortização	311.118	214.994
Baixa de intangível, financeiro e contratual	4.616	78.140
Atualização do ativo financeiro e contratual	(38.569)	(22.052)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	638.572	600.521
Provisão e atualização para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.185)	(123.506)
Baixa de recebíveis incobráveis	50.831	15.654
Ganhos com instrumentos derivativos	281	-
Ajuste a valor presente	2.077	-
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	64.474	290.824
Provisão e atualização de encargos setoriais	42.680	39.965
Provisão e atualização para riscos judiciais e depósitos vinculados	56.656	382.348
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	(390.862)	(70.794)
Rendimentos de aplicações financeiras	(58.024)	(63.867)
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	(62.960)	(195.996)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	21.893
Valor justo das opções de compra	4.307	433
Plano de aposentadoria e pensão	1.982	-
PIS/COFINS a serem restituídos aos consumidores	(66.942)	(77.548)
	<b>406.629</b>	<b>608.213</b>
<b>Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes</b>		
Contas a receber de clientes	12.182	139.277
Serviços pedidos	(19.941)	(29.815)
Depósitos vinculados	(15.395)	(23.950)
Almoxarifado	(1.770)	(12.138)
Impostos e contribuições a recuperar	4.944	54.103
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(16.535)	(29.159)
Outros créditos a receber	26.272	8.996
Fornecedores	(282.830)	(126.078)
Fornecedores - risco sacado	1.829	-
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(73.852)	(38.745)
Impostos e contribuições a recolher	416.103	303.176
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	-	(3.426)
Benefícios pós-emprego	638	3.949
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	48.928	24.951
Encargos setoriais	(28.354)	(20.828)
Provisão para riscos judiciais	(126.383)	(83.105)
Contribuição de iluminação pública	524	(236)
Outras contas a pagar	81.705	(4.150)
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>28.065</b>	<b>162.822</b>
Juros pagos	(596.055)	(351.226)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<b>(161.361)</b>	<b>419.809</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
Aquisições no ativo contratual	(666.095)	(1.074.847)
Adição de obrigações especiais	-	71.120
Resgates (aplicações) financeiras	(1.049.252)	(278.533)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(1.715.347)</b>	<b>(1.282.260)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	260.000
Amortização de empréstimos e financiamentos	(7.145)	(6.501.322)
Captação de debêntures	2.912.152	7.847.299
Amortização de debêntures	(1.364.986)	-
Amortização do passivo de arrendamento	(6.402)	(7.444)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>1.533.619</b>	<b>1.598.533</b>
<b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(343.089)</b>	<b>736.082</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	431.981	83.454
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	88.892	819.536
<b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(343.089)</b>	<b>736.082</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

## Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
<b>Receitas</b>		
Vendas de produtos e serviços e receitas de construção	7.103.330	6.261.749
Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa	1.185	123.506
	<u>7.104.515</u>	<u>6.385.255</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(3.092.971)	(3.231.136)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(726.355)	(682.737)
Outras despesas	(149.399)	(215.385)
	<u>(3.968.725)</u>	<u>(4.129.258)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>3.135.790</u>	<u>2.255.997</u>
Amortização	(311.118)	(214.994)
<b>Valor adicionado líquido gerado pela Companhia</b>	<u>2.824.672</u>	<u>2.041.003</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	182.011	291.905
	<u>182.011</u>	<u>291.905</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u><u>3.006.683</u></u>	<u><u>2.332.908</u></u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Empregados		
Remuneração direta	47.546	66.526
Benefícios	14.315	25.051
FGTS	7.673	8.543
	<u>69.534</u>	<u>100.120</u>
Tributos		
Federais	1.336.822	973.576
Estaduais	841.509	678.082
Municipais	245	1.207
	<u>2.178.576</u>	<u>1.652.865</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	653.516	642.045
Aluguéis	(4.454)	127
Outros	261.934	420.547
	<u>910.996</u>	<u>1.062.719</u>
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do período	(152.423)	(482.796)
	<u>(152.423)</u>	<u>(482.796)</u>
<b>Valor adicionado</b>	<u><u>3.006.683</u></u>	<u><u>2.332.908</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 1 Contexto operacional

A Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. (atual razão social da antiga CELG Distribuição S.A.) (Companhia ou Equatorial Goiás) é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na categoria “B”. Domiciliada no Brasil, com sede na Rua 2, 505, Bairro Jardim Goiás, na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos S.A. (Equatorial Participações), tendo por controladora final a Equatorial Energia S.A. A Companhia é concessionária de serviço público de energia elétrica no segmento de distribuição que abrange todo o Estado de Goiás com 340.243 km<sup>2</sup>(<sup>\*)</sup>, atendendo, em 30 de junho de 2024, 3.391.792(<sup>\*)</sup> consumidores em 246 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

(<sup>\*)</sup>referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não revisada.

### 1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 63/2000-ANEEL de 25 de agosto de 2000, publicado em 30 de setembro 2015, a Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Estado de Goiás pelo prazo de 30 (trinta) anos a partir de 7 de julho de 2015, abrangendo uma área de 246 municípios.

O 8º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 63/2000-ANEEL, celebrado em 23 de fevereiro de 2023, formalizou a transferência de controle social da CELG Distribuição S.A. – CELG D para a Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Ao término do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados passarão a integrar o patrimônio do Poder Concedente, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados mediante auditoria da ANEEL. Os ativos de infraestrutura utilizados na distribuição de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

### 1.2 Continuidade operacional

Quando da elaboração das informações contábeis intermediárias, a Administração fez avaliação sobre a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses. A Companhia, em 30 de junho de 2024, apresentou prejuízo de R\$ 152.423 (R\$ 482.796 em 30 de junho de 2023), entretanto vem apresentando capital circulante líquido positivo no valor de R\$ 1.953.669 (R\$ 1.235.602 em 31 de dezembro de 2023). O endividamento total da Companhia, incluindo os encargos, atingiu o montante de R\$ 11.539.249 (R\$ 9.955.718 em 31 de dezembro de 2023).

A Administração da Companhia busca reverter os prejuízos acumulados com planos de reavaliação de contratos (curto e médio prazo), renegociando com fornecedores para equilíbrio de preços no padrão de gestão da Equatorial, revisão de procedimentos e processos para ganho de eficiência com as demais empresas do grupo, além de uma política de alongamento de pagamentos e renegociação de débitos anteriores. Adicionalmente, a Equatorial está reavaliando os investimentos herdados da antiga controladora e a maximização de novos investimentos para formação de base de remuneração líquida.

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

Com objetivo de fortalecer os seus fluxos de caixa operacionais e seus resultados, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes:

- (i) Atuação em um plano de reconstrução de rede, com início no último trimestre de 2023 e continuação durante todo o ano de 2024 com principal objetivo de priorização de investimentos que atendem aos clientes com regiões mais afetadas pelos eventos climáticos, tal ampliação de investimento visará garantir aumento de receita e redução dos desembolsos por penalidades de descontinuidade do sistema elétrico;
- (ii) Priorização dos investimentos de autoconstrução (pedidos de clientes) com foco em zerar os passivos de solicitações e atendimento dos entrantes no prazo regulatório estabelecido, tal ação acaba por expandir o mercado, como consequência, incremento de receita e redução de penalidades por não cumprimento de atendimento ao consumidor;
- (iii) Para o segundo semestre há previsão de virada dos principais fornecedores de contratos comerciais e técnicos para o modelo de âncora (redução do número de fornecedores para a mesma atividade), onde além de efficientizar a operação terceirizada em grandes *players* do mercado (e que já trabalham em outras concessões do grupo), garantirá ganho de escala com renegociação de preços e medição qualitativa e quantitativa de produtividade, tal ação garantirá um controle de gastos gerenciáveis na mão de obra terceirizada;
- (iv) Incremento de equipes para o ano de 2024 nas ações de combate as perdas e maior quantidade de alvos nas ações de cobrança, buscando maximizar a receita; e
- (v) Alavancagem da arrecadação no modelo de recebimentos via pix e bolepix e reforço no volume de atividades de corte e religação de clientes inadimplentes com elevação dos índices de arrecadação.

A Administração acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem em seu novo controlador uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial Energia S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro.

## 1.3 Indicadores de continuidade de fornecimento

Por meio do Despacho nº 3.498, de 06 de dezembro de 2022, a ANEEL aprovou o Plano de Transferência do controle da concessão de Goiás para a Equatorial Participações e Investimentos S.A., como alternativa à extinção da concessão, observado o afastamento do art. 9º do Anexo VIII da REN nº 948, de 2021, pelo período de 3 (três) anos (2023, 2024 e 2025), exclusivamente quanto à abertura de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão em caso de eventual descumprimento do DEC ou do FEC ou do critério de eficiência com relação à Gestão Econômico-Financeira.

O afastamento da caducidade, pelo período previsto no despacho, foi incorporado ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 63/2000-ANEEL pelo seu Oitavo Termo Aditivo, de 23 de fevereiro de 2023. Por meio deste, alterou-se a redação da Cláusula Terceira, Subcláusula Décima Quarta e estabeleceu o ano de 2026 como marco inicial para verificação da inadimplência da distribuidora com relação à Continuidade do Fornecimento ou à Gestão Econômico-Financeira, para fins de abertura de processo de caducidade.

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

A Administração, ciente de suas obrigações, instaurou o Plano de 100 dias, a contar da data de aquisição, que teve como objetivo o aprofundamento das análises e elaboração de ações estruturantes para a situação operacional da concessão. Considera-se, assim, que houve um adequado planejamento para o atingimento dos limites regulatórios que foram, inclusive, pauta no calendário da Revisão Tarifária Periódica de 2023, cujo processo junto à ANEEL foi finalizado em 17 de outubro de 2023, quando foram definidos os novos limites globais para o DEC e FEC da concessão e que já começaram a vigorar em 2024.

Conforme consta na Nota Técnica nº 98/2023-STD/ANEEL, de 06 de outubro de 2023, emitida no âmbito do processo da revisão da Equatorial Goiás, os limites globais vigentes para o ano de 2024 são: DEC: 11,45 horas e FEC: 7,73 vezes. Considerando o desafio existente, a Companhia, com objetivo de melhorar a qualidade do fornecimento e aproximar-se dos limites definidos pela ANEEL, criou um planejamento robusto, composto por inúmeras obras e ações de manutenção.

Frisa-se ainda que o devido plano de ação tem sido acompanhado pela ANEEL, por meio do Plano de Resultados instaurado para o ciclo 2024-2028, cujo objetivo é garantir a melhoria substancial dos conjuntos elétricos. Os resultados obtidos no 1º trimestre de 2024 para o Plano de Resultados mostram-se promissores, dado que a Companhia tem aumentado a quantidade dos conjuntos dentro dos limites regulatórios.

## 2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

### 2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, previamente divulgadas. As informações contábeis intermediárias estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações contábeis intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamentos e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de agosto de 2024.

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos; e (iii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

## 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

## 3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicáveis à essas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

### 3.1 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das demonstrações contábeis	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo – que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda – e retro arrendamento ( <i>Sale and Leaseback</i> ) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
IAS 7 / CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado ( <i>Reverse factoring</i> ), que envolve a Companhia e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

## Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 não produziram impactos relevantes nas informações contábeis intermediárias.

### Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>	<b>Vigência</b>
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho da companhia. A IFRS 18 também exige que a companhia divulgue explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva.
CPC 02/IAS 21: Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.	Falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar à taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	01/01/2025
IFRS 19: Divulgações de Subsidiárias sem Responsabilidade Pública.	Tem como objetivo simplificar e reduzir o custo dos relatórios financeiros das subsidiárias, mantendo a utilidade de suas demonstrações financeiras. Uma subsidiária deve aplicar a IFRS 19 no que diz respeito às exigências de divulgação e outras Normas de Contabilidade IFRS no cumprimento das outras exigências, excluindo as exigências de reconhecimento, mensuração e apresentação e a orientação sobre a aplicação das exigências de divulgação. O IFRS 19 exige que as subsidiárias elegíveis que fornecem financiamento a clientes como sua atividade principal divulguem algumas das informações sobre risco de crédito exigidas pelo IFRS 7 sobre divulgações relacionadas a instrumentos financeiros.	01/01/2027

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18 e está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações contábeis. A Companhia aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Caixa e depósitos bancários à vista</b>	<b>46.795</b>	30.430
<b>Equivalentes de caixa (a)</b>		
<b>Aplicação direta</b>		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	41.551	400.570
Operações compromissadas	540	850
<b>Fundo de investimento</b>		
Operações compromissadas	-	117
Certificado de Depósito Bancário – CDB	6	14
<b>Subtotal de equivalentes de caixa</b>	<b>42.097</b>	401.551
<b>Total</b>	<b>88.892</b>	431.981

- a) O caixa e equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 30 de junho de 2024, equivale a 100,27% do CDI (102,23% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

## 5 Aplicações financeiras

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Circulante</b>		
<b>Fundo de investimento (a)</b>		
Cotas de fundos de investimento	1.901.412	799.502
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	32.612	30.817
Letra financeira	73	170
Títulos públicos	302	291
Contas a pagar/receber	48	-
<b>Fundo aberto (c)</b>	<b>5.137</b>	35
<b>Total circulante</b>	<b>1.939.584</b>	830.815
<b>Não circulante</b>		
<b>Recurso vinculado (d)</b>	<b>26.353</b>	27.846
<b>Total não circulante</b>	<b>26.353</b>	27.846
<b>Total</b>	<b>1.965.937</b>	858.661

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos para construção de projetos de infraestrutura na prestação dos serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas;
- (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) não exclusivo, sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores do Grupo Equatorial, conforme descrito na nota explicativa nº 14.1 – Fornecedores – Risco sacado;
- (c) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como operações compromissadas, títulos públicos, CDBs, depósitos a prazo e outros títulos de instrumentos financeiros; e
- (d) Referem-se às aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos público.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 30 de junho de 2024, equivale 104,00% do CDI (104,62% do CDI em 31 de dezembro de 2023).



# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 6 Contas a receber de clientes

### 6.1 Composição dos saldos

	30/06/2024				31/12/2023			
	A vencer	Vencidos		Total	A vencer	Vencidos		Total
		Até 90 dias	Mais de 90 dias			Até 90 dias	Mais de 90 dias	
Residencial	305.573	225.610	208.778	739.961	361.272	236.449	192.069	789.790
Industrial	16.631	9.314	42.665	68.610	17.214	10.014	52.769	79.997
Comercial	84.030	46.810	69.565	200.405	94.184	49.842	73.602	217.628
Rural	68.337	40.205	43.341	151.883	60.052	41.844	45.233	147.129
Poder público	47.022	9.341	26.950	83.313	33.617	17.237	27.092	77.946
Iluminação pública	25.330	2.469	29.994	57.793	25.665	3.497	31.839	61.001
Serviço público	23.478	560	7.116	31.154	23.771	781	8.398	32.950
Contas a receber de consumidores faturados	570.401	334.309	428.409	1.333.119	615.775	359.664	431.002	1.406.441
Residencial	59.165	10.098	88.043	157.306	60.727	9.937	86.101	156.765
Industrial	6.190	643	5.083	11.916	6.942	1.369	5.637	13.948
Comercial	27.693	3.404	38.270	69.367	34.433	3.020	39.732	77.185
Rural	9.663	2.372	13.579	25.614	9.615	2.822	13.535	25.972
Poder público	42.854	4.615	56.930	104.399	41.893	4.643	61.210	107.746
Iluminação pública	40.881	1.780	10.856	53.517	43.781	1.111	13.902	58.794
Serviço público	2.475	59	391	2.925	1.089	28	529	1.646
Parcelamentos (a)	188.921	22.971	213.152	425.044	198.480	22.930	220.646	442.056
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	482.298	-	-	482.298	480.168	-	-	480.168
Baixa renda (c)	29.333	-	-	29.333	28.511	-	-	28.511
Outras	32.044	-	-	32.044	8.410	-	-	8.410
<b>Subtotal</b>	<b>1.302.997</b>	<b>357.280</b>	<b>641.561</b>	<b>2.301.838</b>	<b>1.331.344</b>	<b>382.594</b>	<b>651.648</b>	<b>2.365.586</b>
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(37.512)	(15.545)	(337.616)	(390.673)	(39.342)	(18.632)	(354.014)	(411.988)
<b>Total contas a receber de clientes</b>	<b>1.265.485</b>	<b>341.735</b>	<b>303.945</b>	<b>1.911.165</b>	<b>1.292.002</b>	<b>363.962</b>	<b>297.634</b>	<b>1.953.598</b>
Circulante				1.862.334				1.900.114
Não circulante				48.831				53.484

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, reconhecido em 30 de junho de 2024, no montante de R\$ 22.291 (R\$ 21.556 em 31 de dezembro de 2023), resultando no reconhecimento de R\$ 735 no resultado financeiro;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos é após o período de encerramento contábil; e
- (c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

### 6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	31/12/2023	Provisões/ Reversões	Baixas (b)	30/06/2024
Contas a receber de consumidores faturados	(187.119)	67.276	(50.831)	(170.674)
Parcelamentos	(209.432)	1.712	-	(207.720)
Contas a receber de consumidores não faturados	(3.020)	493	-	(2.527)
Outros	(12.417)	2.665	-	(9.752)
<b>Total (a)</b>	<b>(411.988)</b>	<b>72.146</b>	<b>(50.831)</b>	<b>(390.673)</b>

- (a) A movimentação líquida do período, gerou uma reversão no montante de R\$ 21.315, com impacto no resultado operacional, conforme nota explicativa nº 24 – Custo do serviço e despesas operacionais; e
- (b) Referente a reversão da PECLD de títulos vencidos há mais de 5 anos que foram efetivamente baixados do contas a receber.

## Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

### 7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	31/12/2023	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	30/06/2024
<b>Parcela A</b>							
CDE - conta de desenvolvimento energético (a)	(22.798)	37.159	18.854	(92)	-	-	33.123
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(18.830)	(6.849)	14.219	(932)	-	-	(12.392)
Rede básica	129.966	42.739	(54.004)	6.301	-	-	125.002
Compra de energia CVA (b)	(415.302)	(182.503)	197.325	(20.878)	-	-	(421.358)
ESS - Encargos do serviço do sistema (c)	34.362	29.962	(3.682)	1.936	-	-	62.578
Transp. Itaipu	19.949	4.764	(7.985)	948	-	-	17.676
	<u>(272.653)</u>	<u>(74.728)</u>	<u>164.727</u>	<u>(12.717)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(195.371)</u>
<b>Itens financeiros</b>							
Sobrecontratação de energia	90.670	45.506	(72.637)	327	-	-	63.866
Neutralidade (d)	(123.467)	(69.750)	(8.303)	(8.862)	-	-	(210.382)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(56.089)	(33.953)	25.081	(849)	-	-	(65.810)
Risco hidrológico (e)	(299.511)	-	(14.605)	(8.408)	-	-	(322.524)
CDE Modicidade tarifária (f)	(31.088)	-	21.567	(1.280)	(47.638)	-	(58.439)
Compensação créditos PIS/COFINS – Nota explicativa nº 20	-	-	526.173	(1.909)	-	(524.264)	-
(-) Repasses da Conta-Covid – Parcela A	(2.565)	-	1.863	-	-	-	(702)
Outros (g)	116.825	(3.491)	(82.712)	(178)	(1.290)	-	29.154
	<u>(305.225)</u>	<u>(61.688)</u>	<u>396.427</u>	<u>(21.159)</u>	<u>(48.928)</u>	<u>(524.264)</u>	<u>(564.837)</u>
<b>Total</b>	<u>(577.878)</u>	<u>(136.416)</u>	<u>561.154</u>	<u>(33.876)</u>	<u>(48.928)</u>	<u>(524.264)</u>	<u>(760.208)</u>
<b>Circulante</b>							
Valores a receber	580.881						347.879
Valores a devolver	(726.998)						(876.133)
Efeito líquido passivo	<u>(146.117)</u>						<u>(528.254)</u>
<b>Não circulante</b>							
Valores a receber	98.835						88.389
Valores a devolver	(530.596)						(320.343)
Efeito líquido passivo	<u>(431.761)</u>						<u>(231.954)</u>
Efeito líquido total	<u>(577.878)</u>						<u>(760.208)</u>

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) O saldo da CVA CDE realizou constituição ativa da CVA de R\$ 37.159 no período, devido ao aumento do pagamento da cota mensal de CDE USO conforme resoluções vigentes que homologaram valor maior que o da cobertura tarifária; (ii) O impacto positivo da amortização do componente financeiro desse item, para o período foi de R\$ 18.854;
- (b) O saldo da CVA de energia teve como movimentação: (i) as constituições positivas dos custos com efeito disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, gerando uma CVA positiva de R\$ 96.878, e constituições negativas referente aos custos com os contratos de Energia Leilão cuja realização foi menor em relação a cobertura tarifária, gerando uma CVA passiva de R\$ 279.381, totalizando um movimento de constituição passiva de R\$ 182.503 no período; e (ii) O impacto da amortização positivo do componente financeiro desse item para esse período foi positivo de R\$ 197.325;
- (c) O ESS está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O Operador Nacional do Sistema (ONS) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi inferior aos custos efetivamente pagos, com isso, até o período findo em 30 de junho de 2024, a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) resultou em uma constituição ativa, de R\$ 29.962. O impacto da amortização negativa do componente financeiro desse item para o período foi de R\$ 3.682;
- (d) A neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das diferenças mensais, apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais, faturados no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo tarifário anterior devidamente atualizados pela taxa SELIC. Para o período foi constituído o montante negativo de R\$ 69.750. O impacto negativo da amortização do componente financeiro desse item para o período foi de R\$ 8.303;
- (e) Reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET Submódulo 4.4 - Demais Componentes Financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada, outro fator foi a amortização negativa de R\$ 14.605;
- (f) Refere-se ao valor aportado pela Eletrobrás ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da CDE. Houve amortização positiva de R\$ 21.567; e
- (g) O saldo de outros foi afetado pelas seguintes variações, financeiros ativos: Reversão de Créditos Associados a REN 376 e 414 R\$ 2.529; Penalidade e Universalização (1ª tranche) R\$ 1.964; Conselho de Consumidores R\$ 394; Ajuste TUSD R\$ 11; DIC/FIC R\$ 27; e variações de financeiros passivos: CUSD R\$ 1.061; Neutralidade PIS/COFINS R\$ 1.996, Garantias Financeiras R\$ 2.070; e Recomposição Itaipú R\$ 82.510.

No mês de outubro de 2023, a ANEEL apurou o novo índice do reposicionamento tarifário da Companhia no processo de Revisão Tarifária Periódica (RTP). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes da Resolução Homologatória nº 3.279, de 17 de outubro de 2023, foram reajustadas em 3,54%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora.

No período findo em 30 de junho de 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 14.613 (R\$ 33.495 em 31 de dezembro de 2023) de bandeira tarifária, sendo um impacto negativo de R\$ 26 (R\$ 51 negativos em 31 de dezembro de 2023) que foram obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes e R\$ 14.639 (R\$ 33.546 negativos em 31 de dezembro de 2023) recebendo via CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE.

## Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 8 Impostos e contribuições a recuperar

	30/06/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>		
ICMS a recuperar	124.012	117.526
PIS e COFINS	7.924	7.924
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	598.821	842.828
Outros	793	794
<b>Total circulante</b>	<b>731.550</b>	<b>969.072</b>
ICMS a recuperar	108.969	99.597
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	1.720.203	1.640.751
<b>Total não circulante</b>	<b>1.829.172</b>	<b>1.740.348</b>
<b>Totais impostos e contribuições a recuperar</b>	<b>2.560.722</b>	<b>2.709.420</b>

(a) A Companhia possui um ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 2.319.024 (R\$ 2.483.579 em 31 de dezembro de 2023), líquido de compensação com impostos federais, após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e suportado pelo trânsito em julgado da ação, a variação no saldo de longo prazo, refere-se principalmente à atualização da taxa SELIC, conforme nota explicativa nº 20 – PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores. Este saldo será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais: imposto de renda sobre folha de pagamento, PIS e COFINS e retenções federais.

### 9 Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2024, a Companhia possui transações com partes relacionadas, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	Notas	30/06/2024		31/12/2023		30/06/2023	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
<b>Empresas</b>							
<b>Outras contas a receber – (bens materiais)</b>							
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	36	-	-	-	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	198	-	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(a)	1.595	-	-	-	-	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(a)	11	-	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>1.642</b>	<b>-</b>	<b>198</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Fornecedores</b>							
<b>Entidade é membro do mesmo grupo econômico</b>							
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	(5.570)	-	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(861)	-	(2.811)	-	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	(143)	-	-	-
Companhia De Eletricidade do Amapá - CEA	(b)	(242)	-	(9)	-	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(b)	-	-	(255)	-	-	-
Equatorial Serviços S.A.	(c)	(6.588)	(18.744)	(3.206)	-	-	-
Equatorial Telecomunicações S.A.	(d)	(3.325)	(7.300)	(2.508)	-	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(e)	(129)	(1.012)	(201)	-	(807)	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(e)	(196)	(1.035)	(183)	-	(729)	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(e)	(290)	(1.543)	(279)	-	(1.031)	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(e)	(511)	(2.707)	(477)	-	(1.925)	-
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(e)	(237)	(1.257)	(221)	-	(887)	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(e)	(294)	(1.558)	(275)	-	(1.095)	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(e)	(202)	(1.041)	(176)	-	(776)	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(e)	(346)	(1.822)	(317)	-	(1.219)	-
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	(e)	-	-	(197)	-	(1.402)	-
<b>Total</b>		<b>(13.221)</b>	<b>(38.019)</b>	<b>(16.828)</b>	<b>-</b>	<b>(9.871)</b>	<b>-</b>
<b>Outras contas a pagar - Controladora indireta</b>							
Equatorial Energia S.A.	(f)	(72.603)	(49.082)	(23.521)	-	-	-
		<b>(72.603)</b>	<b>(49.082)</b>	<b>(23.521)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Mútuos</b>							
<b>Controladora indireta</b>							
Equatorial Energia S.A.	(g)	-	-	-	-	(489)	-
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(489)</b>	<b>-</b>

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Os valores são provenientes das vendas de bens materiais;
- (b) Os valores são provenientes de compra de bens materiais;
- (c) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são provenientes do contrato de serviços de *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração de 60 meses;
- (d) O valor é referente a contratação de serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, com duração de 60 meses;
- (e) Valores referem-se a serviços prestados pelas transmissoras de energia, do mesmo grupo econômico da Companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (f) Em 19 de julho de 2023, foi assinado o 1º Aditivo ao Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. (Contratante) e a Equatorial Energia S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; e
- (g) Em 06 de janeiro 2023, foi liberado recurso do Instrumento particular de mútuo, entre Equatorial Energia S.A. e a Companhia, no montante de R\$ 25.000 ao custo de CDI + 1,50% a.a., com vencimento final em 27 de fevereiro de 2023, o qual o pagamento ocorreu no mesmo mês de liberação.

## 9.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração, o Presidente e os Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 5.350 conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2024 (R\$ 5.398 conforme Assembleia Geral Ordinária em 28 de abril de 2023).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e b) remuneração baseada em ações.

Os benefícios pós-empregos estão descritos na nota explicativa nº 27 – Benefício pós-emprego e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao período findo em 30 de junho de 2024:

	<u>30/06/2024</u>	<u>%</u>
Remuneração fixa anual	<u>650</u>	<u>26%</u>
Salário ou Pró-labore	628	25%
Benefícios diretos e indiretos	22	1%
Remuneração variável	983	40%
Remuneração baseada em ações	849	34%
Benefícios pós emprego	10	0%
Valor total da remuneração	<u><u>2.492</u></u>	<u><u>100%</u></u>

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 9.2 Garantias

A Equatorial Energia S.A., controladora indireta da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora com ônus<sup>(\*)</sup> nas emissões de debêntures e sem ônus, nas apólices de seguros e fianças, conforme abaixo listadas:

Garantias	Valor contratado	% do aval	Início	Término	Valor liberado	30/06/2024 (a)
2ª Emissão Debêntures Série Única	7.000.000	100	26/01/2023	20/01/2026	7.000.000	4.385.831
3ª Emissão Debêntures Série Única	1.000.000	100	08/05/2023	15/04/2031	1.000.000	1.026.231
4ª Emissão Debêntures 2ª Série	480.000	100	27/10/2023	15/10/2031	480.000	503.166
4ª Emissão Debêntures 3ª Série	720.000	100	27/10/2023	15/10/2035	720.000	755.097
4ª Emissão Debêntures 1ª Série	1.852.910	100	07/11/2023	15/10/2029	1.852.910	1.853.462
5ª Emissão Debêntures Série Única	2.005.522	100	03/04/2024	20/03/2030	2.005.522	2.052.333
6ª Emissão Debêntures 1ª Série	950.000	100	13/06/2024	15/05/2036	950.000	919.020
Apólice Seguros	2.727.260	100	04/06/2018	23/08/2029	N/A	N/A
<b>Total garantias</b>	<b>16.735.692</b>				<b>14.008.432</b>	<b>11.495.140</b>
<b>Fianças</b>						
Itaú	47.410	100	31/01/2018	Indeterminado	N/A	N/A
Santander	2.900	100	26/07/2017	Indeterminado	N/A	N/A
<b>Total fianças</b>	<b>50.310</b>					

(a) Os valores atualizados de debêntures, estão líquidos de custo de captação.

(\*) Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.

## 10 Outros créditos a receber

### 10.1 Composição dos saldos

	30/06/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>		
Adiantamento a fornecedores (a)	7.135	26.266
Alienação de bens e direitos	2.756	2.662
Subvenção descontos tarifários (b)	38.856	52.424
Uso mútuo de poste	84.831	78.328
Incentivo à redução de consumo	4.838	4.838
Despesas pagas antecipadamente	1.413	864
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (c)	18.134	30.337
Geração distribuída (d)	137.171	107.667
Partes relacionadas	1.642	198
Neutralidade PIS/COFINS	43.454	18.944
Outros créditos a receber (e)	30.274	60.056
(-) PECLD (f)	(44.329)	(44.738)
<b>Total circulante</b>	<b>326.175</b>	<b>337.846</b>
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial (c)	531.526	521.875
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (c)	316.737	302.520
Outros créditos a receber	2.927	3.252
<b>Total não circulante</b>	<b>851.190</b>	<b>827.647</b>
<b>Totais outros créditos a receber</b>	<b>1.177.365</b>	<b>1.165.493</b>

- (a) Refere-se ao registro de adiantamentos efetuados a fornecedores de materiais e serviços não destinados a Ordens de Imobilização - ODI;
- (b) Valores a receber referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários de serviço público de distribuição de energia elétrica, a serem recebidos do Poder Concedente, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, homologados pela Resolução Nº 2.420, de 27 de novembro de 2018. Os valores contemplam o ajuste entre os valores homologados no processo tarifário anterior e os realizados, bem como a previsão para o período de vigência das tarifas de que trata esta Resolução;
- (c) Os montantes de Créditos especiais FUNAC são subdivididos entre “Créditos especiais – FUNAC – Em Decisão Judicial” e “Créditos especiais – FUNAC – Aguardando Ressarcimento”. Na rubrica de “Créditos especiais – FUNAC – Em Decisão Judicial” estão incluídos os montantes relacionados a processos que ainda estão ativos no judiciário, uma vez que os pagamentos oriundos de tais processos ainda não foram realizados. Assim que ocorrer o encerramento judicial dos processos (trânsito em julgado) serão adotados todos os procedimentos legais para que os valores pagos sejam ressarcidos à Companhia, seja através de ressarcimento via recebimento em caixa ou apropriação de crédito outorgado de ICMS e são transferidos para a rubrica de “Créditos especiais – Aguardando Ressarcimento”;
- (d) Corresponde às atualizações nas modalidades de microgeração ou minigeração, de acordo com a Lei nº 14.300 que incentivou a adesão de consumidores à Microgeração e da Minigeração Distribuídas de Energia Elétrica (MMGD);
- (e) A variação ocorreu principalmente, pela provisão de Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit (MCSO) ter sido menor do que a do período anterior, sendo ocasionada pela diminuição de venda de MegaWatt (MW); e
- (f) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, no qual R\$ 40.677 são decorrentes de uso mútuo de poste e R\$ 3.343 referente a outras contas a receber.

## Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

### 10.2 Movimentação do saldo de Créditos Especiais – Ativo FUNAC

	31/12/2023	30/06/2024						
	Saldo inicial	Adições/ Reversões	Decisão Judicial / Pagamento	Provisão para redução ao valor recuperável (c.1)	Baixa por recebimento	Transferências de depósitos judiciais	PECLD (c.2)	Saldo final
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial	1.154.836	101.527	(89.942)	-	-	-	-	1.166.421
(-) <i>Impairment</i> - Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial (c.1)	(632.961)	-	-	(1.934)	-	-	-	(634.895)
<b>Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial</b>	<b>521.875</b>	<b>101.527</b>	<b>(89.942)</b>	<b>(1.934)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>531.526</b>
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento	922.189	-	89.942	-	(10.251)	5.402	-	1.007.282
(-) <i>Impairment</i> - Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (c.1)	(423.514)	-	-	(62.540)	-	-	-	(486.054)
(-) PECLD - Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (c.2)	(165.818)	-	-	-	-	-	(20.539)	(186.357)
<b>Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento</b>	<b>332.857</b>	<b>-</b>	<b>89.942</b>	<b>(62.540)</b>	<b>(10.251)</b>	<b>5.402</b>	<b>(20.539)</b>	<b>334.871</b>
<b>Total</b>	<b>854.732</b>	<b>101.527</b>	<b>-</b>	<b>(64.474)</b>	<b>(10.251)</b>	<b>5.402</b>	<b>(20.539)</b>	<b>866.397</b>

c.1 A Administração mantém provisão para perda ao valor recuperável do FUNAC com base nas alterações realizadas às leis vigentes à época da aquisição, bem como as incertezas acerca das decisões que serão proferidas pelos juízes das comarcas e instâncias cujos recursos da Companhia foram realizados, período para o qual a Companhia teve o direito de ressarcimento revogado pela alteração das Leis nº 17.555/12 e 19.473/16, ou seja, os processos compreendidos em 2012 e 2015 possuem 100% de provisão ao valor recuperável. O impacto da referida provisão e atualização, no período findo em 30 de junho de 2024 é de R\$ 54.155 (R\$ 162.874 em 30 de junho de 2023) e R\$ 10.318, conforme notas explicativas nº 24 – Custos do serviço e despesas operacionais e nº 26 – Resultado financeiro, respectivamente; e

c.2 Sobre o saldo de “Créditos Especiais – Aguardando ressarcimento” é calculada a perda estimada, considerando a expectativa de recebimento da Administração. Para 30 de junho de 2024, foi calculada uma provisão de R\$ 20.539 (R\$ 96.757 em 30 de junho de 2023), conforme nota explicativa nº 24 – Custos do serviço e despesas operacionais. Para a estimativa, é observado o volume de recebimento x requerimentos nos últimos cinco exercícios sociais.

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 11 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2023	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferência Ativos de contrato (b)	Baixas	30/06/2024
Ativo financeiro	1.431.525	39.492	161.482	(1)	1.632.498
Obrigações especiais (c)	(34.265)	(923)	(4.343)	-	(39.531)
<b>Total ativo financeiro da concessão</b>	<b>1.397.260</b>	<b>38.569</b>	<b>157.139</b>	<b>(1)</b>	<b>1.592.967</b>

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização do IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizados pelo regulador nos processos de reajuste tarifário;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão; e
- (c) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

## 12 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	30/06/2024			Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	
Em serviço	4,45%	17.503.769	(6.168.520)	(1.150.170)	10.185.079
<b>Total</b>		<b>17.503.769</b>	<b>(6.168.520)</b>	<b>(1.150.170)</b>	<b>10.185.079</b>

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	31/12/2023			Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	
Em serviço	4,45%	17.027.622	(5.847.408)	(1.166.116)	10.014.098
<b>Total</b>		<b>17.027.622</b>	<b>(5.847.408)</b>	<b>(1.166.116)</b>	<b>10.014.098</b>

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão até 2045, conforme ICPC 01(R1) – Contratos de concessão.



# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 12.1 Movimentação do ativo intangível

	31/12/2023	Adições	Baixas (b)	Transferência ativos de contrato (c)	30/06/2024
Em serviço	17.027.622	-	(48.808)	524.955	17.503.769
(-) Amortização	(5.847.408)	(365.305)	44.193	-	(6.168.520)
<b>Total em serviço</b>	<b>11.180.214</b>	<b>(365.305)</b>	<b>(4.615)</b>	<b>524.955</b>	<b>11.335.249</b>
Obrigações especiais em serviço (a)	(1.409.023)	-	-	(22.987)	(1.432.010)
(-) Amortização	242.907	38.933	-	-	281.840
<b>Total em obrigações especiais</b>	<b>(1.166.116)</b>	<b>38.933</b>	<b>-</b>	<b>(22.987)</b>	<b>(1.150.170)</b>
<b>Total</b>	<b>10.014.098</b>	<b>(326.372)</b>	<b>(4.615)</b>	<b>501.968</b>	<b>10.185.079</b>

- (a) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (b) Referem-se às baixas de medidores, transformadores e religadores de distribuição que correspondiam a direitos de recebimento via faturamento através de sua amortização. Estes foram baixados por não estarem mais em condição de uso e em condições de gerar receitas; e
- (c) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço.

## 12.2 Avaliação de impairment

A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2023 e considera, entre outros fatores, a existência de prejuízos acumulados, quando efetuam revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável. Como resultado dessa análise a Administração concluiu sobre a não necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável. A revisão é realizada anualmente, na mesma data-base.

A Companhia vem acompanhando indicativos de perda por redução ao valor recuperável desde a última análise no exercício anterior, e para o período findo em 30 de junho de 2024, não foram identificadas situações que exigissem novas análises.

## 13 Ativos de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	31/12/2023	Adições (c)	Transferências (b)		30/06/2024
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Em curso	1.641.263	831.910	(524.955)	(161.482)	1.786.736
Obrigações especiais (a)	(52.166)	(69.217)	22.987	4.343	(94.053)
<b>Total ativos de contrato</b>	<b>1.589.097</b>	<b>762.693</b>	<b>(501.968)</b>	<b>(157.139)</b>	<b>1.692.683</b>

- (a) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; e
- (c) O montante de R\$ 762.693 refere-se às adições líquidas dos ativos de contratos reconhecidas no período. Deste total, R\$ 666.095 impactou o caixa da Companhia e, conforme nota explicativa nº 29.1 – Transações que não afetam caixa, R\$ 39.335 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores e R\$ 57.263 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas.

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 14 Fornecedores

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante		
Suprimento de energia elétrica (a)	<b>386.571</b>	468.443
Encargos de uso da rede elétrica	<b>113.671</b>	105.344
Materiais e serviços (b)	<b>685.718</b>	794.048
Parcelamento Itaipu (c)	<b>116.024</b>	116.024
Partes relacionadas – nota explicativa nº 9	<b>13.221</b>	16.828
Total circulante	<b><u>1.315.205</u></b>	<u>1.500.687</u>
Não circulante		
Parcelamento Itaipu (c)	<b>116.024</b>	174.037
Total não circulante	<b><u>116.024</u></b>	<u>174.037</u>
<b>Total fornecedores</b>	<b><u>1.431.229</u></b>	<u>1.674.724</u>

- (a) A variação ocorreu devido, principalmente, à redução da despesa referente ao efeito da disponibilidade, dos custos das operações com a CCEE, da contratação de cotas de garantia e da exposição financeira. Adicionalmente, em relação aos contratos de energia, houve redução das despesas, principalmente, com a parcela variável, dos contratos por disponibilidade, devido a retração do acionamento das usinas termoeletricas;
- (b) O saldo refere-se, substancialmente, a fornecedores de materiais e serviços atinentes ao custeio operacional da Companhia. A variação do período concentra-se em obrigações regulatórias, aquisição de materiais para obras, trafos, veículos e P&D; e
- (c) O valor registrado em 30 de junho de 2024, é referente a 24 parcelas restantes do Termo de confissão e repactuação da dívida do repasse de energia de Itaipu – ECF 3286/2016, celebrado entre a Companhia e a Eletrobras, assinado em 17 de junho de 2016 e referente ao saldo remanescente de Itaipu de US\$ 334.936 na data base 30 de outubro de 2015, ao dólar R\$ 2,69 do Contrato ECF 3002/2012, totalizando R\$ 901.949. A dívida foi celebrada em Reais e vem sendo corrigida pela taxa SELIC calculada *pro rata die* sobre o saldo devedor desde 30 de outubro de 2015. O Termo foi parcelado em 120 meses, sendo os primeiros 24 meses apenas os juros remuneratórios e os 96 meses seguintes o principal mais juros remuneratórios.

### 14.1 Fornecedores – Risco sacado

A Companhia, em consonância com as melhores práticas de governança e transparência, visando atender às sugestões emitidas pela Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria (SNC) e pela Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da CVM, no Ofício Circular 01/22 e anteriores, decidiu apresentar de forma segregada do saldo de Fornecedores (nota explicativa nº 14) os valores relacionados às operações de risco sacado, apesar de manter a essência de uma transação mercantil.

A Companhia possui operação de risco sacado com seus fornecedores, com a participação de uma instituição financeira (atualmente através de um FIDC), onde o fornecedor tem a opção de antecipar seus recebíveis relacionados às compras de bens e serviços realizadas pela Companhia. Ressalta-se que não existe extensão do prazo. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre a instituição financeira e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia.

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou R\$ 57.820 e R\$ 55.991, respectivamente, em valores de Fornecedores – risco sacado, os quais possuem um prazo médio de liquidação de 80 dias (77 dias em 31 de dezembro de 2023).

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 15 Empréstimos e financiamentos

### 15.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	30/06/2024		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
<b>Moeda nacional</b>					
CELG Participações S.A.	6,80% a.a.	Recebíveis	<u>12.340</u>	<u>31.769</u>	<u>44.109</u>
<b>Total empréstimos e financiamentos</b>			<u>12.340</u>	<u>31.769</u>	<u>44.109</u>
			31/12/2023		
	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
<b>Moeda nacional</b>					
CELG Participações S.A.	6,80% a.a.	Recebíveis	<u>11.977</u>	<u>37.966</u>	<u>49.943</u>
<b>Total empréstimos e financiamentos</b>			<u>11.977</u>	<u>37.966</u>	<u>49.943</u>

### 15.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<u>11.977</u>	<u>37.966</u>	<u>49.943</u>
Encargos	<u>1.893</u>	-	<u>1.893</u>
Transferências	<u>6.197</u>	<u>(6.197)</u>	-
Amortizações de principal	<u>(7.145)</u>	-	<u>(7.145)</u>
Pagamentos de juros	<u>(1.924)</u>	-	<u>(1.924)</u>
Ajuste a valor presente (a)	<u>1.342</u>	-	<u>1.342</u>
<b>Saldos em 30 de junho de 2024</b>	<u>12.340</u>	<u>31.769</u>	<u>44.109</u>

(a) Ajuste a valor presente sobre o saldo do empréstimo com a CELG Participações S.A., antiga parte relacionada da Companhia, realizado à época a título de mútuos cujo custo da dívida é de 6,80% a.a.

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 15.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 30 de junho de 2024, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	30/06/2024	
	Valor	%
<b>Circulante</b>	<b>12.340</b>	<b>28%</b>
2025	6.403	15%
2026	13.456	31%
2027	11.910	26%
<b>Não circulante</b>	<b>31.769</b>	<b>72%</b>
<b>Total</b>	<b>44.109</b>	<b>100%</b>

## 16 Debêntures

### 16.1 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do período está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	360.244	9.545.531	9.905.775
Ingressos	-	2.955.522	2.955.522
Encargos	543.199	-	543.199
Transferências	1.326.926	(1.326.926)	-
Amortizações de principal	(1.364.986)	-	(1.364.986)
Pagamento de juros	(594.131)	-	(594.131)
Variação monetária	-	67.215	67.215
Custo de captação (a)	25.916	(43.370)	(17.454)
<b>Saldos em 30 de junho de 2024</b>	<b>297.168</b>	<b>11.197.972</b>	<b>11.495.140</b>

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

### 16.2 Características das debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
2ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	Única	7.000.000	CDI + 1,50% a.a.	jan/23	jan/26	182.402	4.203.430	4.385.832
3ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	Única	1.000.000	IPCA + 7,1% a.a.	mai/23	abr/31	9.893	1.016.338	1.026.231
4ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	2ª	480.000	IPCA + 6,4407% a.a.	out/23	out/31	6.439	496.726	503.165
4ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	3ª	720.000	IPCA + 6,6789% a.a.	out/23	out/35	10.007	745.090	755.097
4ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	1ª	1.852.910	CDI + 1,65% a.a.	nov/23	out/29	36.589	1.816.873	1.853.462
5ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	Única	2.005.522	CDI + 1,05%	abr/24	mar/30	52.238	2.000.095	2.052.333
6ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	1ª	950.000	CDI + 0,30%	jun/24	mai/36	(400)	919.420	919.020
							<b>Total</b>	<b>297.168</b>	<b>11.197.972</b>	<b>11.495.140</b>

- (1) Emissão pública de debêntures simples
- (3) Não conversíveis em ações
- (4) Espécie quirografária
- (5) Debêntures incentivadas
- (6) Garantia adicional fidejussória

(a) Considera-se no custo da 6ª Debêntures, 1ª série, o custo da ponta passiva do swap.

## Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 16.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 30 de junho de 2024, as parcelas relativas às debêntures apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	30/06/2024	
	Valor	%
Circulante	297.168	3%
2026	4.228.672	37%
2027	617.636	5%
2028	1.286.144	11%
Até 2036	5.194.397	45%
Subtotal	11.326.849	98%
(-) Custo de captação (não circulante)	(128.877)	-1%
Não circulante	11.197.972	97%
<b>Total</b>	<b>11.495.140</b>	<b>100%</b>

### 16.4 Ingressos

Emissão	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
5ª Emissão - Série única	2.005.522	abr-24	Semestral	Anual após carência	Capital de Giro	CDI + 1,05%	Não se aplica
6ª Emissão - 1ª Série	950.000	jun-24	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,4895%	CDI + 0,30%

### 16.5 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantia fidejussória e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial Energia), cujo não cumprimento durante o período de apuração poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures	2ª debêntures	3ª debêntures	4ª debêntures	5ª debêntures	6ª debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA ajustado: <=4,5	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

No período findo em 30 de junho de 2024, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 17 Impostos e contribuições a recolher

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Circulante</b>		
ICMS	72.092	69.990
ICMS parcelamento	766	766
PIS e COFINS	66.466	16.658
PIS e COFINS parcelamento (a)	60.254	-
ISS	10.302	10.450
Outros	5.594	5.426
<b>Subtotal</b>	<u>215.474</u>	<u>103.290</u>
<b>Não circulante</b>		
REFIS	2.983	3.446
<b>Subtotal</b>	<u>2.983</u>	<u>3.446</u>
<b>Total</b>	<u>218.457</u>	<u>106.736</u>

(a) Refere-se a adesão ao programa de Autorregularização Incentivada da Receita federal, efetivado em 1º de abril de 2024.

## 18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

### 18.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo fiscal	857.229	894.667
Base negativa CSLL	290.024	303.340
<b>Subtotal</b>	<u>1.147.253</u>	<u>1.198.007</u>
<b>Ativos de:</b>		
<b>Diferenças temporárias</b>		
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	241.507	224.665
Provisão para riscos judiciais	299.129	291.703
Provisão para redução ao valor recuperável – FUNAC	381.122	359.201
Varição cambial e <i>swap</i>	1.518	1.061
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	3.335	-
Ajuste a valor presente AVP	249	-
Arrendamento mercantil CPC 06 (R2)	6.965	7.136
Provisão atuariais	22.104	22.104
Outras despesas não dedutíveis	101.710	100.257
<b>Total</b>	<u>2.204.892</u>	<u>2.204.134</u>
<b>Passivos de:</b>		
<b>Diferenças temporárias</b>		
Valor novo de reposição – VNR	(48.520)	(45.004)
Reavaliação bens da concessão	(21.348)	(22.751)
Incorporação reversa da Enel Investimentos S.A.	(359.932)	(359.932)
<b>Total</b>	<u>(429.800)</u>	<u>(427.687)</u>
<b>Total tributo diferido ativo registrado</b>	<u>1.775.092</u>	<u>1.776.447</u>

## Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 18.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2023	Reconhecimento no resultado	Baixas (a)	30/06/2024 Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal (a)	894.667	9.852	(47.290)	857.229	857.229	-
Base negativa CSLL (a)	303.340	3.709	(17.025)	290.024	290.024	-
PECLD	224.665	16.842	-	241.507	241.507	-
Provisão para riscos judiciais	291.703	7.426	-	299.129	299.129	-
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	359.201	21.921	-	381.122	381.122	-
Arrendamentos - CPC 06	7.136	(171)	-	6.965	6.965	-
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	-	3.335	-	3.335	3.335	-
Provisões atuariais	22.104	-	-	22.104	22.104	-
Valor novo de reposição – VNR	(45.004)	(3.516)	-	(48.520)	-	(48.520)
Incorporação reversa da Enel Investimentos S.A.	(359.932)	-	-	(359.932)	-	(359.932)
Ajuste a valor presente AVP	-	249	-	249	249	-
Outras despesas não dedutíveis temporariamente	100.257	1.453	-	101.710	101.710	-
Reavaliação bens da concessão	(22.751)	1.403	-	(21.348)	-	(21.348)
Variação cambial e <i>swap</i>	1.061	457	-	1.518	1.518	-
<b>Total</b>	<b>1.776.447</b>	<b>62.960</b>	<b>(64.315)</b>	<b>1.775.092</b>	<b>2.204.892</b>	<b>(429.800)</b>

(a) Foram realizadas baixas no diferido de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, decorrente da adesão ao Programa de Autorregularização Incentivada da Receita Federal, conforme prevê a Instrução Normativa nº 2.168 de 28 de dezembro de 2023, em que foram utilizados o prejuízo e a base negativa como abatimentos de parcelamentos de outros tributos federais.

### 18.3 Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar	224.532	413.612	173.035	607.912	785.801	2.204.892

Em 30 de junho de 2024, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 2.204.892 a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa CSLL e ajustes temporários, que correspondem a R\$ 857.229, R\$ 290.024 e R\$ 1.057.639, respectivamente. A Companhia apresentou lucro tributável até o ano de 2019 e possui projeção de *turnaround* dos prejuízos, iniciando compensação representativa a partir de 2028.

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 18.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023, está demonstrada a seguir:

	30/06/2024		30/06/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(158.553)	(158.553)	(656.899)	(656.899)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
<b>Pela alíquota fiscal</b>	<b>(39.638)</b>	<b>(14.270)</b>	<b>(164.225)</b>	<b>(59.121)</b>
Adições:				
Provisão para contingências	5.460	1.966	88.785	31.963
PECLD	12.384	4.458	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável – FUNAC	16.118	5.803	-	-
Ajuste a valor presente - AVP	743	268	-	-
Amortização de ágio	-	-	5.795	2.086
Reserva de reavaliação	1.032	371	2.381	857
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	2.452	883	-	-
Variação cambial e swap	336	121	1.154	416
Outras adições permanentes	17.644	6.351	20.090	7.260
Outras provisões não dedutíveis	823	242	-	-
Outras adições	285	103	89	32
<b>Total adições</b>	<b>57.277</b>	<b>20.566</b>	<b>118.294</b>	<b>42.614</b>
Exclusões:				
PECLD	-	-	(31.117)	(11.202)
Arrendamentos – CPC 06 (R2)	(126)	(45)	-	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(2.585)	(931)	(5.513)	(1.985)
Provisão para redução ao valor recuperável – FUNAC	-	-	(27.989)	(10.076)
Outras exclusões permanentes	(18.723)	(6.740)	-	-
Outras exclusões	(560)	(202)	(8.962)	(3.226)
<b>Total exclusões</b>	<b>(21.994)</b>	<b>(7.918)</b>	<b>(73.581)</b>	<b>(26.489)</b>
IRPJ/CSLL Outros	41.787	15.043	16.098	5.795
Outros IRPJ/CSLL diferidos	(5.497)	(2.087)	-	-
<b>IRPJ e CSLL corrente no resultado do período</b>	<b>(41.787)</b>	<b>(15.043)</b>	<b>(16.098)</b>	<b>(5.795)</b>
<b>IRPJ e CSLL diferido no resultado do período (a)</b>	<b>46.214</b>	<b>16.746</b>	<b>144.135</b>	<b>51.861</b>
<b>IRPJ e CSLL no resultado do período</b>	<b>4.427</b>	<b>1.703</b>	<b>128.037</b>	<b>46.066</b>
<b>Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido</b>	<b>3%</b>	<b>1%</b>	<b>19%</b>	<b>7%</b>

(a) Constituição de provisão de IRPJ e CSLL diferido em relação ao ano-calendário de 2024.



# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 19 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	30/06/2024		31/12/2023	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis	383.650	27.994	371.121	21.551
Fiscais	-	46.102	-	44.875
Trabalhistas	1.470.734	99.629	1.457.777	95.680
Regulatório	227.754	-	219.814	-
Total não circulante	<u>2.082.138</u>	<u>173.725</u>	<u>2.048.712</u>	<u>162.106</u>

Do total de provisões no valor de R\$ 2.082.138 (R\$ 2.048.712 em 31 de dezembro de 2023), o montante de R\$ 1.166.422 (R\$ 1.154.837 em 31 de dezembro de 2023) referente a processos com vinculação ao FUNAC, passíveis de ressarcimento, conforme explicado no tópico abaixo, sendo R\$ 318.355 de processos cíveis (R\$ 306.378 em 31 de dezembro de 2023), R\$ 844.084 de processos trabalhistas (R\$ 844.588 em 31 de dezembro de 2023) e R\$ 3.982 de processos regulatórios (R\$ 3.870 em 31 de dezembro de 2023). As ações classificadas como risco provável e passíveis de mensuração são reconhecidas em contrapartida no resultado. Em ato contínuo, considerando a criação do FUNAC, caso a contingência seja decorrente de fato gerador anterior à data de aquisição do controle acionário da Companhia pela Eletrobras, considerando que o desembolso será ressarcido pelo Fundo, é reconhecido o mesmo valor como créditos especiais em contrapartida no resultado. Para mais detalhes, verificar nota explicativa nº 10 – Outros créditos a receber.

### 19.1 Fundo de Aporte à CELG-D (Equatorial Goiás) – FUNAC

Em 20 de janeiro de 2012, foi editada a Lei Estadual nº 17.555 com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento de pagamentos de contingências administrativas e judiciais cujo fatos geradores ocorreram até a venda do controle acionário para a Eletrobras, conforme Termos de Acordo de Acionistas e de Gestão entre as partes Eletrobras e Estado de Goiás, bem como no Termo de Cooperação do FUNAC entre Equatorial Goiás e Estado (por intermédio da Procuradoria Geral do Estado e Secretaria da Economia) e regulamentação definida pelo decreto estadual nº 7.732 de 28 de setembro de 2002. Os recursos do referido fundo dependiam de aportes a serem realizados pelo Governo do Estado de Goiás e créditos recebidos de ações ganhas pela Equatorial Goiás a serem repassadas ao Fundo.

Conforme disposto do contrato de compra e venda da Equatorial Goiás, assinado entre o antigo controlador, Eletrobras, e CELGPAR em 14 de fevereiro de 2017, o Estado de Goiás se comprometeu a indenizar os compradores da Equatorial Goiás por quaisquer danos e prejuízos que possam ocorrer em decorrência de, entre outros motivos, "alteração, revogação ou edição de lei estadual ou decisão administrativa ou judicial referente a qualquer condição ou validade do FUNAC". Desde então a Equatorial Goiás mantém controlado separadamente os ativos creditórios vinculados às contingências de natureza provável com fatos geradores anteriores a data de mudança do controle, conforme disposto no contrato de compra e venda desta. Em 06 de fevereiro de 2019, foi publicada a Lei nº 20.416, alterando a Lei 17.555/12, que instituiu o Fundo de Aporte à CELG-D (Equatorial Goiás) e a Lei nº 19.473/16 (que instituiu a política estadual energética para manutenção, melhoria e ampliação da rede de distribuição de energia em Goiás) em que o Governo do Estado de Goiás suspendeu parte do ressarcimento à Equatorial Goiás, ao retroagir o período de cobertura do FUNAC de 27 de janeiro de 2015 para 24 de abril de 2012.

## **Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 25 de abril de 2019, foi publicada a Lei nº 20.468, revogando a Lei Estadual nº 19.473, de 03 de novembro de 2016, que concedia o direito da Equatorial Goiás em apropriar crédito outorgado de ICMS para compensação das contingências administrativas e judiciais cujos fatos geradores tenham ocorrido até 27 de janeiro de 2015. Como as alterações induzidas pelas referidas leis acima violam o edital de privatização e o contrato de compra e venda da Equatorial Goiás, a Administração desta Companhia ingressou imediatamente com medidas judiciais para invalidar os efeitos das leis anteriores em razão da inconstitucionalidade dos referidos dispositivos, que eliminam direitos adquiridos por meio de outras leis e de um contrato de compra e venda que o próprio Estado de Goiás assinou garantindo, em qualquer caso, o direito ao reembolso das obrigações que tivessem que ser pagas pelos novos controladores e cujos fatos geradores sejam anteriores a 27 de janeiro de 2015.

Em 12 de junho de 2019, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás concedeu a liminar em favor da Equatorial Goiás nos autos do MS nº 5098329.72.2019.8.09.0000, desconsiderando as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 20.416/19, determinando, assim, o respeito ao contrato de compra e venda de ações e outras avenças da Equatorial Goiás e garantindo o direito de serem ressarcidas dos passivos resultantes de decisões de autoridades administrativas para as quais não haja mais recurso, decisões judiciais transitadas em julgado e/ou acordos judiciais ou extrajudiciais homologados judicialmente de fatos gerados conforme regulamentado anteriormente. Entretanto, no dia 16 de setembro de 2019, a decisão foi reformada através do julgamento dos embargos de declaração apresentados pela Procuradoria do Estado com atribuição de efeitos infringentes, indeferindo o pedido liminar da Equatorial Goiás e mantendo a revogação da Lei do Crédito de ICMS por entender que a questão é complexa e requer uma análise processual mais ampla, incompatível com uma análise preliminar no início do processo judicial. Dessa forma, a Equatorial Goiás apresentou recurso perante o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

No dia 1º de outubro de 2019, durante julgamento do recurso interposto pelo Estado de Goiás, o Tribunal de Justiça revogou a liminar que havia desconsiderado as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 20.416/19, a qual voltou a vigorar. Contra a decisão que revogou a liminar, a Equatorial Goiás interpôs recurso.

Em 12 de novembro de 2019 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal requerendo a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 20.416/19, que alterou a Lei nº 17.555/12 (FUNAC), e da Lei nº 20.468/19 que revogou a Lei Estadual nº 19.473/16 (créditos outorgados de ICMS).

Em 03 de junho de 2021, o Supremo Tribunal Federal não admitiu a ação de inconstitucionalidade apresentada pela ABRADEE, por entender que não caberia ação de inconstitucionalidade para discutir leis que alcançariam apenas uma empresa, uma vez que esse tipo de ação é destinado a um controle abstrato da constitucionalidade das leis e não para situações concretas e específicas. Todavia, não houve nenhuma manifestação sobre o mérito das leis, apenas aspectos processuais. No dia 24 de junho de 2021, a ABRADEE apresentou recurso, o qual foi julgado em 22 de setembro de 2021 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, que manteve a decisão anterior proferida.

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

Em sessão de julgamento do recurso interposto pela Equatorial Goiás, realizada no dia 16/05/2023 (acórdão publicado no dia 18/05/2023), o Tribunal de Justiça concedeu, à unanimidade, a segurança postulada para assegurar à Equatorial Goiás o direito de ter seus pedidos de ressarcimento examinados e decididos exclusivamente de acordo com as disposições das Leis estaduais n.º 17.555/12 e 19.473/16. Contra tal decisão o Estado de Goiás apresentou recurso de Embargos de Declaração, que foram rejeitados pelo TJGO no dia 25/07/2023. Posteriormente, o Estado de Goiás apresentou reclamação constitucional contra a decisão da 2ª Câmara do TJGO que concedeu a segurança no MS. Em 18/12/2023, o órgão especial do Tribunal julgou procedente a reclamação do Estado de Goiás para anular o acórdão que concedera a segurança pleiteada pela Equatorial Goiás. Em 07/02/24, foi proferido despacho determinando à Secretaria do Órgão Especial que certifique nos autos acerca do trânsito em julgado da decisão do Despacho para certificação do trânsito em julgado da reclamação e posterior remessa à Câmara para seguimento no processamento do mandado de segurança.

A Administração da Equatorial Goiás concluiu, com base nos princípios constitucionais do direito adquirido, da segurança jurídica, do ato jurídico perfeito, da boa-fé objetiva, da proteção da confiança na contratação com a Administração Pública, da supremacia do interesse público e do pacta sunt servanda, inserto no artigo 5º, XXXVI da Constituição Federal, bem como no fato de que os atos garantidores desses direitos são considerados atos jurídicos perfeitos, protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, e em razão das medidas judiciais em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, que os valores continuam recuperáveis e se tornarão líquidos a medida em que as obrigações associadas aos créditos sejam reembolsadas.

O direito da Equatorial Goiás, ademais, sustenta-se pelos contratos celebrados com a Administração Pública, tendo sido assumida, direta e inequivocamente, pelo Estado de Goiás a responsabilidade pelos termos e condições contratuais em relação ao FUNAC. Especificamente sobre o crédito outorgado de ICMS, importante salientar que o Código Tributário Nacional, bem como a Constituição Federal, preveem a impossibilidade de revogação do benefício fiscal, considerando a forma e razão de sua outorga, sendo tal entendimento reforçado por Súmula nº 544 do Supremo Tribunal Federal, que se enquadra claramente a tese sustentada pela Companhia no processo judicial em andamento no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, e pela ABRADDEE na ADI proposta no Supremo Tribunal Federal, que, em resumo, impede a revogação do incentivo fiscal concedido mediante condições e a prazo certo.

Adicionalmente, a Administração desta Companhia está adotando todas medidas cabíveis para manter os direitos adquiridos na época da sua compra, garantidos pelo próprio Estado de Goiás conforme contrato de compra e venda firmado em 14 de fevereiro de 2017.

## 19.2 Movimentação dos riscos no período

	31/12/2023		30/06/2024			
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	371.121	46.692	(40.603)	(20.135)	26.575	383.650
Trabalhistas	1.457.777	53.177	(85.780)	(23.774)	69.334	1.470.734
Regulatórios	219.814	-	-	-	7.940	227.754
Total contingências (a)	2.048.712	99.869	(126.383)	(43.909)	103.849	2.082.138

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;  
(2) Reversões realizadas no período; e  
(3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic.

- (a) Do total de R\$ 55.960 de provisão/reversão, R\$ 24.460 teve impacto no resultado (nota explicativa nº 24 – Custo do serviço e despesas operacionais), e R\$ 31.500 foram constituições do Ativo do FUNAC em Créditos Especiais, e dos R\$ 103.849 de atualizações, R\$ 33.822 teve impacto no resultado (nota explicativa nº 26 – Resultado financeiro) e R\$ 70.027 foram atualizações do Ativo do FUNAC em Créditos Especiais. O total das constituições e atualizações que tiveram contrapartida no ativo foi de R\$ 101.527 (nota explicativa nº 10 – outros créditos a receber).

## Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

No período findo em 30 de junho de 2024, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista e cível em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cíveis	<u>3.320.800</u>	3.076.589
Trabalhistas	<u>894.470</u>	870.320
<b>Total</b>	<u><b>4.215.270</b></u>	<u>3.946.909</u>

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos, respectivamente:

### 19.3 Cíveis

A Companhia figura como ré em 10.978 processos cíveis em 30 de junho de 2024 (10.889 processos em 31 de dezembro de 2023), sendo eles 7.727 processos com probabilidade de perda provável, que se referem a ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais, materiais entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, e rescisão de contratos com fornecedores, com montante de R\$ 383.650 (R\$ 371.121 em 31 de dezembro de 2023). Dentre os processos citados, os mais relevantes são:

Processo 0006678.32.2006.4.01.3500 que tem como autor Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial, como objeto o suposto repasse inferior de encargos tarifários arrecadados junto aos usuários (encargo de capacidade emergencial), no montante de R\$ 45.472 (R\$ 43.318 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente o processo encontra-se pendente de análise do recurso de Apelação em face de sentença que condenou a empresa ao pagamento do valor de R\$ 2.187; e

Processo 0387465.77.2009.8.09.0051 que tem como autor Luiz Silveira Advocacia Empresarial S.A., como objeto a execução de título extrajudicial proposta em desfavor de Companhia, visando o recebimento da quantia de R\$ 28.869, representada pelo Contrato de Prestação de Serviços de Advocacia – PR-PRJU-1407-2003, prorrogado pelos aditivos PRJU – 1852/2004 e PRGE – 0866/2005, no montante de R\$ 141.571 (R\$ 134.101 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente o processo está suspenso até que seja certificado o trânsito em julgado do Resp. nº 1.377.703/GO.

Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda em 30 de junho de 2024 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 3.320.800 (R\$ 3.076.589 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foi constituída provisão, deste total, R\$ 2.552.841 (R\$ 2.322.422 em 31 de dezembro de 2023), refere-se a processos dos créditos FUNAC. Dentre esses processos classificados como possíveis demonstrados acima, os mais relevantes são:

## **Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

Processo 507256-53.2007.8.09.0134 que tem como autor Município de Quirinópolis, como objeto a devolução de valores de cotas de tributo (ICMS) que foram utilizados para pagar as faturas de energia elétrica do ente municipal por meio de um convênio assinado entre a Associação Goiana de Municípios, Equatorial Goiás, Estado de Goiás e Banco do Estado de Goiás que foi declarado nulo pelo Supremo Tribunal Federal, ante a ausência de participação das municipalidades na elaboração do ajuste contratual, no montante de R\$ 460.830 (R\$ 460.830 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente o processo encontra-se em fase instrutória e o processo 0165203-98.2001.8.09.0051 que tem como autor Município de Anápolis, assunto AGM Convênio e como objeto a devolução de valores de cotas de ICMS que foram utilizados para pagar as faturas de energia elétrica do ente municipal por meio de um convênio assinado entre a Associação Goiana de Municípios, Equatorial Goiás, Estado de Goiás e Banco do Estado de Goiás que foi declarado nulo pelo Supremo Tribunal Federal, ante a ausência de participação das municipalidades na elaboração do ajuste contratual, no montante de R\$ 484.373 (R\$ 429.730 em 31 de dezembro de 2023). Em 26 de março de 2024 foi proferida sentença de improcedência e ocorreu a interposição de Recurso de Apelação tão somente para discussão dos honorários sucumbenciais. Atualmente, aguarda-se o fim do prazo de recurso adesivo por parte do Município; e

Dentro do conjunto de assuntos alocados como outros, existem diversas demandas na qual se destaca o processo 5496705.61.2019.8.09.0051, que em 21 de agosto de 2019, o Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO), ajuizou a Ação Civil de Improbidade Administrativa em face do ex-Governador de Goiás Marconi Perillo e da Enel Goiás, por conceder suposta isenção do ICMS através da Lei Complementar nº 19.473/2016. A alegada isenção tributária teria causado prejuízos ao tesouro do Estado e suposto enriquecimento ilícito da Equatorial Goiás. O promotor que ajuizou a ação se declarou suspeito para atuação no feito, em razão de problemas pessoais com antigo ex-governador, tendo o MPGO requerido sobrestamento do feito pelo prazo de um ano. A distribuidora discordou do sobrestamento e manifestou destacando se tratar de demanda meramente política, já que não houve a demonstração de qualquer ato ímprobo por qualquer das partes, reforçando o pedido de improcedência em razão das novas disposições da Lei de Improbidade Administrativa, no montante de R\$ 300.545 (R\$ 280.751 em 31 de dezembro de 2023). Em 24 de março de 2024 fora proferida sentença de mérito julgando improcedentes os pedidos iniciais, diante da ausência de dolo nas condutas das partes. Decisão transitada em julgado em 28 de maio de 2024. Processo será devidamente arquivado em julho de 2024.

### **19.4 Trabalhistas**

A Companhia figura como ré em 4.041 processos trabalhistas em 30 de junho de 2024 (4.112 em 31 de dezembro de 2023), sendo eles 2.283 processos com probabilidade de perda provável, relacionados a ações movidas por ex-empregados contra a Companhia cujos principais temas envolvem horas extra, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, com montante provisionado de R\$ 1.470.734 (R\$ 1.457.777 em 31 de dezembro de 2023). Dentre os processos citados, os mais relevantes são:

Processo 0012044-14.2017.5.18.0007 (Horas Extras - intrajornada), que tem como autor o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás que pleiteia concessão de intervalo intrajornada inferior a 2 (duas) horas com base no artigo 71, §4º, da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), antes da vigência da Reforma Trabalhista e aplicação do divisor 200 para 1.685 substituídos, no montante de R\$ 602.679 (R\$ 584.929 em 31 de dezembro de 2023). O processo transitou em julgado em 19 de dezembro de 2023. Em 31 de janeiro de 2024, o sindicato requereu o prosseguimento da execução e a concessão de prazo para apresentar a relação de documentos necessários para a liquidação do julgado;

## Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia realizou a alteração da classificação de risco desta contingência em virtude do andamento do processo. Trata-se de ação trabalhista coletiva nº 0012044-14.2017.5.18.0007 movida pelo Sindicato (STIUEG) representando 1.685 empregados substituídos e pleiteando a diferença do pagamento de horas extra decorrentes do intervalo intrajornada parcialmente suprimido. O processo judicial transitou em julgado em 19 de dezembro de 2023. No intuito de apresentar uma realidade mais fidedigna, até a conclusão final do cálculo, foi realizado uma projeção englobando um número médio de substituídos por amostragem que acusou a necessidade de ajuste no valor que constava no possível e que foi alocado no provável, no montante de R\$ 602.679, sendo R\$ 273.982 referente ao valor principal do processo e R\$ 328.698 referentes à sua atualização. Do montante total, R\$ 266.868 é referente ao FUNAC e R\$ 335.811, de ordem geral;

Processo 0011738-89.2015.5.18.0015 em que tem como autor o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás que pleiteia a natureza salarial do auxílio alimentação recebida pelos empregados e reflexos dos valores pagos nas demais parcelas para 1.715 substituídos, no montante de R\$ 113.399 (R\$ 109.660 em 31 de dezembro de 2023), considerando-se decisão judicial transitada em julgado. Atualmente o processo encontra-se em execução (sobrestado). A Companhia ajuizou Ação Rescisória, processo n. 0010602-92.2021.5.18.0000, que foi julgada improcedente pelo TRT da 18ª Região e reformada pelo TST sendo julgada procedente a Ação Rescisória da empresa para rescindir o acórdão da RT011738-89.2015.5.18.0015. Em 24 de novembro de 2023 foram apresentados Embargos de Declaração do Sindicato. Em 16 de janeiro de 2024 foram apresentadas contrarrazões pela Equatorial. Em 15 de março de 2024 os Embargos de Declaração foram conhecidos e providos em parte para excluir os honorários. Em 04 de abril de 2024, o sindicato apresentou Recurso Extraordinário. Em 11 de abril de 2024 foi remetido para processamento. Em 24 de maio de 2024 foi apresentada as Contrarrazões ao Recurso Extraordinário; e

Processo 0011042-60.2013.5.18.0003 em que tem como autor o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás que pleiteia a aplicação do adicional de 100% das horas extras laboradas aos domingos e feriados para 38 substituídos, no montante de R\$ 18.708 (R\$ 18.153 em 31 de dezembro de 2023), considerando-se decisão judicial transitada em julgado. Atualmente o processo encontra-se em execução com Agravo em Recurso Extraordinário. Em 28 de novembro de 2023 foi concluso para apreciação da petição de recurso. Em 07 de março de 2024 foram apresentadas contrarrazões ao Agravo em Recurso Extraordinário. Em 15 de março de 2024 foi concluso para o Ministro-Vice-Presidente do TST. Em 29 de maio de 2024 foi remetido os Autos para Secretaria do Tribunal Pleno para incluir em pauta.

A Companhia, em 30 de junho de 2024, possui processos trabalhistas, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível, pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 894.470 (R\$ 870.320 em 31 de dezembro de 2023), deste total, R\$ 538.217 (R\$ 522.213 em 31 de dezembro de 2023), refere-se a processos dos créditos FUNAC. Dentre os processos citados, o mais relevante é:

Processo 0010799-06.2015.5.18.0017, que tem como autor o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás, referente a diferença salarial, que pleiteia o desvio de função dos eletricitistas ao de eletrotécnico para 513 substituídos, no montante de R\$ 424.798 (R\$ 411.086 em 31 de dezembro de 2023), atualmente o processo encontra-se em execução. Em 22 de novembro de 2023 foi dado provimento parcial ao Agravo e incluído em pauta para o dia 07 de fevereiro de 2024. Aguarda publicação para interposição de embargos divergentes. Em 07 de fevereiro de 2024 o recurso foi conhecido e provido. Em 26 de fevereiro de 2024 houve apresentação de Embargos de Declaração. Em 18 de abril de 2024 foi remetido para inclusão em pauta. Embargos de Declaração não acolhidos. Atualmente, o processo se encontra com prazo em aberto para interposição de Recurso Extraordinário.

## **Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **19.5 Regulatórias**

A Companhia figura como ré em 8 processos regulatórios em 30 de junho 2024, (7 em 31 de dezembro de 2023), no montante provisionado de R\$ 227.754 (R\$ 219.814 em 31 de dezembro de 2023), e não existem outros processos cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, para as quais não tenha provisão constituída. Dentre os processos citados, os mais relevantes são:

Processo Administrativo ANEEL nº 48500.003231/2021-01 que tem como interessado Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A., referente a fiscalização técnica e como objeto: Recurso Administrativo interposto pela Enel Distribuição Goiás em face do Auto de Infração nº 1/2020, lavrado pela Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, que aplicou a penalidade de multa em decorrência do descumprimento de dispositivos legais e regulamentares relacionados a qualidade técnica do fornecimento de energia elétrica, no montante de R\$ 58.211. Atualmente o processo, após emissão de Parecer da Procuradoria Federal junto à ANEEL opinando pela negativa de provimento ao recurso da distribuidora, encontra-se na assessoria do diretor Relator Ricardo Lavorato Tili, pendente de decisão administrativa final no âmbito da Diretoria Colegiada da ANEEL; e

Processo 1071387-09.2022.4.01.3400 (Multas Regulatórias) ajuizado pela Distribuidora com objetivo de anular a multa por descumprimento dos limites de DEC e FEC em 2020 e 2021, no montante de 62.697 (AI 0010/2022-SFE/ANEEL - processo 48500.004430/2021). Anel apresentou contestação e o processo está em fase de produção de provas. Atualmente o processo está conclusos para decisão após o pedido de julgamento antecipado por parte da ANEEL.

### **20 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores**

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em março de 2021. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devendo se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até (inclusive) 15 de março de 2017; e (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais, e não o efetivamente pago.

A partir de 2018 a Companhia, constituiu saldo ativo, referente a PIS/COFINS a recuperar e passivo, relativo ao ressarcimento a seus consumidores, bem como as deduções da receita bruta, referente ao PIS/COFINS e a receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS. Dessa forma, o ativo da Companhia contempla créditos com a Receita Federal desde o ingresso da ação. E o passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica.

Os saldos ativos estão sendo compensados via PERDCOMP e, a partir de 2021, os saldos passivos, amortizados via CVA, em atendimento a nota técnica nº 9/2021–FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 7 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária, que ocorrem a cada ciclo, sendo que estes saldos são classificados e movimentados no passivo circulante.

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

Apesar do início da devolução dos valores aos consumidores, ainda há saldos, classificados no passivo não circulante da Companhia, cujos critérios definitivos para a restituição dos créditos de PIS/PASEP e COFINS, estão pendentes, aguardando a conclusão das discussões junto à ANEEL a respeito dos mecanismos e critérios de compensação, quando da efetiva compensação dos créditos tributários.

No período findo em 30 de junho de 2024, a Companhia registrou atualização da taxa SELIC, constituindo complemento de ativo e passivo no montante de R\$ 73.960. Houve compensação de R\$ 240.143 do saldo de ativo com débitos tributários federais de imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS e retenções federais através de PER/DCOMP. Além disso, realizou amortização do passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores no montante de R\$ 524.264.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Ativo</b>		
Circulante – nota explicativa nº 8	598.821	842.828
Não circulante – nota explicativa nº 8	1.720.203	1.640.751
PIS e COFINS a recuperar	<u>2.319.024</u>	<u>2.483.579</u>
<b>Passivo</b>		
Circulante	204.708	728.972
Não circulante	1.804.127	1.795.557
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	<u>2.008.835</u>	<u>2.524.529</u>

## 20.1 Expectativa de realização do PIS/COFINS a recuperar

	<u>30/06/2024</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>
<b>Circulante</b>	<u>598.821</u>	<u>26%</u>
2025	634.288	27%
2026	890.191	38%
2027	195.724	8%
<b>Não circulante</b>	<u>1.720.203</u>	<u>74%</u>
<b>Total</b>	<u>2.319.024</u>	<u>100%</u>

Adicionalmente, no período findo em 30 de junho de 2024, a Companhia realizou atualização financeira, referente à taxa SELIC, no montante de R\$ 1.628, sobre a qual houve incidência de PIS/COFINS, no montante de R\$ 76, conforme demonstrado a seguir:

<b>Resultado</b>	<u>30/06/2024</u>
(+) Receita financeira	<u>1.628</u>
PIS/COFINS consumidores a restituir	(76)
(-) PIS/COFINS sobre a receita financeira	<u>(76)</u>
<b>Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<u>1.552</u>



# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 21 Outras contas a pagar

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Circulante</b>		
Devoluções a consumidores (obras vinculadas a concessão) (a)	<b>67.073</b>	80.131
Devoluções a consumidores	<b>8.995</b>	8.329
Convênios de arrecadação	<b>4.273</b>	6.422
Créditos de geração distribuída (b)	<b>137.171</b>	107.667
Partes relacionadas (c)	<b>72.603</b>	23.521
Outras contas a pagar (d)	<b>124.720</b>	87.581
<b>Total circulante</b>	<b>414.835</b>	313.651
Devoluções a consumidores (obras vinculadas a concessão) (a)	<b>32.562</b>	32.562
Outras contas a pagar	<b>10.328</b>	11.303
<b>Total não circulante</b>	<b>42.890</b>	43.865
<b>Totais outras contas a pagar</b>	<b>457.725</b>	357.516

- (a) Valores referentes às obras de autoconstrução, seguindo os preceitos da Resolução nº 1.000/2021 da ANEEL, art. nº 104 a 110, incluídas na base de remuneração da Companhia, registradas para ressarcimento ao cliente, através de transferência bancária ou desconto em fatura, com anuência do interessado;
- (b) Corresponde as atualizações nas modalidades de microgeração ou minigeração, de acordo com a Lei n.º 14.300 que incentivou a adesão de consumidores à Microgeração e da Minigeração Distribuídas de Energia Elétrica (MMGD);
- (c) Valor referente ao primeiro aditivo ao Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos, para mais detalhes, vide nota explicativa nº 9 – Partes relacionadas; e
- (d) Refere-se, principalmente, ao saldo de valores recebidos de serviços de terceiros prestados na rede com ordens em andamento.

## 22 Patrimônio líquido

### 22.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado no período findo em 30 de junho de 2024 é de R\$ 5.664.952 (R\$ 5.664.952 em 31 de dezembro de 2023), e o capital autorizado é de R\$ 7.500.000.000 (R\$ 7.500.000.000 em 31 de dezembro de 2023), sem valor nominal, e sua composição de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	<u>30/06/2024</u>	
	<u>Ações ordinárias</u>	<u>%</u>
Equatorial Participações S.A.	<b>282.965.232</b>	<b>99,96</b>
Outros (minoritários)	<b>102.022</b>	<b>0,04</b>
Total	<b>283.067.254</b>	<b>100,00</b>

Dentro do limite do capital autorizado e das ações ordinárias existentes, independentemente de reforma estatutária, o Conselho de Administração, será competente para deliberar sobre a emissão de ações para aumento de capital social da Companhia.

## Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 22.2 Reserva de reavaliação

Procedimento admitido pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) até 1º de janeiro de 2008, pelo qual a Companhia decidiu adotar a reavaliação dos bens componentes do ativo imobilizado a valores de mercado, obedecendo os dispositivos legais pertinentes. As diferenças entre valores de mercado e valores contábeis deram origem ao saldo credor da reserva de reavaliação no patrimônio líquido. Em 30 de junho de 2024, o saldo de reserva de reavaliação é de R\$ 42.170 (R\$ 44.166 em 31 de dezembro de 2023). A diminuição no saldo ocorreu devido à contabilização de realização de reserva para prejuízos acumulados à título de Reserva de reavaliação líquida de impostos, no montante de R\$ 1.996.

	31/12/2023	Quota de reavaliação	Amortização	30/06/2024
Reserva de reavaliação	67.742	(3.764)	-	63.978
Encargo tributário	(23.576)	-	1.768	(21.808)
Total	44.166	(3.764)	1.768	42.170

### 22.3 Planos de opção de compra de ações

A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra das ações a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial (“Grupo”), que representam, direitos de compra de ações emitidas por empresas do mesmo grupo econômico, mas não da Companhia. Os planos de opção do Grupo são classificados como instrumento patrimonial, visto que as Companhias devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial Energia S.A.

Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do período.

Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governanças e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável. As características dos planos estão descritas abaixo, e das outorgas anteriores estão descritas na nota explicativa nº 22.4.1 – Quinto Plano de Opção de Compra de Ações, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023.

#### a) Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio do período de cada lote.

	Valor justo ponderado do preço		Valor justo ponderado do preço	
	Número de ações 30/06/2024	do período 30/06/2024	Número de ações 31/12/2023	do exercício 31/12/2023
<i>Em opções</i>				
Existentes em 1º de janeiro		-	-	-
Outorgadas durante período	-	-	440.000	-
Existentes ao fim do período 6ª Outorga	290.000	26,04	290.000	26,38
Existentes ao fim do período 7ª Outorga	150.000	30,79	150.000	30,79
<b>Total existentes ao fim do período/exercício</b>	<b>440.000</b>	-	<b>440.000</b>	-

A despesa reconhecida no período findo em 30 de junho de 2024 foi de R\$ 1.622 (R\$ 433 em 30 de junho de 2023) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data-base.

## Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 22.4 Plano de outorga de “Phantom Shares”

#### 22.4.1 Contrato Phantom 2019

Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Energia, caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

<i>Em ações</i>	Valor justo ponderado do	
	Número de ações	preço do período
	<b>30/06/2024</b>	<b>30/06/2024</b>
Outorgadas durante o período (a)	70.000	-
<b>Existentes ao fim do período</b>	<b>70.000</b>	<b>34,25</b>

(a) Tratam-se transferências de ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico Equatorial Maranhão, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, Equatorial Goiás, CEEE-D e a controladora indireta Equatorial Energia.

A despesa reconhecida para o plano de “*Phantom shares*” no período findo em 30 de junho de 2024 foi de R\$ 3.033 (R\$ 0 em 30 de junho de 2023) e refere-se ao valor justo ponderado do preço é avaliado em cada data-base.

#### 22.4.2 Contrato Phantom 2023

Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Energia, caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

<i>Em ações</i>	Valor justo ponderado do		Valor justo ponderado	
	Número de ações	preço do período	Número de ações	do preço do período
	<b>30/06/2024</b>	<b>30/06/2024</b>	31/12/2023	31/12/2023
Existentes em 1º de janeiro	90.539	33,28	-	-
Outorgadas durante o período	9.798	-	90.539	-
<b>Existentes ao fim do período</b>	<b>100.337</b>	<b>34,25</b>	90.539	33,28

A despesa reconhecida para o plano de “*Phantom shares*” no período findo em 30 de junho de 2024 foi de R\$ 347 (R\$ 0 em 30 de junho de 2023) e refere-se ao valor justo ponderado do preço é avaliado em cada data-base.

## Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 23 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	01/04/2024	01/01/2024	01/04/2023	01/01/2023
	a	a	a	a
	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2023</u>
Receita de distribuição	2.419.993	4.783.532	1.927.861	4.137.543
Remuneração financeira WACC (a)	1.891	39.111	3.084	12.401
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b)	238.588	424.738	13.817	59.909
Subvenção CDE – Outros	133.518	266.972	102.324	198.349
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<u>2.793.990</u>	<u>5.514.353</u>	<u>2.047.086</u>	<u>4.408.202</u>
Suprimento de energia elétrica	36.072	75.152	59.644	95.213
Receita pela disponibilidade - uso da rede	255.598	491.981	243.669	467.262
Receita de construção (c)	480.077	831.910	245.618	1.147.752
Atualização do ativo financeiro	16.238	38.569	5.260	22.052
Outras receitas	73.979	151.365	59.526	121.268
<b>Receita operacional bruta</b>	<u>3.655.954</u>	<u>7.103.330</u>	<u>2.660.803</u>	<u>6.261.749</u>
Deduções da receita				
ICMS sobre venda de energia elétrica	(445.251)	(841.509)	(349.790)	(678.082)
PIS e COFINS	(264.528)	(521.126)	(249.656)	(427.024)
Encargos do consumidor	(20.481)	(45.997)	(20.355)	(40.897)
ISS	(123)	(245)	(93)	(1.207)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(369.584)	(739.168)	(336.562)	(639.689)
Penalidades DIC/FIC e outras	(48.804)	(128.358)	(24.003)	(47.822)
<b>Deduções da receita operacional</b>	<u>(1.148.771)</u>	<u>(2.276.403)</u>	<u>(980.459)</u>	<u>(1.834.721)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<u>2.507.183</u>	<u>4.826.927</u>	<u>1.680.344</u>	<u>4.427.028</u>

- (a) Valor referente ao cálculo e contabilização da taxa regulatória de remuneração de capital (WACC) usada para revisão de tarifa ou receita de distribuidoras, conforme metodologia definida pela ANEEL;
- (b) A variação positiva de R\$ 364.830 dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) previsão dos custos de energia e encargos concedidos pela ANEEL no reajuste foram superiores aos custos efetivamente pagos, entretanto menor no exercício atual, gerando uma variação positiva na constituição de parcela de R\$ 119.386 quando comparado com o exercício anterior; (ii) variação positiva entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$ 258.072; (iii) a variação negativa entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e excedente reativo no montante de R\$ 12.626; e (iv) variação negativa de R\$ 2 em CVA da Bandeira Faturada motivados pela bandeira verde em 2023; e
- (c) A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O valor é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

## 24 Custo do serviço e despesas operacionais

	01/04/2024 a 30/06/2024					01/01/2024 a 30/06/2024				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(27.444)	(9.746)	(627)	-	(37.817)	(66.290)	(17.797)	(13.757)	-	(97.844)
Material	(15.138)	(433)	(3.469)	-	(19.040)	(27.583)	(1.428)	(7.187)	-	(36.198)
Serviços de terceiros	(152.167)	12.143	(97.668)	-	(237.692)	(292.665)	(3.783)	(194.410)	-	(490.858)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(1.159.276)	-	-	-	(1.159.276)	(2.261.061)	-	-	-	(2.261.061)
Custo de construção (b)	(480.077)	-	-	-	(480.077)	(831.910)	-	-	-	(831.910)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 6.2	-	-	-	8.956	8.956	-	-	-	21.315	21.315
Provisão para redução ao valor recuperável – FUNAC – nota explicativa nº 10	-	-	(30.547)	(10.091)	(40.638)	-	-	(54.155)	(20.539)	(74.694)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(11.255)	-	(11.255)	-	-	(24.460)	-	(24.460)
Depreciação e amortização	(145.845)	-	(11.352)	-	(157.197)	(285.563)	-	(25.555)	-	(311.118)
Outros	8.631	(43)	(6.029)	(312)	2.247	5.408	(1.817)	(15.925)	409	(11.925)
<b>Total</b>	<b>(1.971.316)</b>	<b>1.921</b>	<b>(160.947)</b>	<b>(1.447)</b>	<b>(2.131.789)</b>	<b>(3.759.664)</b>	<b>(24.825)</b>	<b>(335.449)</b>	<b>1.185</b>	<b>(4.118.753)</b>
	01/04/2023 a 30/06/2023					01/01/2023 a 30/06/2023				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(11.080)	(3.203)	(42.488)	-	(56.771)	(25.326)	(25.672)	(76.179)	-	(127.177)
Material	1.733	(536)	7.248	-	8.445	(4.616)	(655)	(3.755)	-	(9.026)
Serviços de terceiros	(72.577)	(69.778)	(37.089)	-	(179.444)	(262.535)	(121.598)	(68.793)	-	(452.926)
Energia elétrica comprada para revenda	(977.047)	-	-	-	(977.047)	(2.083.384)	-	-	-	(2.083.384)
Custo de construção	(245.618)	-	-	-	(245.618)	(1.147.752)	-	-	-	(1.147.752)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 6.2	-	-	-	9.463	9.463	-	-	-	41.290	41.290
Provisão para redução ao valor recuperável – FUNAC – nota explicativa nº 10	-	-	(144.902)	138.896	(6.006)	-	-	(162.874)	96.757	(66.117)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(165.633)	-	(165.633)	-	-	(183.571)	-	(183.571)
Depreciação e amortização	(102.579)	-	6.613	-	(95.966)	(200.067)	-	(14.927)	-	(214.994)
Outros	3.569	7.465	(9.345)	(14.541)	(12.852)	(3.362)	(1.036)	(5.818)	(14.541)	(24.757)
<b>Total</b>	<b>(1.403.599)</b>	<b>(66.052)</b>	<b>(385.596)</b>	<b>133.818</b>	<b>(1.721.429)</b>	<b>(3.727.042)</b>	<b>(148.961)</b>	<b>(515.917)</b>	<b>123.506</b>	<b>(4.268.414)</b>

(a) Para maior detalhamento, vide abertura dos custos da energia comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 25 – Energia elétrica comprada para revenda; e

(b) Refere-se a apropriação dos custos relacionados as construções de acordo com a regulamentação da ANEEL, através do critério de departamentalização contemplando assim os custos indiretos de mão-de-obra, conforme notas explicativas nº 13 – Ativos de contrato e 23 – Receita operacional líquida.

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 24.1 Outras despesas operacionais, líquidas

	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Ganhos na alienação e desativação de bens e direitos (a)	1.544	1.544	(1.259)	-
Reversão de provisão para perda de estoque (f)	(28.599)	-	-	72.884
Outras receitas operacionais	-	-	-	15.672
<b>Total de outras receitas operacionais</b>	<b>(27.055)</b>	<b>1.544</b>	<b>(1.259)</b>	<b>88.556</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>				
Perdas pela desativação de bens e direitos (b)	(44.327)	(64.191)	(50.024)	(91.167)
Indenização por danos a terceiros	(1.360)	(1.773)	(20)	(34)
Provisão para perda de estoque (c)	6.507	(1.140)	-	-
Baixa de recebíveis incobráveis (d)	(26.342)	(50.831)	(15.654)	(15.654)
Outras despesas operacionais (e)	(1.652)	(8.548)	(12.260)	(13.515)
<b>Total de outras despesas operacionais</b>	<b>(67.174)</b>	<b>(126.483)</b>	<b>(77.958)</b>	<b>(120.370)</b>
<b>Total outras despesas operacionais, líquidas</b>	<b>(94.229)</b>	<b>(124.939)</b>	<b>(79.217)</b>	<b>(31.814)</b>

- (a) Valor referente a ganhos na apuração do processo de sinistros da Subestações Universitário e Daia;
- (b) Valor referente a perdas na desativação de bens se deve ao aumento dos investimentos aplicados na melhoria da rede;
- (c) No período findo de 30 de junho de 2024, houve principalmente o reconhecimento de uma provisão no valor de R\$ 1.140 resultante de perdas de custos de materiais;
- (d) Valor referente a baixa de recebíveis que a Companhia não tem expectativa de recebimento;
- (e) Os saldos mais relevantes que compõem a linha de outras despesas operacionais são referentes a publicidade e propaganda devido aos custos da campanha Energia para Reconstruir realizada no primeiro trimestre; e
- (f) Valor referente a estorno da reversão da provisão de perdas de estoque no valor de R\$ 28.599, constituída no primeiro trimestre.

## 25 Energia elétrica comprada para revenda

	01/04/2024 a 30/06/2024		01/01/2024 a 30/06/2024		01/04/2023 a 30/06/2023		01/01/2023 a 30/06/2023	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão	2.280	(512.249)	4.516	(1.012.523)	2.121	(492.926)	4.265	(968.940)
Contratos Eletro nuclear	117	(40.493)	235	(79.345)	119	(38.400)	236	(79.645)
Contratos cotas de garantias	572	(105.337)	1.115	(196.721)	617	(103.014)	1.264	(213.643)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (a)	-	(79.818)	-	(155.772)	-	(10.238)	-	9.965
Energia de curto prazo - CCEE	-	(59.584)	-	(114.633)	-	90.177	-	(128.131)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	62	(39.246)	121	(78.493)	122	(42.672)	122	(85.343)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	134.673	-	269.863	-	134.448	-	241.914
Aquisição de energia - Itaipu (b)	591	(141.802)	1.192	(258.287)	612	(213.260)	1.228	(248.486)
Outros	-	(13.686)	-	(29.505)	-	(6.963)	-	(39.386)
<b>Subtotal</b>	<b>3.622</b>	<b>(857.542)</b>	<b>7.179</b>	<b>(1.655.416)</b>	<b>3.591</b>	<b>(682.848)</b>	<b>7.115</b>	<b>(1.511.695)</b>
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	(301.734)	-	(605.645)	-	(294.199)	-	(571.689)
<b>Total</b>	<b>3.622</b>	<b>(1.159.276)</b>	<b>7.179</b>	<b>(2.261.061)</b>	<b>3.591</b>	<b>(977.047)</b>	<b>7.115</b>	<b>(2.083.384)</b>

- (a) A variação nas despesas no período, deve-se ao aumento dos pagamentos do encargo de energia de reserva, onde os custos associados as usinas desse leilão de energia de reserva, realizaram-se maior que o preço do PLD, rateando essa diferença aos agentes de distribuição; e
- (b) A variação de R\$ 9.801 compreende o aumento do custo com a aquisição de Energia Itaipu decorrente da atualização dos preços médios de pagamentos em 7,08 %.

(\*) não revisado.

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 26 Resultado financeiro

	<u>01/04/2024</u>	<u>01/01/2024</u>	<u>01/04/2023</u>	<u>01/01/2023</u>
	<u>a</u>	<u>a</u>	<u>a</u>	<u>a</u>
	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2023</u>
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras (a)	34.689	58.024	25.433	63.867
Valores a receber/devolver parcela A	5.991	11.423	31.485	50.860
Acréscimo moratório de energia vendida	16.456	32.050	19.049	34.738
Variação monetária e cambial da dívida (b)	-	-	1.402	12.082
Receita financeira de AVP	717	2.239	-	-
PIS/COFINS sobre receita financeira	(6.174)	(8.351)	(5.458)	(13.012)
Outras receitas financeiras (c)	76.340	78.275	41.400	130.358
<b>Total de receitas financeiras</b>	<u>128.019</u>	<u>173.660</u>	<u>113.311</u>	<u>278.893</u>
<b>Despesas financeiras</b>				
Valores a receber/devolver parcela A	(19.228)	(45.299)	(25.522)	(39.975)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(281)	(281)	-	(13.166)
Encargos da dívida (d)	(299.613)	(584.601)	(301.521)	(622.005)
Variação monetária e cambial da dívida (b)	(21.369)	(67.290)	(10.793)	(11.821)
Atualização de contingências (e)	(16.822)	(33.823)	(309.123)	(326.727)
Juros, multas s/ operação de energia	(1.717)	(3.261)	2.443	(2.861)
Despesa financeira de AVP (f)	(3.346)	(4.316)	(634)	(1.819)
Encargos sobre déficit atuarial	(3.777)	(7.553)	(3.331)	(6.662)
Impairment - Créditos especiais – FUNAC	(4.855)	(10.318)	-	-
Outras despesas financeiras	(119.374)	(158.706)	28.458	(37.556)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<u>(490.382)</u>	<u>(915.448)</u>	<u>(620.023)</u>	<u>(1.062.592)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(362.363)</u>	<u>(741.788)</u>	<u>(506.712)</u>	<u>(783.699)</u>

- (a) A redução nos rendimentos de aplicações financeiras ocorreu principalmente devido à queda na taxa do CDI. Até 30 de junho de 2023, o CDI acumulado era de 6,50%, enquanto em 30 de junho de 2024, encerrou em 5,22%;
- (b) O aumento na despesa acumulada até 30 de junho de 2024, nas linhas de variação cambial e monetária da dívida, ocorreu principalmente devido aos ingressos de novas dívidas, corrigidas pelo IPCA;
- (c) A variação é explicada pelo desconto obtido em 2023, decorrente da antecipação dos pagamentos do empréstimo com a Enel Brasil, totalizando R\$ 91.000, conforme estipulado no contrato de confissão de dívida;
- (d) A redução nos encargos da dívida é justificada pela queda do CDI, que representa 79,82% da dívida da Companhia. Em 30 de junho de 2023, o CDI estava em 6,50%, enquanto em 30 de junho de 2024, encerrou em 5,22%;
- (e) O saldo refere-se à atualização dos processos no período, conforme pode-se observar na nota explicativa nº 19 – Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados; e
- (f) Valor referente ao reconhecimento de ajuste a valor presente de R\$ 735 e R\$ 1.342, conforme notas explicativas 6 – Contas a receber de clientes e 15.2 – Movimentação de empréstimos e financiamentos, respectivamente.

## Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 27 Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada)

O saldo de benefício pós-emprego está constituído conforme a seguir demonstrado:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Plano CV	2.591	2.485
<b>Total circulante</b>	<u>2.591</u>	<u>2.485</u>
<b>Não circulante</b>		
Plano CV	19.487	20.297
Planos de Saúde	118.937	116.077
FGTS	23.174	22.710
<b>Total não circulante</b>	<u>161.598</u>	<u>159.084</u>
<b>Total</b>	<u><u>164.189</u></u>	<u><u>161.569</u></u>

As características dos planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritas na nota explicativa nº 26 – Benefício pós-emprego, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, e não houve alterações de critérios adotados no período.

### 28 Instrumentos financeiros

#### 28.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme nota explicativa nº 16.5 – *Covenants* das debêntures.

#### 28.2 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.



## Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para período findo em 30 de junho de 2024 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme descrito no item a seguir.

### (a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	30/06/2024		31/12/2023	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e depósito bancários à vista	-	Custo amortizado	46.795	46.795	30.430	30.430
Equivalentes de caixa	2	Valor justo por meio do resultado	42.097	42.097	401.551	401.551
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	1.965.937	1.965.937	858.661	858.661
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	1.911.165	1.911.165	1.953.598	1.953.598
Outros créditos a receber - FUNAC	-	Custo amortizado	866.397	866.397	854.732	854.732
Ativo financeiro de concessão	2	Valor justo por meio do resultado	1.592.967	1.592.967	1.397.260	1.397.260
<b>Total do ativo</b>			<b>6.425.358</b>	<b>6.425.358</b>	<b>5.496.232</b>	<b>5.496.232</b>

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	30/06/2024		31/12/2023	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	-	Custo amortizado	1.431.229	1.431.229	1.674.724	1.674.724
Fornecedor – risco sacado	-	Custo amortizado	57.820	57.820	55.991	55.991
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	44.109	54.292	49.943	61.468
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	3.663	3.663	7.317	7.317
Debêntures	-	Custo amortizado	11.495.140	11.786.479	9.905.775	10.524.927
Instrumentos financeiros derivativos	2	Financeiros ao valor justo	23.862	23.862	-	-
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	760.208	760.208	577.878	577.878
<b>Total do passivo</b>			<b>13.816.031</b>	<b>14.117.553</b>	<b>12.271.628</b>	<b>12.902.305</b>

**Caixa e equivalente de caixa** - os saldos de caixa são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais (custo amortizado). Os saldos de equivalentes de caixa, são classificados como de valor justo por meio do resultado, sendo nível 2 na hierarquia de valor justo;

**Aplicações financeiras** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI;

**Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;

## Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

**Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros** - são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado;

**Ativo financeiro de concessão** - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 2 na hierarquia do valor justo;

**Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado;

**Fornecedores - risco sacado** - decorrem de transações entre a Companhia e seus fornecedores de materiais e serviços e são classificados como passivo ao custo amortizado;

**Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA);

**Debêntures** - são classificadas como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA;

**Instrumentos financeiros derivativos** – são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swap, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo; e

**Passivo de arrendamento** - composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e *leasing* que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o período de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado.

## Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

### 28.3 Instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 30 de junho de 2024, que podem ser assim resumidos:

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo	Juros	Indexadores	Valor Justo		
									Ponta Ativa	Ponta Passiva	Total
Banco XP	13/06/2024	15/05/2036	-	950.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 6,4895% a.a./ CDI + 0,30% a.a.	953.393	(977.255)	(23.862)
<b>Total</b>									<b>953.393</b>	<b>(977.255)</b>	<b>(23.862)</b>
									Passivo circulante		(65)
									Passivo não circulante		(23.797)
									<b>Efeito líquido total</b>		<b>(23.862)</b>

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* e a inefetividade de *hedge* foram os seguintes:

Risco Cambial	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	30/06/2024		
		Valor Nominal	Passivo	Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA
Contrato de <i>hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	950.000	(23.862)	(23.581)

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 28.4 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o período findo em 30 de junho de 2024, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2023.

## 29 Demonstração dos fluxos de caixa

### 29.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
<b>Atividades de investimento</b>	
Transferências entre ativo financeiro e ativos de contrato (a)	157.139
Transferências entre ativos de contrato e intangível (a)	501.968
Adição de ativos de contrato com contrapartida em fornecedores (a)	39.335
Adição de ativos de contrato com contrapartida em obrigações e encargos sobre folha de pagamento (a)	57.263
<b>Total de atividades de investimento</b>	<u>755.705</u>
<b>Atividades de financiamento</b>	
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	2.399
<b>Total de atividades de financiamento</b>	<u>2.399</u>
<b>Total</b>	<u>758.104</u>

(a) Conforme demonstrado na nota explicativa nº 13 – Ativos de contrato.

# Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
Período findo em 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 29.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2023	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (*)	Baixa de arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (**)	30/06/2024
Empréstimos e financiamentos	49.943	(7.145)	(1.924)	-	-	3.235	44.109
Debêntures	9.905.775	1.547.166	(594.131)	-	-	636.330	11.495.140
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	23.581	281	23.862
Passivos de arrendamento	7.317	(6.402)	-	2.399	-	349	3.663
<b>Totais</b>	<b>9.963.035</b>	<b>1.533.619</b>	<b>(596.055)</b>	<b>2.399</b>	<b>23.581</b>	<b>640.195</b>	<b>11.566.774</b>

(\*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(\*\*) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas e capitalização de juros.

## 30 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2024	2025	2026	Após 2026 (*)
Energia contratada (em R\$ mil)	2024 a 2035	1.627.839	3.419.792	3.632.419	36.689.728
Energia contratada (em MhW)	2024 a 2035	7.633.060	14.010.641	14.063.263	129.165.478

(\*) estimado em 9 anos após 2026.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2024	2025	2026	Após 2026
Arrendamentos e aluguéis	2024 a 2027	508	835	783	1.537

## 31 Eventos subsequentes

### Captação de empréstimos

Em 22 de julho de 2024 foi concluída a contratação junto ao *Bank of America* via Lei 4.131, com o prazo de 3 anos, no valor de USD 70.000 com o custo de USD + 6,0824% a.a., com SWAP de câmbio para CDI + 1,20% a.a., perfazendo o montante de R\$ 383.600, cujo recurso será destinado para gestão ordinária da Companhia.

### Amortização extraordinária

Em 08 de agosto de 2024, ocorreu a amortização extraordinária parcial da 2ª Emissão de Debêntures no montante de R\$ 500.000.

### Liberação de recurso da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures

Em 09 de agosto de 2024, ocorreu a liberação de recursos da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no montante de R\$ 1.000.000, com a taxa de CDI + 1,00% a.a., com o prazo de 6 anos, amortizações no 4º, 5º e 6º ano, juros semestrais e sem carência. Esta emissão destina-se para amortização extraordinária parcial da 2ª Emissão de Debêntures, no montante de R\$ 1.000.000, conforme Escritura de Emissão.

\* \* \*

## **Conselho de Administração**

Augusto Miranda da Paz Júnior  
Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Marcos Antônio Souza de Almeida

Windsor Silva Santos Júnior

Jaconias de Aguiar

Tinn Freire Amado

## **Diretoria Executiva**

Lener Silva Jayme  
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima  
Diretor de Relações com Investidores

André Luiz Barata Pessoa  
Diretor

Bruno Cavalcanti Coelho  
Diretor

Humberto Luis Queiroz Nogueira  
Diretor


Agnelo Coelho Neto  
Diretor

José Silva Sobral Neto  
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto  
Superintendente de Ativos e Contabilidade  
Contador CRC MA 011842-O-3 S-GO

GRUPO

**equatorial**  
ENERGIA



Release de  
Resultados  
2T24

**EQTL**  
B3 LISTED NM



Brasília, 14 de agosto de 2024 – A Equatorial Energia S.A., *holding multi-utilities*, com atuação nos segmentos de Distribuição, Transmissão, Geração, Comercialização, Serviços, Saneamento e Telecom (B3: EQTL3; USOTC: EQUQY), anuncia os resultados do segundo trimestre de 2024 (2T24).

## EBITDA Consolidado Ajustado cresce 11%, R\$ 2,4 bilhões no período (vs. 2T23)

Crescimento de mercado das distribuidoras, disciplina de custos, manutenção dos níveis de perdas e alavancagem controlada são os destaques do trimestre

- **Perdas totais consolidadas** enquadradas no nível regulatório pelo terceiro trimestre consecutivo.
- **Volume total de energia distribuída** com crescimento consolidado de 8,0% (vs 2T23), destaque para Amapá (+18,4%), Maranhão (+11,1%), Piauí (+11,5%) e Goiás (+10,9%), que alcançaram crescimento percentual com dois dígitos.
- **Investimentos consolidados** totalizaram cerca de **R\$ 2,1 bilhões** no 2T24, redução de R\$ 0,6 bilhão quando comparado ao 2T23, reflexo do estágio final de implementação do pipeline de renováveis.
- Relação **Dívida Líquida / EBITDA consolidado** na visão *covenant*, encerrou o 2T24 em **3,2x**, 0,1x menor que o 1T24.
- **Disponibilidade** do período atingiu **R\$ 12,6 bilhões**, com uma relação **Caixa / Dívida de curto prazo de 2,2x**.
- **Equatorial se consagra Investidor de Referência da SABESP** e adquire **participação de 15%** na companhia (R\$ 67,00 reais por ação – R\$ 6,8 Bilhões), ratificando a estratégia de ampliar sua atuação na prestação de serviços de saneamento.
- **Funding para aquisição de SABESP – R\$ 5,6 bilhões** emitidos com um custo all in de **CDI + 1,36%** a.a e um prazo de **18 meses**.
- **Início de operação comercial** dos projetos solares da Echoenergia: **Ribeiro Gonçalves** em maio e de **Barreiras 1** em julho.
- Conclusão do aumento de capital com utilização de créditos com dividendos (**R\$ 516 milhões**) em **18/07**.
- **Assinatura do contrato de venda da SPE 7** (efeito no 2T24 de **desconsolidação de R\$ 413 milhões de dívida**) em 08/07.
- **Aprovado o aumento de capital com limite de até R\$ 2,5 bilhões no dia 13/08**.

### PRINCIPAIS MACROINDICADORES <sup>1</sup>

Destaques Financeiros	2T23	2T24	Δ%	Δ
<b>R\$ milhões</b>				
Receita operacional líquida (ROL)	9.201	10.489	14,0%	1.288
<b>EBITDA ajustado (trimestral)</b>	<b>2.186</b>	<b>2.428</b>	<b>11,1%</b>	<b>242</b>
<i>Margem EBITDA (%ROL)</i>	23,8%	23,1%	-0,6 p.p.	
<b>EBITDA ajustado (12 meses)</b>	<b>8.849</b>	<b>11.161</b>	<b>26,1%</b>	<b>2.312</b>
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>262</b>	<b>306</b>	<b>16,8%</b>	<b>44</b>
<i>Margem líquida (%ROL)</i>	2,8%	2,9%	0,1 p.p.	
<b>Investimentos</b>	<b>2.690</b>	<b>2.052</b>	<b>-23,7%</b>	<b>(638)</b>
<b>Dívida líquida</b>	<b>34.466</b>	<b>35.906</b>	<b>4,2%</b>	<b>1.440</b>
Dívida líquida/EBITDA ajustado (12m - Covenants)	3,8	3,2	-0,6x	
Disponibilidade / Dívida de curto prazo	1,8	2,2	0,4x	

<sup>1</sup> EBITDA Ajustado líquido de efeitos não-recorrentes e efeito não caixa de VNR, IFRS e MtM.



## **Sumário**

Sumário .....	3
DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO .....	5
MARGEM BRUTA AJUSTADA.....	5
CUSTOS E DESPESAS .....	7
EBITDA.....	8
RESULTADO FINANCEIRO .....	9
LUCRO LÍQUIDO.....	10
ENDIVIDAMENTO .....	12
INVESTIMENTOS.....	13
ESG (Environmental, Social and Governance) .....	14
DISTRIBUIÇÃO.....	15
DESEMPENHO COMERCIAL .....	15
DESEMPENHO OPERACIONAL .....	17
DESEMPENHO FINANCEIRO.....	18
MARGEM BRUTA .....	18
DESPESAS OPERACIONAIS E PMSO/CONSUMIDOR .....	19
EBITDA.....	21
EFEITOS NÃO RECORRENTES EBITDA .....	23
RESULTADO FINANCEIRO .....	24
LUCRO LÍQUIDO.....	24
INVESTIMENTOS.....	24
TRANSMISSÃO .....	25
DESEMPENHO FINANCEIRO.....	25
RENOVÁVEIS.....	27
DESEMPENHO OPERACIONAL .....	27
DESEMPENHO FINANCEIRO.....	31
SANEAMENTO .....	34
DESEMPENHO OPERACIONAL E COMERCIAL.....	34
DESEMPENHO FINANCEIRO.....	34
EQUATORIAL SERVIÇOS .....	36
DESEMPENHO FINANCEIRO.....	36
SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE .....	37

## AVISO

As declarações sobre eventos futuros estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia. As ressalvas com relação às declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras “acredita”, “poderá”, “irá”, “continua”, “espera”, “prevê”, “pretende”, “estima” ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia.

Critérios contábeis adotados:

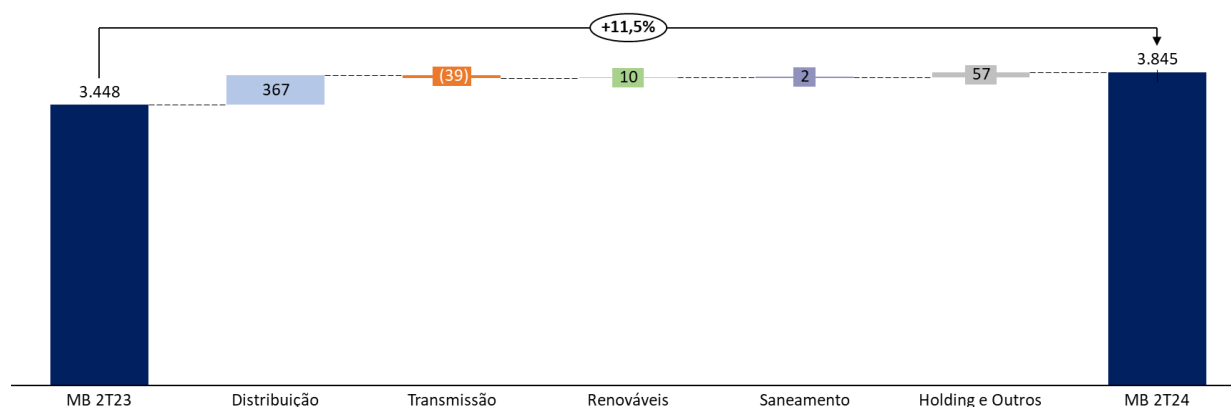
As informações estão apresentadas na forma consolidada e de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações financeiras consolidadas apresentadas neste relatório representam 100% do resultado de suas controladas diretas e indiretas e consideram o resultado dos ativos a partir de sua aquisição, exceto quando indicado o contrário para fins de comparabilidade.

As informações operacionais consolidadas representam 100% dos resultados de controladas diretas e indiretas.

## DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

Demonstração de Resultado	2T23	2T24	Δ%	Δ
<b>R\$ milhões</b>				
Receita operacional bruta (ROB)	12.540	14.533	15,9%	1.993
Receita operacional líquida (ROL)	9.201	10.489	14,0%	1.288
Custo de energia elétrica	(5.708)	(6.350)	11,3%	(643)
<b>Margem Bruta</b>	<b>3.494</b>	<b>4.139</b>	<b>18,5%</b>	<b>645</b>
<b>Margem Bruta Ajustada</b>	<b>3.448</b>	<b>3.845</b>	<b>11,5%</b>	<b>397</b>
Custo e despesas operacionais	(991)	(1.367)	37,9%	(376)
Outras receitas/despesas operacionais	(133)	(175)	32,2%	(43)
<b>EBITDA</b>	<b>2.370</b>	<b>2.597</b>	<b>9,6%</b>	<b>227</b>
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>2.186</b>	<b>2.428</b>	<b>11,1%</b>	<b>242</b>
Depreciação	(432)	(515)	19,1%	(83)
Amortização de ágio	(136)	(143)	5,3%	(7)
Resultado do serviço (EBIT)	1.802	1.939	7,6%	137
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(1.098)</b>	<b>(944)</b>	<b>-14,0%</b>	<b>154</b>
<b>Resultado financeiro ajustado</b>	<b>(762)</b>	<b>(985)</b>	<b>29,2%</b>	<b>(223)</b>
Lucro antes da tributação (EBT)	704	995	41,3%	291
IR/CSLL	(33)	(299)	799,0%	(266)
Participações minoritárias	(153)	(187)	22,0%	(34)
<b>Lucro líquido Ex Minoritários</b>	<b>518</b>	<b>508</b>	<b>-1,8%</b>	<b>(9)</b>
<b>Lucro líquido Ajustado</b>	<b>262</b>	<b>306</b>	<b>16,8%</b>	<b>44</b>
Investimentos	2.690	2.052	-23,7%	(638)

## MARGEM BRUTA AJUSTADA



De forma consolidada, a Margem Bruta ajustada do grupo Equatorial no 2T24 apresentou um crescimento de 11,5% em comparação ao 2T23, totalizando R\$ 3,8 bilhões, já excluindo os efeitos da receita de construção e os efeitos IFRS (VNR, IFRS 9 e MtM).

O resultado é explicado principalmente pelo aumento da margem bruta do segmento de Distribuição, onde destaca-se o crescimento da Equatorial Goiás (R\$ 290,1 milhões). Vale ressaltar que a redução da margem no segmento de Transmissão (- R\$ 39 milhões) se dá pela venda da INTESA, que não é mais consolidada no 2T24.

Neste trimestre, as variações de crescimento de mercado impactaram o resultado positivamente em R\$ 171 milhões, enquanto o aumento de tarifa somou R\$ 219 milhões e a melhora de perdas resultou em um resultado positivo de R\$ 16 milhões. Este resultado foi parcialmente compensado pela variação negativa da renda não faturada, ultrapassagem de demanda e energia reativa e pelos créditos tributários, que juntos somaram R\$ 51 milhões.

Na tabela abaixo apresentamos os efeitos não recorrentes da Margem Bruta abertos por segmento:

Não Recorrentes	Distribuição	Transmissão	Renováveis	Saneamento	Outros	2T24 Total
<b>Receita Operacional</b>	(81)	-	-	-	-	<b>(81)</b>
Multa de Acréscimo Moratório	2	-	-	-	-	2
Reconhecimento RTE	(60)	-	-	-	-	(60)
Flexibilização de perdas via CCC	(24)	-	-	-	-	(24)
<b>Deduções da receita operacional</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>(81)</b>	-	-	-	-	<b>(81)</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Margem Bruta</b>	<b>(81)</b>	-	-	-	-	<b>(81)</b>

Abaixo o detalhamento do efeito que foi concentrado no segmento de Distribuição:

*Receita Operacional:*

- (i) *Multa de Acréscimo moratório (CEA): Efeito que corrige o lançamento de multas de acréscimo moratório no resultado financeiro. Este efeito também aparece nos não recorrentes do resultado financeiro com o sinal oposto.*
- (ii) *Reconhecimento RTE (CEA): Efeito que reflete os reconhecimentos de ativos regulatórios feitos após a homologação da revisão tarifária extraordinária do Amapá.*
- (iii) *Flexibilização de perdas via CCC (CEA): Efeito que mapeia o recebimento retroativo da cobertura de perdas via CCC do Amapá (recebimento em abril que retroage a dezembro de 2023)*

## CUSTOS E DESPESAS

Custos Operacionais	2T23	Δ Distribuição	Δ Transmissão	Δ Renováveis	Δ Outros*	2T24	Δ%	Δ
R\$ milhões								
(+) Pessoal	337	-37	-2	7	7	312	-7,2%	-24
(+) Material	20	38	-14	-3	4	46	128,0%	26
(+) Serviço de terceiros	485	120	13	15	36	668	37,7%	183
(+) Outros	59	54	-1	0	-71	42	-29,9%	-18
<b>(=) PMSO Reportado</b>	<b>902</b>	<b>175</b>	<b>-4</b>	<b>19</b>	<b>-23</b>	<b>1.069</b>	<b>18,5%</b>	<b>167</b>
Ajustes	141	-	-	-	-	-24	-117,2%	-166
<b>PMSO Ajustado</b>	<b>1.043</b>	<b>10</b>	<b>-4</b>	<b>19</b>	<b>-23</b>	<b>1.044</b>	<b>0,1%</b>	<b>1</b>
(+) Provisões	79	-101	0	0	302	280	254,3%	201
(+) Sistemas Isolados e Subv. CCC	11	8	0	0	0	18	72,3%	8
(+) Outras receitas/despesas operacionais	133	33	0	0	10	175	32,2%	43
(+) Depreciação e amortização	432	92	8	-10	-7	515	19,1%	83
<b>Custos e Despesas Reportado</b>	<b>1.556</b>	<b>206</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>282</b>	<b>2.057</b>	<b>32,2%</b>	<b>501</b>
IPCA (12 meses)				4,23%				
IGPM (12 meses)				2,45%				

\*Inclui PPAs e Eliminações

O PMSO Ajustado reduziu 0,8% no comparativo entre trimestres, de R\$ 1.053 milhões para R\$ 1.044 milhões. A variação ajustada abaixo da inflação apurada é reflexo da disciplina de custos da companhia no período. Como principais efeitos do trimestre, destacamos:

- (i) Aumento de R\$ 10 milhões no segmento de Distribuição, principalmente, em função do robustecimento de equipes de campo na Equatorial Maranhão;
- (ii) Aumento de R\$ 19 milhões no segmento de Renováveis, principalmente nas linhas de Serviços e Pessoal, resultado da finalização dos parques solares; e
- (iii) Redução de R\$ 34 milhões em Outros, explicado majoritariamente pela variação de PPAs entre o 2T23 e o 2T24.

A variação presente na linha de provisões, assim como a variação da linha de Outros, reflete os movimentos de PPAs (principalmente na Equatorial Goiás) que afetaram o 2T23 (R\$ 274 milhões) e o 2T24 (R\$ 20 milhões)

É importante mencionar que, apesar de ajustarmos a linha de Outras Receitas/Despesas Operacionais no EBITDA, esta linha teve um impacto de R\$ 26 milhões referentes a provisões de estoque realizadas na CEEE-D, e que essas provisões reduzem o CAPEX do período.

Na tabela abaixo apresentamos os efeitos não recorrentes dos custos e despesas, abertos por segmento:

Não Recorrentes	Distribuição	Transmissão	Renováveis	Saneamento	Outros	2T24 Total
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	24	-	-	-	-	<b>24</b>
Material	3	-	-	-	-	3
Serviços de Terceiros	22	-	-	-	-	22
Provisões	-	-	-	-	-	-
<b>Custos e Despesas</b>	<b>24</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24</b>

Abaixo o detalhamento dos efeitos não recorrentes que foram concentrados no segmento de Distribuição:

*Custos e Despesas Operacionais:*

*Material*

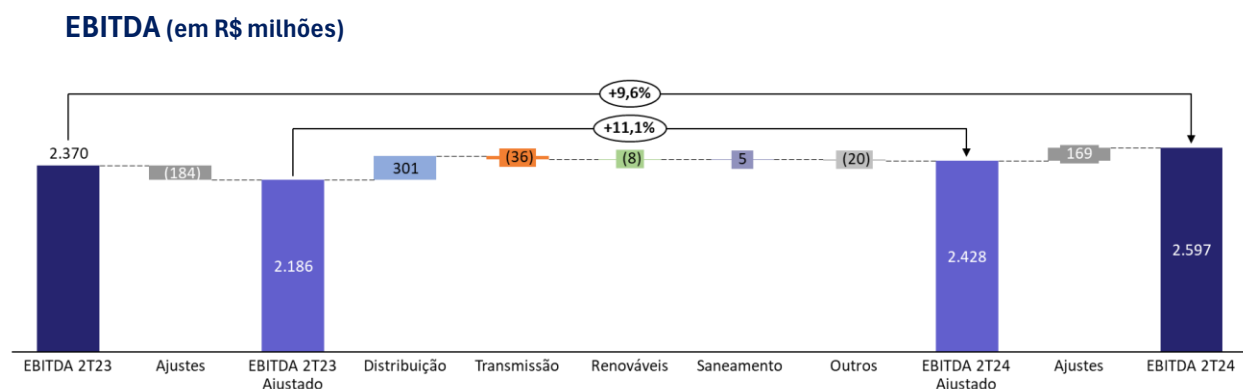
- (i) *Despesas com processo de primarização (Alagoas): Ajuste em função da aquisição de equipamentos de proteção individual e coletiva decorrente do processo de primarização na Equatorial Alagoas.*

Serviços de Terceiros

- (i) Honorários advocatícios, despesas com o processo de primarização e consultorias (Maranhão, Alagoas e Goiás): Ajustes referentes a despesas não recorrentes com processos judiciais em Goiás, consultorias e treinamentos do processo de primarização em Alagoas e despesa com consultoria de planejamento estratégico no Maranhão.

Os efeitos individuais podem ser visualizados na tabela de não recorrentes da seção de Distribuição.

**EBITDA**



O EBITDA reportado da Equatorial atingiu R\$ 2.597 milhões no 2T24, valor 9,6% superior ao 2T23.

Já o EBITDA ajustado por efeitos não recorrentes e não caixa alcançou R\$ 2.428 milhões, 11,1% superior ao mesmo período do ano anterior, ou R\$ 241 milhões superior, aumento proveniente do segmento de distribuição, que no trimestre teve uma variação de R\$ 300 milhões, onde destacamos a variação da Equatorial Goiás (R\$ 280 milhões).

É importante mencionar que o EBITDA ajustado já contempla os ajustes não caixa e IFRS (VNR, IFRS 9 e MtM).

A seguir apresentamos a conciliação do EBITDA Reportado, conforme Instrução CVM 527/12:

EBITDA	2T23	2T24	Δ%	Δ
<b>R\$ milhões</b>				
EBITDA Equatorial Societário	2.370	2.597	9,6%	227
Ajustes EBITDA	(184)	(169)	-8,4%	15
Não Recorrentes	(5)	43	N/A	48
(-) IFRS 9 (Transmissão)	(46)	(43)	-5,9%	3
(-) VNR	(96)	(170)	76,2%	(73)
(-) MtM	(37)	0	-101,2%	38
<b>EBITDA Equatorial Ajustado</b>	<b>2.186</b>	<b>2.428</b>	<b>11,1%</b>	<b>242</b>

Os efeitos não-recorrentes que impactaram o EBITDA estão relacionados a seguir.

Não Recorrentes	Distribuição	Transmissão	Renováveis	Saneamento	Outros	2T24 Total
Margem Bruta	(81)	-	-	-	-	(81)
Custos e Despesas	24	-	-	-	-	24
Outras receitas/despesas operacionais	165	-	-	-	-	165
Ajustes IFRS (VNR / IFRS 9 / MtM)	(170)	(43)	-	-	0	(212)
PPAs	-	-	-	-	(64)	(64)
<b>Ajustes EBITDA</b>	<b>(62)</b>	<b>(43)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(64)</b>	<b>(169)</b>

Os ajustes do EBITDA nesse trimestre foram concentrados nas distribuidoras do grupo, e estão representados nas seções anteriores “Margem Bruta” e “Custos e Despesas”. Para maiores detalhes, ver seção de “Distribuição”.

## RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro líquido	2T23	Δ Distribuição	Δ Transmissão	Δ Renováveis	Δ Outros	2T24	Δ%	Δ
<b>R\$ milhões</b>								
(+) Rendas Financeiras	310	1	10	(2)	(28)	291	-6,1%	(19)
(+) Acréscimo Moratório - Venda de Energia	108	10	-	-	-	118	9,4%	10
(+) Encargos da dívida	(1.346)	(0)	30	(4)	104	(1.216)	-9,7%	130
(+) Encargos CVA	4	(39)	-	-	5	(30)	-862,4%	(34)
(+) AVP - Comercial	7	(15)	-	-	-	(8)	-211,3%	(15)
(+) Contingências	(58)	283	-	-	(289)	(63)	9,5%	(5)
(+) Outras Receitas / Despesas	(123)	(104)	4	(5)	193	(35)	-71,2%	87
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(1.098)</b>	<b>136</b>	<b>44</b>	<b>(11)</b>	<b>(15)</b>	<b>(944)</b>	<b>-14,0%</b>	<b>154</b>
(-/+ Efeitos Não Recorrentes	283					35	-87,7%	(249)
(-/+ Efeitos Não Caixa	52					(76)	-246,0%	(128)
<b>Resultado financeiro ajustado</b>	<b>(762)</b>					<b>(985)</b>	<b>29,2%</b>	<b>(223)</b>

É importante destacar que a partir deste trimestre estamos destacando o efeito da atualização da opção de compra sobre a participação de ações preferenciais na Equatorial Distribuição. O efeito da atualização não tem efeito caixa e está sendo ajustado de maneira similar aos efeitos não recorrentes, e que o ajuste também foi mapeado para o 2T23.

De forma consolidada, o resultado financeiro reportado da Companhia atingiu R\$ 944 milhões negativos contra R\$ 1.098 milhões negativos no 2T23.

A seguir, apresentamos os efeitos não recorrentes e não caixa do período:

Não Recorrentes	Distribuição	Transmissão	Renováveis	Saneamento	Outros	2T24 Total
<b>Receitas Financeiras</b>	(2)	-	-	-	-	<b>(2)</b>
Multa de Acréscimo Moratório	(2)	-	-	-	-	(2)
<b>Despesas Financeiras</b>	37	-	-	-	-	<b>37</b>
Fee - Pré pagamento	5	-	-	-	-	5
Constituição de passivo tributário - Parcelamento REFIS	32	-	-	-	-	32
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>35</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>35</b>
Não Caixa	Distribuição	Transmissão	Renováveis	Saneamento	Outros	2T24 Total
Atualização PNs	-	-	-	-	(76)	(76)

Abaixo as explicações dos efeitos não recorrentes:

### Receitas Financeiras

- (i) *Multa de Acréscimo moratório (CEA): Efeito que corrige o lançamento de multas de acréscimo moratório no resultado financeiro. Este efeito também aparece nos não recorrentes da margem bruta com o sinal oposto.*

### Despesas Financeiras

- (i) *Fee – Pré-Pagamento (Goiás): Taxa paga pelo pré-pagamento parcial da 2ª emissão de debentures da Equatorial Goiás.*

- (ii) *Constituição de passivo tributário - Parcelamento REFIS (MA/PA/PI/AL): efeito referente à constituição do passivo tributário e parcelamento pelo REFIS.*

O resultado financeiro ajustado por efeitos não recorrentes e não caixa no 2T24 foi de R\$ 985 milhões negativos, 29,2% maior em relação ao 2T23, influenciada principalmente pelo segmento de Distribuição. O detalhamento dos efeitos que afetaram o trimestre pode ser encontrados na seção de distribuição.

## LUCRO LÍQUIDO

De forma consolidada, o lucro líquido do período foi de R\$ 695 milhões, enquanto o lucro líquido ajustado do período foi de R\$ 306 milhões, R\$ 44 milhões maior que o mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido Consolidado ( R\$ Milhões)	2T23	2T24	Δ%	Δ
Distribuição	247	588	138,1%	341
Transmissão	90	125	39,0%	35
Intesa	25	-	-100,0%	(25)
Echoenergia	(49)	(32)	-35,0%	17
Echo Crescimento	0	(23)	-24120,6%	(23)
Serviços	23	(11)	-149,4%	(34)
CSA	(57)	(49)	-13,8%	8
PPAS	576	105	-81,7%	(470)
Holding + outros	(183)	(8)	-95,8%	175
<b>(=) Lucro Líquido</b>	<b>671</b>	<b>695</b>	<b>3,6%</b>	<b>24</b>
<i>(-) Participações Minoritárias</i>	<i>153</i>	<i>187</i>	<i>22,0%</i>	<i>34</i>
<b>(=) Lucro Líquido Ex Minoritários</b>	<b>518</b>	<b>508</b>	<b>-1,8%</b>	<b>(9)</b>
<b>Ajustes Totais</b>	<b>(409)</b>	<b>(389)</b>	<b>-4,8%</b>	<b>20</b>
Ajustes Distribuição	279	(45)	-116,0%	(323)
Ajustes Transmissão	-	-	N/A	-
Ajustes Renováveis	-	-	N/A	-
Ajustes Saneamento	-	-	N/A	-
Ajustes Serviços	-	-	N/A	-
Ajustes PPAS e Holding	(576)	(105)	-81,7%	470
Ajustes PNS - Não caixa	52	(76)		
Ajustes IFRS (VNR, IFRS e MtM)	(164)	(163)	-0,5%	1
<b>(=) Lucro Líquido Equatorial Ajustado</b>	<b>262</b>	<b>306</b>	<b>16,8%</b>	<b>44</b>

As participações minoritárias da companhia são afetadas pela atualização das ações PN emitidas na Equatorial Distribuição, e por isso não refletem a participação econômica existente na Equatorial. O Lucro Líquido Ajustado por minoritários, para uma visão mais aderente, deve levar em consideração: (i) as participações minoritárias das empresas do grupo, que no trimestre atingiram R\$ 56,3 milhões, e (ii) o valor da atualização das PNs por CDI, que no trimestre atingiu R\$ 105,4 milhões. Realizando esses ajustes, o Lucro líquido ex minoritários seria de R\$ 533 milhões.

É importante ressaltar que a partir deste trimestre, o lucro líquido ajustado inclui os ajustes não caixa referentes a atualização da opção de compra das ações preferenciais na Equatorial Distribuição. O efeito está mapeado dentro do resultado financeiro e reflete a composição dos ajustes do lucro.



Abaixo apresentamos os efeitos não recorrentes e não caixa que impactaram o lucro da companhia:

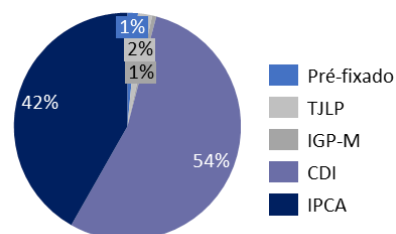
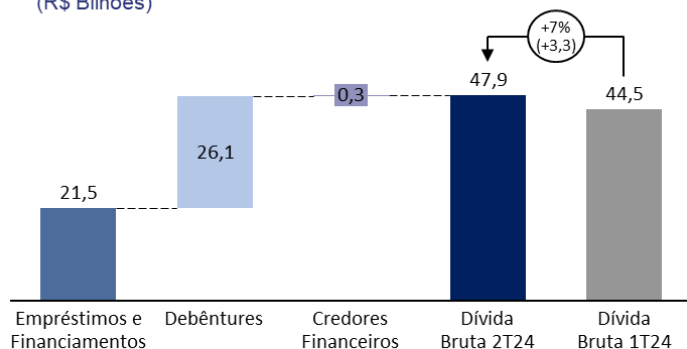
<b>Não Recorrentes</b>	<b>Distribuição</b>	<b>Transmissão</b>	<b>Renováveis</b>	<b>Saneamento</b>	<b>Outros</b>	<b>2T24 Total</b>
Ajustes EBITDA	(58)	-	-	-	-	(58)
Depreciação	(12)	-	-	-	-	(12)
Resultado Financeiro	35	-	-	-	-	35
Impostos	(12)	-	-	-	-	(12)
PPAs	-	-	-	-	(105)	(105)
Ajuste PNs - Não caixa	-	-	-	-	(76)	(76)
<i>Ajustes IFRS (VNR / IFRS 9 / MtM) líquido de impostos</i>	(112)	(52)	-	-	0	(163)
<b>Ajustes Totais Lucro Líquido</b>	<b>(158)</b>	<b>(52)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(181)</b>	<b>(391)</b>

A linha de impostos ajusta o valor do trimestre para a incidência de impostos sobre o resultado recorrente, e a linha de Ajustes IFRS traz os efeitos não caixa já líquidos de impostos.

## ENDIVIDAMENTO

No trimestre, a dívida bruta consolidada, considerando empréstimos e financiamentos, credores financeiros da recuperação judicial (líquido de ajuste a valor presente) e debêntures, atingiu R\$ 47,9 bilhões. Para abertura mais detalhada da dívida, visite o website de RI, na seção: Informações Financeiras – Dados Operacionais e Financeiros.

### Build-up Dívida Bruta (R\$ Bilhões)



### Build-up Dívida Líquida / EBITDA Visão Covenants

Os covenants da Equatorial consideram o EBITDA 12m das aquisições da companhia e desconsidera parte das dívidas de RJ

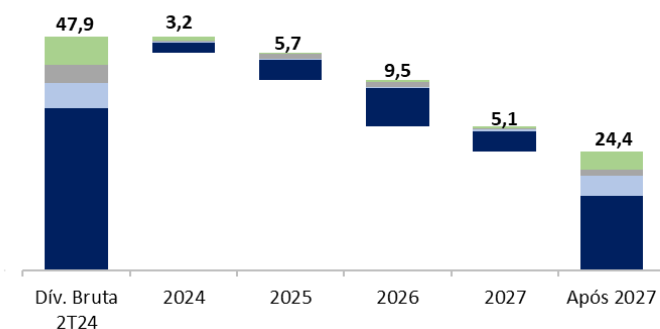
Build-up - Covenants	
Dívida Bruta	47,9
(-) Ajustes Covenants	- 0,7
(-) Disponibilidades	12,6
<b>Dívida Líquida</b>	<b>35,9</b>
<b>EBITDA Covenants</b>	<b>11,1</b>
<b>Dívida líquida / EBITDA</b>	<b>3,2</b>

### Prazo e Custo Médio

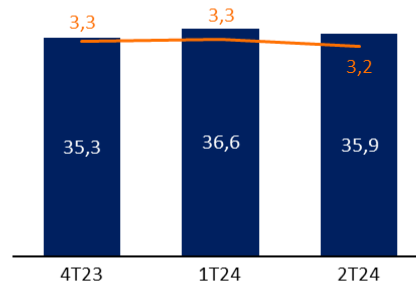
**5,4 anos / 11,36% a.a.**

Referente ao custo médio do passivo incorrido no período

### Cronograma de Amortização (R\$ Bi)



### Histórico Dívida Líquida / EBITDA Visão Covenants (R\$ Bi)



A dívida líquida apurada para fins de *covenants* atingiu R\$ 35,9 bilhões, implicando numa relação dívida líquida/EBITDA para fins de *covenants* de 3,2x, com a redução de 0,1x contra o trimestre anterior. É importante mencionar que tivemos alguns avanços no trimestre das opcionalidades utilizadas para gestão da alavancagem, como a capitalização de dividendos da Equatorial Energia, que teve um impacto de R\$ 516 milhões, e a desconsolidação da dívida da SPE 7, que

está classificada como ativo à venda e tem um impacto de R\$ 413 milhões de redução da dívida. Além desses pontos, como evento subsequente também obtivemos o ganho do earnout da INTESA, no valor de R\$ 18 milhões.

A cobertura de caixa com relação as obrigações de curto prazo da Companhia fecharam o 2T24 em 2,2x.

## INVESTIMENTOS

As informações relativas aos Investimentos realizados consideram 100% de Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas, CEEE-D, CEA, Goiás, Intesa, Equatorial Transmissão, Echoenergia, CSA e Equatorial Serviços nos períodos reportados. Os novos ativos, são considerados a partir de suas respectivas consolidações.

No 2T24, o total investido, consolidado, foi de R\$ 2,1 bilhões, volume 24% inferior ao registrado no 2T23.

Investimentos	2T23	2T24	Δ%	Δ
<b>R\$ milhões</b>				
<b>Distribuição</b>	<b>1.989</b>	<b>1.918</b>	<b>-4%</b>	<b>-71</b>
Ativos elétricos	1.626	1.523	-6%	-102
Obrigações especiais	197	220	12%	23
Ativos não elétricos	166	174	5%	8
<b>Transmissão</b>	<b>16</b>	<b>2</b>	<b>-89%</b>	<b>-14</b>
SPEs 1 a 8	15	2	-89%	-14
Intesa	0	-	100%	0
<b>Renováveis</b>	<b>642</b>	<b>85</b>	<b>-87%</b>	<b>-557</b>
Ativos Operacionais	17	18	5%	1
Projetos em desenvolvimento	625	67	-	-558
<b>Saneamento</b>	<b>25</b>	<b>38</b>	<b>54%</b>	<b>13</b>
<b>Outros</b>	<b>19</b>	<b>10</b>	<b>-48%</b>	<b>-9</b>
<b>Total Equatorial</b>	<b>2.690</b>	<b>2.052</b>	<b>-24%</b>	<b>-638</b>

A variação decorre principalmente da redução de 87% dos investimentos no segmento de Renováveis, efeito que reflete a entrada em operação do parque de Ribeiro Gonçalves e o estágio final do investimento de Barreiras 1 no 2T24.

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#).

## ESG (Environmental, Social and Governance)

No segundo trimestre do ano a Companhia continuou avançando em sua jornada de segurança, programa iniciado ao final de 2023 e que trabalha de forma integrada os pilares de capacitação, liderança, comportamento, fornecedores e população. São 33 ações segmentadas, acompanhadas mensalmente por um Comitê de Segurança, responsável por reportar à Presidência a evolução de indicadores, índices e métricas, que basicamente devem convergir para a diminuição das taxas de frequência e de gravidade dos acidentes envolvendo empregados próprios e terceiros.

É importante ressaltar, de igual maneira, a evolução das iniciativas de redução de emissões do Grupo no trimestre: com SF6, projeto iniciado em 2023, a Companhia reduziu em 25% a intensidade de emissões do gás por meio da manutenção dos disjuntores presentes em seus parques de alta tensão. O gás SF6 é um dos mais impactantes para o aquecimento global, sendo cerca de 23.500 vezes mais potente que o dióxido de carbono em termos de capacidade de retenção de calor na atmosfera. Em linha com o projeto de SF6, a Companhia seguiu com seu incentivo ao aumento do consumo de combustível renovável, aumentando em mais de 2000% o consumo de etanol em sua frota flex, contribuindo para a redução de 32% no consumo de gasolina.

O número de clientes beneficiados pela Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) cresceu 6% em relação ao trimestre passado, fruto das ações da Companhia junto ao poder público a fim de ampliar o alcance do programa e facilitar o acesso de famílias de baixa renda ao benefício, aliviando o impacto dos custos de energia no orçamento doméstico.

Saiba mais sobre nossos indicadores, disponibilizados a cada trimestre, no quadro abaixo:

Indicadores ESG	Medida	2T23	2T24	Δ%
<b>Ambiental</b>				
Consumo de Combustíveis Renováveis na Frota Administrativa	L	7.603	171.539	2156,1%
Intensidade de Emissões de SF6	tCO2eq/GWh	0,07	0,05	-25,3%
# de Ligações em Áreas Remotas via SIGFI (Sistema Individual de Geração de Energia Elétrica com Fonte Intermitente)	#	3.414	3.231	-5,4%
Investimentos P&D e Eficiência Energética em Meio Ambiente	R\$ mil	2.258	830	-63,2%
<b>Social</b>				
% de Mulheres no Grupo Equatorial Energia	%	35%	36%	1p.p.
% de Mulheres em Cargos de Liderança x Total de Líderes	%	21%	22%	1,6p.p.
% de Negros em Cargos de Liderança x Total de Líderes	%	7%	7%	0,5p.p.
% de Fornecedores Locais	%	40%	43%	3,2p.p.
Investimentos Sociais	R\$ mil	14.988	10.253	-31,6%
TG Próprios	#	2.327	4	-99,8%
TG Terceiros	#	593	1.563	163,6%
Número de óbitos de empregados (próprios + terceiros)	#	4	6	50,0%
Número de Acidentes com a População	#	8	4	-50,0%
Número de Unidades Consumidoras (UCs) beneficiadas pela Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE)	# mil	4.091	4.317	5,5%
<b>Governança</b>				
% de Conselheiros Independentes <sup>1</sup>	%	100%	100%	0p.p.
% de Mulheres no Conselho	%	22%	14%	-36,4%
% de Colaboradores Treinados na Trilha de Integridade	%	71%	62%	-12,0%
Casos Registrados no Canal de Ética	#	104	136	30,8%

1 - Considera composição atual

2 - É importante destacar que, até o ano passado, o controle da Trilha de Integridade era realizado apenas nas empresas EQTL MA, EQTL PA, EQTL PI, EQTL AL, EQTL ENERGIA e EQTL TRANSMISSÃO. A partir de janeiro de 2024, a Companhia passou a monitorar todas as unidades de negócio.

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#).

## DISTRIBUIÇÃO

## DESEMPENHO COMERCIAL

Dados Operacionais		2T23								2T24							
	Medida	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total
Energia Injetada SIN	GWh	2.254	3.381	1.176	1.252	2.171	475	4.240	14.949	2.430	3.594	1.241	1.295	2.224	482	4.607	15.872
Sistema isolado	GWh	0	63	0	0	0	12	0	75	1	70	0	0	0	13	0	84
Energia injetada - GD	GWh	119	151	117	65	82	8	295	837	166	232	177	100	66	16	402	1.159
<b>Energia Injetada Total</b>	<b>GWh</b>	<b>2.373</b>	<b>3.595</b>	<b>1.293</b>	<b>1.317</b>	<b>2.253</b>	<b>495</b>	<b>4.535</b>	<b>15.862</b>	<b>2.596</b>	<b>3.896</b>	<b>1.417</b>	<b>1.395</b>	<b>2.291</b>	<b>512</b>	<b>5.008</b>	<b>17.116</b>
Variação Injetada Total (%)	%									9,4%	8,4%	9,6%	5,9%	1,6%	3,4%	10,4%	7,9%
Residencial - convencional	GWh	646	709	276	298	691	87	1.237	3.943	740	770	306	311	681	102	1.358	4.268
Residencial - baixa renda	GWh	394	417	193	153	104	73	189	1.523	436	447	202	181	105	87	247	1.706
Industrial	GWh	39	85	23	28	64	8	104	350	31	72	18	22	46	9	90	288
Comercial	GWh	156	334	135	149	356	67	443	1.640	155	319	127	127	310	61	447	1.546
Outros	GWh	384	383	210	206	290	38	790	2.301	409	409	230	194	255	41	814	2.352
<b>Consumidores Cativos</b>	<b>GWh</b>	<b>1.620</b>	<b>1.927</b>	<b>837</b>	<b>833</b>	<b>1.504</b>	<b>273</b>	<b>2.763</b>	<b>9.757</b>	<b>1.770</b>	<b>2.018</b>	<b>882</b>	<b>836</b>	<b>1.398</b>	<b>300</b>	<b>2.956</b>	<b>10.159</b>
Industrial	GWh	103	310	31	150	290	1	865	1.751	100	293	39	168	276	2	947	1.826
Comercial	GWh	114	198	49	53	172	3	138	726	136	232	64	80	191	16	189	908
Outros	GWh	2	31	17	0	19	0	31	100	8	33	18	12	42	4	48	166
<b>Consumidores livres</b>	<b>GWh</b>	<b>219</b>	<b>539</b>	<b>97</b>	<b>202</b>	<b>480</b>	<b>4</b>	<b>1.034</b>	<b>2.576</b>	<b>244</b>	<b>558</b>	<b>122</b>	<b>261</b>	<b>509</b>	<b>22</b>	<b>1.185</b>	<b>2.900</b>
Energia de Conexão	GWh	2	0	38	4	16	0	3	63	2	4	44	4	16	0	3	73
<b>Energia Faturada</b>	<b>GWh</b>	<b>1.841</b>	<b>2.466</b>	<b>972</b>	<b>1.040</b>	<b>2.000</b>	<b>277</b>	<b>3.800</b>	<b>12.397</b>	<b>2.016</b>	<b>2.580</b>	<b>1.048</b>	<b>1.101</b>	<b>1.922</b>	<b>322</b>	<b>4.144</b>	<b>13.133</b>
Variação Faturada (%)	%									9,5%	4,6%	7,8%	5,9%	-3,9%	16,2%	9,1%	5,9%
Energia de Compensação - GD	GWh	100	118	91	55	70	6	233	674	139	194	137	84	89	14	330	987
<b>Energia Distribuída</b>	<b>GWh</b>	<b>1.941</b>	<b>2.584</b>	<b>1.063</b>	<b>1.095</b>	<b>2.071</b>	<b>283</b>	<b>4.033</b>	<b>13.071</b>	<b>2.155</b>	<b>2.774</b>	<b>1.185</b>	<b>1.185</b>	<b>2.011</b>	<b>335</b>	<b>4.474</b>	<b>14.120</b>
Variação Distribuída (%)	%	-								11,1%	7,3%	11,5%	8,2%	-2,9%	18,4%	10,9%	8,0%
<b>Número de Consumidores</b>	<b>MIL</b>	<b>2.706</b>	<b>2.962</b>	<b>1.490</b>	<b>1.336</b>	<b>1.899</b>	<b>211</b>	<b>3.315</b>	<b>13.919</b>	<b>2.768</b>	<b>3.114</b>	<b>1.527</b>	<b>1.371</b>	<b>1.703</b>	<b>229</b>	<b>3.392</b>	<b>14.103</b>
Variação Número de Consumidores (%)	%									2,3%	5,1%	2,5%	2,6%	-10,3%	8,4%	2,3%	1,3%
Perdas totais	GWh	432	1.011	230	222	183	212	501	2.791	441	1.122	233	209	279	177	535	2.996
<b>Perdas Totais / Injetada Total - 12m</b>	<b>%</b>	<b>17,5%</b>	<b>27,6%</b>	<b>18,2%</b>	<b>18,3%</b>	<b>14,0%</b>	<b>43,7%</b>	<b>11,9%</b>	<b>18,6%</b>	<b>17,9%</b>	<b>27,4%</b>	<b>17,8%</b>	<b>18,2%</b>	<b>13,4%</b>	<b>37,3%</b>	<b>11,5%</b>	<b>18,2%</b>
Perdas regulatórias - 12m	%	16,9%	27,0%	20,4%	21,1%	11,0%	34,2%	11,8%	17,9%	17,2%	28,1%	19,9%	20,7%	11,2%	33,5%	12,2%	18,3%

## PERDAS (12 meses)

Distribuidoras	2T23	1T24	2T24	Regulatório 2T24 LTM	Δ 2T23	Δ 1T24	Δ Regulatório	Regulatório 2T24 Homologado
<b>Consolidado</b>	<b>18,6%</b>	<b>18,2%</b>	<b>18,2%</b>	<b>18,3%</b>	<b>-0,4%</b>	<b>0,0%</b>	<b>-0,2%</b>	<b>18,1%</b>
Equatorial Maranhão	17,5%	18,2%	17,9%	17,2%	0,4%	-0,3%	0,6%	17,3%
Equatorial Pará	27,6%	27,2%	27,4%	28,1%	-0,2%	0,2%	-0,7%	28,2%
Equatorial Piauí	18,2%	18,1%	17,8%	19,9%	-0,4%	-0,3%	-2,1%	19,6%
Equatorial Alagoas	18,3%	18,6%	18,2%	20,7%	-0,1%	-0,5%	-2,5%	17,8%
CEEE-D	14,0%	12,4%	13,4%	11,2%	-0,6%	0,9%	2,2%	11,3%
CEA <sup>1</sup>	43,7%	39,2%	37,3%	33,5%	-6,4%	-2,0%	3,8%	33,6%
Equatorial Goiás	11,9%	11,7%	11,5%	12,2%	-0,3%	-0,1%	-0,6%	12,3%

As informações operacionais foram divulgadas no release operacional da companhia. Para acessar o documento, [cli-que aqui](#).

**PERCENTUAL DE CONTRATAÇÃO (12 meses)**

A seguir, apresentamos a expectativa do nível de contratação das distribuidoras para o ano de 2024 na visão com e sem ajustes decorrentes da sobrecontratação involuntária.

2024	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO
% de contratação	103,39%	103,06%	103,77%	103,00%	106,17%	107,27%	103,40%
% de contratação involuntária	103,39%	103,06%	103,77%	103,00%	104,70%	102,46%	103,40%

**PECLD e ARRECADAÇÃO**

PDD / ROB1 (trimestral)	2T23	2T24	Var.	Arrecadação - IAR (trimestral)	2T23	2T24	Var.
Equatorial Maranhão	1,60%	1,59%	0 p.p	Equatorial Maranhão	97,8%	98,7%	0,9 p.p
Equatorial Pará	1,57%	2,08%	0,5 p.p	Equatorial Pará	98,5%	95,8%	-2,7 p.p
Equatorial Piauí	1,97%	1,67%	-0,3 p.p	Equatorial Piauí	96,6%	100,4%	3,8 p.p
Equatorial Alagoas	0,37%	0,70%	0,3 p.p	Equatorial Alagoas	100,1%	98,1%	-2 p.p
CEEE-D	2,11%	2,76%	0,6 p.p	CEEE-D	102,9%	97,7%	-5,2 p.p
CEA	-0,58%	0,55%	1,1 p.p	CEA	96,8%	98,0%	1,2 p.p
Equatorial Goiás	0,86%	0,56%	-0,3 p.p	Equatorial Goiás	99,6%	100,0%	0,4 p.p
Consolidado	1,35%	1,47%	0,1 p.p	Consolidado	99,3%	98,4%	-0,9 p.p

1 Desconsidera Receita de Construção.

De maneira consolidada, a PECLD do grupo atingiu 1,47% da ROB. O nível do indicador sofre o impacto do aumento da PECLD/ROB do Rio Grande do Sul, que teve os níveis de provisões mais altos no trimestre como resultado do evento climático e da situação de calamidade que incorreu sobre o estado no 2T24 e do aumento dos níveis de PDD/ROB no Pará, que refletem o aumento dos percentuais provisionados pela nova matriz de perdas, além do envelhecimento de dívidas.

A arrecadação das companhias finalizou o trimestre em um patamar consolidado de 98,4%, com destaque para os níveis de arrecadação da Equatorial Goiás (100,0%) e da Equatorial Piauí (100,4%). O nível do índice de arrecadação do Pará sofreu efeito do aumento da inadimplência com o setor público e pelo aumento do faturamento quando comparado com o 1T24, que prejudica momentaneamente o indicador.

**DESEMPENHO OPERACIONAL****DEC e FEC (12 meses)**

Distribuidoras	2T23	1T24	2T24	Regulatório	Δ 2T23	Δ 1T24	Δ Regulatório
<b>DEC</b>							
Equatorial Maranhão	17,3	13,8	14,2	14,2	-3,2	0,4	0,0
Equatorial Pará	17,4	17,1	18,2	22,4	0,7	1,1	-4,3
Equatorial Piauí	23,1	23,4	24,3	20,0	1,2	0,8	4,3
Equatorial Alagoas	16,2	17,3	17,7	15,5	1,5	0,4	2,2
CEEE-D	16,6	19,0	19,3	8,4	2,6	0,3	10,9
CEA	37,6	31,4	34,4	45,7	-3,2	3,0	-11,4
Equatorial Goiás	20,0	20,7	20,1	11,4	0,1	-0,6	8,7
<b>FEC</b>							
Equatorial Maranhão	6,8	6,1	6,1	8,3	-0,7	0,0	-2,2
Equatorial Pará	8,7	8,0	8,0	16,8	-0,7	0,0	-8,8
Equatorial Piauí	9,5	8,7	8,4	13,2	-1,1	-0,3	-4,8
Equatorial Alagoas	6,9	7,1	6,9	12,9	-0,1	-0,2	-6,1
CEEE-D	8,6	7,7	7,4	6,0	-1,2	-0,3	1,4
CEA	17,4	14,1	14,4	30,6	-3,1	0,3	-16,3
Equatorial Goiás	10,4	10,4	9,9	7,7	-0,4	-0,4	2,2

O nível da qualidade do sistema de distribuição é medido pelos índices de DEC<sup>2</sup> e FEC<sup>3</sup>, ambos no período de 12 meses.

O destaque do trimestre fica para a redução do DEC e do FEC da Equatorial Goiás, reflexo dos investimentos realizados no período.

No comparativo com o 1T24, o DEC apresentou aumento em quase todas as distribuidoras do grupo.

Nas distribuidoras do nordeste do país (Maranhão, Piauí e Alagoas), a piora do DEC pode ser explicada pelo aumento de chuvas no período, que são reflexo do aquecimento das águas próximas à costa do Nordeste, em função da diferença de temperatura entre o Atlântico Tropical Norte (TNA) e o Atlântico Tropical Sul (TSA). Estes efeitos aumentaram as precipitações totais dos estados do Maranhão em 25% e de Alagoas em 74,5% quando comparado com o mesmo período do ano passado, enquanto o Piauí teve um aumento de 24,2% apenas no mês de abril.

No Amapá, o aumento do DEC é um efeito não recorrente e reflete o incêndio na subestação de Macapá, que gerou instabilidade na rede em função do direcionamento de carga e redução de redundância, aumentando a quantidade de horas de reestabelecimento de energia das ocorrências no estado dentro do trimestre. O transformador danificado já foi substituído no terceiro trimestre.

Na CEEE-D, o aumento do DEC deve-se aos seguidos eventos climáticos extremos que tem afetado o estado do Rio Grande do Sul e, dificultam a manutenção de rede pela grande mobilização de equipes voltadas para atendimento emergencial. Apesar das mecânicas de expurgos do indicador, parte do impacto causado na rede não pode ser expurgado, aumentando o indicador.

Atualmente, três das sete concessões da Equatorial estão dentro do limite regulatório.

<sup>2</sup> Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor - indica a duração média das interrupções, em horas por cliente por período

<sup>3</sup> Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor - indica a frequência das interrupções de fornecimento, em número de interrupções por cliente por período

## DESEMPENHO FINANCEIRO

## MARGEM BRUTA

Análise da receita	2T23								2T24								Δ%
R\$ milhões	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	Total
<b>(+) Vendas as classes</b>	<b>1.191</b>	<b>1.927</b>	<b>766</b>	<b>717</b>	<b>1.089</b>	<b>232</b>	<b>1.931</b>	<b>7.854</b>	<b>1.487</b>	<b>2.287</b>	<b>868</b>	<b>790</b>	<b>1.055</b>	<b>260</b>	<b>2.422</b>	<b>9.169</b>	<b>17%</b>
Renda Não Faturada	10	33	7	(5)	(86)	1	(38)	(79)	(18)	10	(13)	(24)	(41)	3	(23)	(106)	35%
<b>(+) Ult. de demanda / reativo excedente</b>	<b>(4)</b>	<b>(9)</b>	<b>8</b>	<b>(3)</b>	<b>(6)</b>	<b>(1)</b>	<b>(12)</b>	<b>(27)</b>	<b>(5)</b>	<b>(14)</b>	<b>(4)</b>	<b>(3)</b>	<b>(9)</b>	<b>(1)</b>	<b>(19)</b>	<b>(54)</b>	<b>100%</b>
<b>(+) Outras receitas</b>	<b>198</b>	<b>482</b>	<b>135</b>	<b>129</b>	<b>240</b>	<b>51</b>	<b>411</b>	<b>1.647</b>	<b>263</b>	<b>616</b>	<b>158</b>	<b>194</b>	<b>263</b>	<b>113</b>	<b>479</b>	<b>2.086</b>	<b>27%</b>
Subvenção baixa renda	80	105	46	41	12	8	32	325	92	120	55	51	16	10	44	388	20%
Subvenção CDE outros	29	132	16	19	39	27	70	332	38	162	25	58	46	49	89	467	41%
Uso da rede	42	97	31	48	144	3	244	609	55	149	37	63	158	10	256	727	19%
Atualização ativo financeiro	10	83	1	1	(5)	1	5	96	26	109	2	(4)	4	16	16	170	76%
Bandeira Tarifária	5	7	3	3	8	1	-	27	6	8	3	3	5	1	-	25	-7%
Multa por atraso de pagamento	12	19	8	6	9	2	16	73	16	24	9	8	5	0	22	84	16%
<b>(+) Outras receitas operacionais</b>	<b>20</b>	<b>39</b>	<b>31</b>	<b>11</b>	<b>33</b>	<b>8</b>	<b>43</b>	<b>185</b>	<b>30</b>	<b>45</b>	<b>26</b>	<b>16</b>	<b>29</b>	<b>26</b>	<b>52</b>	<b>225</b>	<b>21%</b>
Outras Receitas (Parcela B)	11	23	10	7	27	2	25	104	15	21	9	6	27	2	28	108	4%
<b>(+) Suprimento</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>41</b>	<b>6</b>	<b>60</b>	<b>124</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>26</b>	<b>8</b>	<b>36</b>	<b>90</b>	<b>-27%</b>
<b>(+) Valores a receber de parcela A</b>	<b>129</b>	<b>181</b>	<b>40</b>	<b>(0)</b>	<b>49</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>450</b>	<b>23</b>	<b>(50)</b>	<b>26</b>	<b>(38)</b>	<b>177</b>	<b>101</b>	<b>258</b>	<b>495</b>	<b>10%</b>
<b>(+) Receita de construção</b>	<b>232</b>	<b>478</b>	<b>275</b>	<b>168</b>	<b>210</b>	<b>150</b>	<b>246</b>	<b>1.758</b>	<b>290</b>	<b>563</b>	<b>197</b>	<b>132</b>	<b>213</b>	<b>84</b>	<b>480</b>	<b>1.959</b>	<b>11%</b>
<b>(=) Receita operacional bruta</b>	<b>1.748</b>	<b>3.062</b>	<b>1.233</b>	<b>1.017</b>	<b>1.623</b>	<b>463</b>	<b>2.661</b>	<b>11.806</b>	<b>2.063</b>	<b>3.411</b>	<b>1.248</b>	<b>1.078</b>	<b>1.725</b>	<b>565</b>	<b>3.656</b>	<b>13.745</b>	<b>16%</b>
<b>(+) Deduções à receita</b>	<b>(439)</b>	<b>(652)</b>	<b>(326)</b>	<b>(301)</b>	<b>(503)</b>	<b>(87)</b>	<b>(980)</b>	<b>(3.289)</b>	<b>(583)</b>	<b>(834)</b>	<b>(355)</b>	<b>(343)</b>	<b>(562)</b>	<b>(143)</b>	<b>(1.149)</b>	<b>(3.968)</b>	<b>21%</b>
PIS/COFINS/ICMS/ISS	(343)	(499)	(262)	(205)	(318)	(65)	(600)	(2.293)	(463)	(652)	(269)	(236)	(333)	(70)	(710)	(2.733)	19%
Compensações Indicadores de Qualidade	(7)	(8)	(9)	(5)	(10)	(2)	(33)	(74)	(7)	(8)	(10)	(5)	(20)	(4)	(58)	(112)	52%
Demais Deduções (CDE e Encargos)	(89)	(144)	(55)	(91)	(175)	(20)	(348)	(922)	(113)	(174)	(76)	(101)	(209)	(69)	(381)	(1.123)	22%
<b>(=) Receita operacional líquida</b>	<b>1.309</b>	<b>2.410</b>	<b>906</b>	<b>715</b>	<b>1.120</b>	<b>376</b>	<b>1.680</b>	<b>8.517</b>	<b>1.481</b>	<b>2.577</b>	<b>892</b>	<b>735</b>	<b>1.163</b>	<b>422</b>	<b>2.507</b>	<b>9.777</b>	<b>15%</b>
<b>(-) Receita de construção</b>	<b>(232)</b>	<b>(478)</b>	<b>(275)</b>	<b>(168)</b>	<b>(210)</b>	<b>(150)</b>	<b>(246)</b>	<b>(1.758)</b>	<b>(290)</b>	<b>(563)</b>	<b>(197)</b>	<b>(132)</b>	<b>(213)</b>	<b>(84)</b>	<b>(480)</b>	<b>(1.959)</b>	<b>11%</b>
<b>(=) Receita operac. líq. sem rec.de construção</b>	<b>1.077</b>	<b>1.933</b>	<b>631</b>	<b>547</b>	<b>910</b>	<b>226</b>	<b>1.435</b>	<b>6.759</b>	<b>1.190</b>	<b>2.014</b>	<b>696</b>	<b>604</b>	<b>950</b>	<b>338</b>	<b>2.027</b>	<b>7.818</b>	<b>16%</b>
<b>(-) Energia comprada e transporte e Encargos</b>	<b>(563)</b>	<b>(872)</b>	<b>(321)</b>	<b>(330)</b>	<b>(662)</b>	<b>(130)</b>	<b>(977)</b>	<b>(3.855)</b>	<b>(630)</b>	<b>(946)</b>	<b>(361)</b>	<b>(328)</b>	<b>(697)</b>	<b>(138)</b>	<b>(1.159)</b>	<b>(4.259)</b>	<b>10%</b>
<b>(=) Margem Bruta</b>	<b>515</b>	<b>1.060</b>	<b>310</b>	<b>217</b>	<b>248</b>	<b>96</b>	<b>458</b>	<b>2.904</b>	<b>560</b>	<b>1.067</b>	<b>335</b>	<b>276</b>	<b>252</b>	<b>200</b>	<b>868</b>	<b>3.559</b>	<b>23%</b>
<b>(+) Não-Recorrentes</b>	-	-	-	25	-	-	109	134	-	-	-	-	-	(81)	-	(81)	-161%
<b>(-) VNR</b>	<b>(10)</b>	<b>(83)</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	<b>5</b>	<b>(1)</b>	<b>(5)</b>	<b>(96)</b>	<b>(26)</b>	<b>(109)</b>	<b>(2)</b>	<b>4</b>	<b>(4)</b>	<b>(16)</b>	<b>(16)</b>	<b>(170)</b>	<b>76%</b>
<b>(=) Margem Bruta Ajustada</b>	<b>504</b>	<b>977</b>	<b>309</b>	<b>241</b>	<b>252</b>	<b>96</b>	<b>561</b>	<b>2.942</b>	<b>534</b>	<b>959</b>	<b>333</b>	<b>280</b>	<b>248</b>	<b>102</b>	<b>852</b>	<b>3.308</b>	<b>12%</b>
	<i>Δ% Margem Bruta Ajustada</i>																
									5,9%	-1,9%	7,6%	16,2%	-1,5%	6,7%	51,7%	12,5%	

No 2T24, a Margem Bruta ajustada das distribuidoras ex-VNR alcançou R\$ 3,3 bilhões, 12% maior do que o mesmo período do ano anterior, influenciado principalmente aumento do consumo e aumento da tarifa. Sendo a Equatorial Goiás, a distribuidora que mais contribuiu para a variação positiva do trimestre (+ R\$ 290,1 milhões), apresentando um crescimento de mercado faturado de 9,0% e ainda soma com o reposicionamento da parcela B de 36,7%.



## DESPESAS OPERACIONAIS E PMSO/CONSUMIDOR

Custos Operacionais	2T23								2T24								Δ%	
	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total		
R\$ milhões																		
(+) Pessoal	48	45	26	21	64	10	57	270	59	49	22	20	38	9	38	234	-14%	
(+) Material	5	3	3	2	(1)	(1)	(8)	3	6	4	2	5	5	1	19	41	1455%	
(+) Serviço de terceiros	120	78	47	38	86	23	179	571	115	120	66	48	83	21	238	690	21%	
(+) Outros	4	2	(9)	0	(2)	(0)	(15)	(20)	7	4	2	2	12	2	5	34	-273%	
(=) PMSO Reportado	177	128	67	61	146	32	213	824	187	177	92	74	138	33	299	999	21%	
Ajustes	(7)	43	27	4	-	-	75	141	(2)	-	-	(7)	-	-	(15)	(24)	-117%	
PMSO Ajustado	169	171	94	65	146	32	288	965	184	177	92	67	138	33	284	975	1%	
PECLD e perdas	24	41	19	3	30	(2)	21	136	28	59	18	7	42	3	18	174	28%	
% Receita bruta (s/ receita de construção)	1,60%	1,57%	1,97%	0,37%	2,11%	-0,58%	0,86%	1,35%	1,59%	2,08%	1,67%	0,70%	2,76%	0,55%	0,56%	1,47%		
Provisões para contingências	4	6	1	3	17	(7)	166	189	4	3	2	3	10	1	11	34	-82%	
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNA	-	-	-	-	-	-	24	24	-	-	-	-	-	-	41	41	69%	
(+) Provisões	28	47	20	6	47	(9)	210	349	32	62	19	10	51	4	70	248	-29%	
(+) Sistemas Isolados e Subv. CCC	-	8	-	-	-	3	-	11	-	15	-	-	-	4	-	18	72%	
(+) Outras receitas/despesas operacionais	10	34	13	(3)	(0)	21	58	132	25	30	5	(8)	51	1	61	165	25%	
(+) Depreciação e amortização	58	105	36	22	37	11	96	364	72	121	41	31	35	(2)	157	456	25%	
(=) Custos e despesas gerenciáveis	272	321	136	86	230	58	578	1.680	316	404	157	107	276	39	587	1.886	12%	
PMSO Ajustado/Consumidor (12m)	223	242	232	207	298	658	376	280	252	227	241	206	338	598	345	279		
Δ% PMSO por Consumidor									12,9%	-6,0%	3,7%	-0,1%	13,5%	-9,2%	-8,3%	-0,2%		

### MARANHÃO

No comparativo entre trimestres, o PMSO Ajustado/Consumidor, na visão 12 meses, cresceu 12,9%, totalizando R\$ 252. Já o PMSO ajustado do período totalizou R\$ 184 milhões, com um aumento de 8,9% entre trimestres, ou R\$ 15 milhões.

O aumento do PMSO em bases ajustadas é resultado principalmente da linha **Pessoal**, que apresentou um aumento de R\$ 11 milhões e reflete o robustecimento do *headcount* no Maranhão (+ 209 colaboradores no período, sendo 38 no segundo trimestre), além do reajuste salarial de 4,14% aprovado em agosto.

No 2T24, as Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (**PECLD**) atingiram R\$ 28 milhões e representa 1,59% da ROB.

### PARÁ

No 2T24, o PMSO Ajustado/Consumidor (12 meses) registrou R\$ 227, uma redução de 6,0% em relação ao 2T23, enquanto o PMSO ajustado alcançou R\$ 177 milhões, cerca de 3,5% acima do 2T23, crescimento abaixo da inflação registrada no período.

No 2T24, a **PECLD** alcançou R\$ 59 milhões, 2,08% da ROB. O aumento entre trimestres é resultado principalmente do aumento do contas a receber da companhia, que foi agravado pela atualização de matriz que tem maior percentual de provisionamentos para dívidas não parceladas.

### PIAUI

O PMSO Ajustado/Consumidor (12 meses) registrou R\$ 241, um aumento de 3,7% contra o 2T23 e abaixo da inflação dos últimos 12 meses. O PMSO ajustado do trimestre teve uma redução de 1,8%, ou R\$ 2 milhões quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

No 2T24, a **PECLD** registrou provisão de R\$ 18 milhões, 1,67% da ROB e 0,3 p.p. abaixo do 2T23.

## ALAGOAS

O PMSO Ajustado/Consumidor (12 meses) registrou R\$ 206, em linha com o 2T23, enquanto o PMSO ajustado apresentou um aumento de 2,4%, ou R\$ 2 milhões.

A **PECLD** registrou provisão de R\$ 7 milhões, representando 0,70% da ROB.

## CEEE-D

O PMSO Ajustado/Consumidor (12 meses) registrou R\$ 338, um aumento de 13,5% que reflete a redução de 144 mil consumidores faturados entre trimestres, resultado da calamidade que atingiu o estado no 2T24. Caso o PMSO por consumidor fosse calculado sobre o mesmo número de clientes do 1T24, o PMSO por consumidor seria de R\$ 296,7, 0,3% menor que o 2T23.

O PMSO em bases ajustadas atingiu R\$ 138 milhões, 5,8% menor que o 2T23 (R\$ 9 milhões). A redução no trimestre se dá, principalmente, na linha de **Pessoal** pela transferência dos pagamentos de juros referentes ao plano de pensão da CEEE-D para a linha de despesas financeiras, em linha com a prática de mercado, e teve um impacto no trimestre de R\$ 24 milhões. A redução foi parcialmente compensada pelo aumento na rubrica de **Outros**, que apresentou um aumento de R\$ 13 milhões e reflete principalmente o reconhecimento de multas operacionais e comerciais.

Desconsiderando o efeito da migração dos pagamentos de plano de pensão para o resultado financeiro, o PMSO ajustado do período teria apresentado um crescimento de R\$ 14 milhões, ou 9,5%.

A **PECLD** registrou R\$ 42 milhões, impactada, principalmente, pelo efeito do evento climático no trimestre, que também foi intensificado pelo direcionamento de equipes de combate a perdas e inadimplência para atendimento emergencial. Com esse resultado, a PECLD/ROB atingiu 2,76%.

## CEA

O PMSO Ajustado/Consumidor (12 meses) registrou R\$ 598, valor 9,2% menor que o mesmo período do ano anterior. O PMSO ajustado da CEA foi de R\$ 33 milhões, em linha com o registrado no 2T23.

Por fim, no 2T24 a **PECLD** atingiu R\$ 3 milhões e representa 0,55% da ROB.

## GOIÁS

O PMSO Ajustado/Consumidor (12 meses) foi de R\$ 345 no 2T24, resultado 8,3% menor que o 2T23, que foi o segundo trimestre de gestão da Equatorial na concessão, refletindo o compromisso do grupo com a disciplina de custos. O PMSO ajustado foi de R\$ 284 milhões, em linha com o mesmo período do ano anterior.

As reduções de despesas entre trimestres se concentram nas linhas de **Serviços de Terceiros** e **Pessoal**, que reduziram R\$ 32 milhões e R\$ 19 milhões, respectivamente. Na linha de Serviços, os principais efeitos são: (i) redução de ocorrências e ativação de sistemas operacionais (R\$ 23 milhões) e (ii) redução de despesas com serviços de corte e religação por negociação de preços (R\$ 14 milhões). Já o aumento na linha de **Outros** em R\$ 24 milhões é resultado do ajuste realizado de provisões FUNAC no ano passado, que anteriormente foi classificada na linha de outros e depois reclassificada na linha de provisões FUNAC e deixou a linha de outros negativa no segundo trimestre do ano anterior.

A **PECLD** registrou R\$ 18 milhões e representa 0,56% da ROB.

## EBITDA

Recomposição EBITDA	2T23								2T24								Δ%	
	MA	PA	PI	AL	CEEE-D	CEA	GO	Total	MA	PA	PI	AL	CEEE-D	CEA	GO	Total		
R\$ milhões																		
(+) Resultado do Exercício	169	519	74	78	(159)	(11)	(423)	247	151	484	66	100	(216)	96	(94)	588	138,1%	
(+) Impostos sobre o Lucro	28	110	14	16	(1)	4	(204)	(32)	35	102	33	30	-	-	12	212	-752,7%	
(+) Resultado Financeiro	45	110	88	37	178	45	507	1.009	59	78	78	39	193	65	362	874	-13,4%	
(+) Depreciação e Amortização	58	105	36	22	37	11	96	364	72	121	41	31	35	(2)	157	456	25,2%	
<b>(=) EBITDA societário (CVM)*</b>	<b>300</b>	<b>844</b>	<b>211</b>	<b>153</b>	<b>55</b>	<b>49</b>	<b>(24)</b>	<b>1.588</b>	<b>316</b>	<b>784</b>	<b>219</b>	<b>200</b>	<b>12</b>	<b>159</b>	<b>438</b>	<b>2.129</b>	<b>34%</b>	
(+) Outras receitas/despesas operacionais	10	34	13	(3)	(0)	21	58	132	25	30	5	(8)	51	1	61	165	24,6%	
(+) Impactos Margem Bruta	-	-	-	25	-	-	109	134	-	-	-	-	-	(81)	-	(81)	-160,7%	
(+) Ajustes de PMSO	7	(43)	(27)	(4)	-	-	(75)	(141)	2	-	-	7	-	-	15	24	-117,2%	
(+) Ajustes Provisões	-	-	-	-	-	-	150	150	-	-	-	-	-	-	-	-	-100,0%	
(-) VNR	(10)	(83)	(1)	(1)	5	(1)	(5)	(96)	(26)	(109)	(2)	4	(4)	(16)	(16)	(170)	76,2%	
<b>(=) EBITDA societário ajustado</b>	<b>307</b>	<b>752</b>	<b>196</b>	<b>170</b>	<b>59</b>	<b>70</b>	<b>213</b>	<b>1.766</b>	<b>318</b>	<b>706</b>	<b>221</b>	<b>203</b>	<b>59</b>	<b>62</b>	<b>498</b>	<b>2.067</b>	<b>17%</b>	
	Δ%								3,5%	-6,2%	13,2%	19,8%	0,0%	-11,5%	133,9%	17,0%		

\*Calculado em conformidade com a instrução CVM 527/12

## MARANHÃO

No 2T24, o EBITDA ajustado por VNR e efeitos não recorrentes atingiu R\$ 318 milhões, 3,5% superior ao 2T23, ou R\$ 10,8 milhões.

A margem bruta ajustada do trimestre registrou crescimento de R\$ 30 milhões, tendo como principais efeitos positivos o crescimento de mercado de R\$ 47 milhões, mas compensado, parcialmente, pela queda na tarifa fio-b que impactou negativamente em R\$ 28,0 milhões.

O aumento da margem foi parcialmente compensado pelas variações do PMSO ajustado (R\$ -15,1 milhões) e variação das provisões e contingências do período (R\$ -4,0 milhões).

## PARÁ

O EBITDA Ajustado por VNR e efeitos não recorrentes atingiu R\$ 706 milhões, redução de 6,2%.

A Margem Bruta do trimestre reduziu R\$ 24 milhões, impactada pelos efeitos positivos de mercado (R\$ 41,0 milhões) mas compensada pelo efeito negativo da redução da tarifa fio-b (-R\$ 58,6 milhões).

O PMSO ajustado, as provisões e os sistemas isolados apresentaram variações de R\$ 6 milhões, R\$ 15 milhões e R\$ 7 milhões, respectivamente.

## PIAUI

No Piauí, o EBITDA ajustado por efeitos não recorrentes e não caixa atingiu R\$ 221 milhões, 13,2% maior, ou R\$ 26 milhões, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

O aumento de R\$ 23 milhões na Margem bruta, deve-se ao crescimento de mercado (R\$ 19,8 milhões) e ao efeito tarifa (R\$ 43,7 milhões), que foram parcialmente compensados pela Renda Não Faturada (-R\$ 20,0 milhões).

Além do crescimento da margem no trimestre, tanto o PMSO ajustado do trimestre quando PECLD e contingências apresentaram leves reduções que contribuíram para o EBITDA (R\$ 1,7 milhão e R\$ 0,6 milhão).

## ALAGOAS

O EBITDA Ajustado por VNR e efeitos não recorrentes de Alagoas atingiu R\$ 203 milhões, aumento de R\$ 34 milhões ou 19,8% superior ao 2T23.

A margem bruta de Alagoas cresceu R\$ 39 milhões, influenciada pelo aumento da tarifa (R\$ 15,7 milhões) e pelo crescimento de mercado (R\$ 13,0 milhões).

O PMSO ajustado apresentou um aumento de R\$ 2 milhões, e as provisões ajustadas do período (PECLD e contingências) prejudicaram o resultado em R\$ 4 milhões.

## CEEE-D

O EBITDA ajustado por efeitos não recorrentes e VNR do Rio Grande do Sul atingiu R\$ 59 milhões no trimestre, em linha com o 2T23, mesmo com a situação de calamidade decorrente dos eventos climáticos.

A margem bruta da CEEE-D apresentou uma leve redução de R\$ 3,9 milhões, efeito causado principalmente pela redução do mercado faturado no período.

O PMSO do período apresentou redução de R\$ 8,5 milhões, enquanto a PECLD e contingências aumentaram R\$ 4,5 milhões entre trimestres.

## CEA

O EBITDA Ajustado apresentou uma redução de R\$ 8,0 milhões, ou 11,5%, e atingiu R\$ 62 milhões no trimestre.

A margem bruta da CEA cresceu R\$ 6,5 milhões, resultado do aumento da energia faturada no período.

O PMSO ajustado, a PECLD e os sistemas isolados apresentaram variações de R\$ 1,4 milhão, R\$ 12,4 milhões e R\$ 0,8 milhão, respectivamente.

## GOIÁS

O EBITDA ajustado por efeitos não recorrentes e VNR da Equatorial Goiás atingiu R\$ 498 milhões.

O principal impacto para o aumento do EBITDA é o crescimento da margem bruta, que neste trimestre apresentou aumento de R\$ 290,1 milhões em função do crescimento de mercado (+R\$ 49,8 milhões), aumento da tarifa fio-B (+R\$ 227,5 milhões) dado o processo de revisão tarifária e da melhora do delta perdas (+R\$ 15,8 milhões).

O PMSO do período reduziu R\$ 1,6 milhão, enquanto a PECLD e provisões variaram em R\$ 9 milhões, prejudicando o resultado.

É importante destacar que, tanto este trimestre, quanto os próximos devem apresentar volatilidade no resultado devido ao processo de turnaround.

**EFEITOS NÃO RECORRENTES EBITDA**

<b>Não Recorrentes</b>	<b>MA</b>	<b>PA</b>	<b>PI</b>	<b>AL</b>	<b>RS</b>	<b>AP</b>	<b>GO</b>	<b>2T24 Total</b>
<b>Receita Operacional</b>	-	-	-	-	-	(81)	-	<b>(81)</b>
Multa de Acréscimo Moratório	-	-	-	-	-	2	-	<b>2</b>
Reconhecimento RTE	-	-	-	-	-	(60)	-	<b>(60)</b>
Flexibilização de perdas via CCC	-	-	-	-	-	(24)	-	<b>(24)</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>-</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	-	-	-	-	-	(81)	-	<b>(81)</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>-</b>
<b>Margem Bruta</b>	-	-	-	-	-	<b>(81)</b>	-	<b>(81)</b>
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>2</b>	-	-	<b>7</b>	-	-	<b>15</b>	<b>24</b>
Material	-	-	-	<b>3</b>	-	-	-	<b>3</b>
Serviços de Terceiros	<b>2</b>	-	-	<b>4</b>	-	-	<b>15</b>	<b>22</b>
<b>Provisões</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>-</b>
<b>Custos e Despesas</b>	<b>2</b>	-	-	<b>7</b>	-	-	<b>15</b>	<b>24</b>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>	<b>25</b>	<b>30</b>	<b>5</b>	<b>(8)</b>	<b>51</b>	<b>1</b>	<b>61</b>	<b>165</b>
<b>VNR</b>	<b>(26)</b>	<b>(109)</b>	<b>(2)</b>	<b>4</b>	<b>(4)</b>	<b>(16)</b>	<b>(16)</b>	<b>(170)</b>
<b>Ajustes EBITDA</b>	<b>1</b>	<b>(78)</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>47</b>	<b>(97)</b>	<b>60</b>	<b>(62)</b>

## RESULTADO FINANCEIRO

O segmento de distribuição encerrou o 2T24 com um resultado financeiro líquido em R\$ 874 milhões negativos.

Resultado Financeiro líquido	2T23								2T24								Δ%
	MA	PA	PI	AL	CEEE-D	CEA	GO	Total	MA	PA	PI	AL	CEEE-D	CEA	GO	Total	
R\$ milhões																	
(+) Rendas Financeiras	29	49	19	10	29	7	25	168	24	47	19	9	28	8	35	169	0,3%
(+) Acréscimo Moratório - Venda de Energia	18	28	10	10	20	3	19	108	21	33	12	10	23	3	16	118	9,4%
(+) Encargos da dívida	(77)	(173)	(102)	(57)	(118)	(49)	(300)	(876)	(80)	(150)	(92)	(49)	(130)	(60)	(316)	(876)	0,0%
(+) Encargos CVA	(3)	15	0	(0)	(11)	3	6	9	(9)	(1)	(3)	1	(8)	4	(13)	(30)	-438,4%
(+) AVP - Comercial	(3)	5	(5)	(0)	10	(1)	-	7	(1)	2	(5)	1	1	(4)	(2)	(8)	-211,3%
(+) Contingências	(3)	3	(3)	(4)	(35)	4	(309)	(347)	(4)	(2)	(2)	(3)	(28)	(3)	(22)	(63)	-81,7%
(+) Outras Receitas / Despesas	(7)	(37)	(7)	4	(73)	(11)	52	(79)	(9)	(6)	(8)	(7)	(78)	(12)	(61)	(183)	132,3%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(45)</b>	<b>(110)</b>	<b>(88)</b>	<b>(37)</b>	<b>(178)</b>	<b>(45)</b>	<b>(507)</b>	<b>(1.009)</b>	<b>(59)</b>	<b>(78)</b>	<b>(78)</b>	<b>(39)</b>	<b>(193)</b>	<b>(65)</b>	<b>(362)</b>	<b>(874)</b>	<b>-13,4%</b>
(-/+ Efeitos Não Recorrentes	-	-	-	-	-	-	283	283	8	17	2	4	-	(2)	5	35	
<b>Resultado financeiro ajustado</b>	<b>(45)</b>	<b>(110)</b>	<b>(88)</b>	<b>(37)</b>	<b>(178)</b>	<b>(45)</b>	<b>(223)</b>	<b>(726)</b>	<b>(50)</b>	<b>(61)</b>	<b>(76)</b>	<b>(35)</b>	<b>(193)</b>	<b>(66)</b>	<b>(357)</b>	<b>(839)</b>	<b>15,5%</b>
									11,4%	-44,4%	-13,6%	-5,2%	8,3%	47,6%	60,0%	15,5%	

O resultado financeiro ajustado foi de R\$ 839 milhões no trimestre, 15,5% pior quando comparado com o 2T23. Esse resultado é influenciado principalmente pelos seguintes efeitos ocorridos na Equatorial Goiás: (i) constituição do crédito multa e juros de PIS/COFINS devido a exclusão de ICMS da base de cálculo, no montante de R\$ 78 milhões em 2023 e que não se repetiu em 2024, e (ii) pela remuneração de aval dos contratos de dívida que passou a ser contabilizada no 3T23 e neste trimestre atingiu R\$ 25 milhões.

## LUCRO LÍQUIDO

Lucro Líquido	2T23								2T24								Δ%
	MA	PA	PI	AL	CEEE-D	CEA	GO	Total	MA	PA	PI	AL	CEEE-D	CEA	GO	Total	
R\$ milhões																	
(+) Lucro Líquido	169	519	74	78	(159)	(11)	(423)	247	151	484	66	100	(216)	96	(94)	588	138%
(+) Impacto EBITDA (líquido de IR)	7	(43)	(27)	21	-	-	184	143	2	-	-	7	-	(81)	15	(57)	-139,9%
(+) Efeito IR e CSLL	1	8	(3)	(4)	-	-	(148)	(147)	(3)	(4)	(1)	(3)	-	-	-	(11)	-92,6%
(+) Ajustes do Resultado Financeiro	-	-	-	-	-	-	283	283	8	17	2	4	-	(2)	5	35	-87,7%
(+) VNR Líquido de IR e CSLL	(7)	(55)	(1)	(1)	3	(0)	(3)	(64)	(17)	(72)	(1)	3	(3)	(11)	(11)	(112)	76,2%
<b>(=) Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>170</b>	<b>430</b>	<b>43</b>	<b>94</b>	<b>(156)</b>	<b>(11)</b>	<b>(107)</b>	<b>462</b>	<b>141</b>	<b>425</b>	<b>66</b>	<b>111</b>	<b>(219)</b>	<b>(9)</b>	<b>(84)</b>	<b>431</b>	<b>-7%</b>
									-17,0%	-1,2%	56,4%	17,8%	39,8%	-16,9%	-21,3%	-6,7%	

## INVESTIMENTOS

Investimentos Distribuidoras	2T23								2T24								Δ%
	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	
R\$ milhões																	
Ativos elétricos	197	319	219	153	188	132	418	1.626	262	316	160	113	175	55	442	1.523	-6,3%
Obrigações especiais	21	134	49	3	1	12	24	197	6	216	20	0	2	17	41	220	11,9%
Ativos não elétricos	14	25	7	12	21	5	82	166	22	32	16	19	36	11	38	174	4,6%
<b>Total</b>	<b>232</b>	<b>478</b>	<b>275</b>	<b>168</b>	<b>211</b>	<b>150</b>	<b>475</b>	<b>1.989</b>	<b>290</b>	<b>563</b>	<b>197</b>	<b>132</b>	<b>213</b>	<b>84</b>	<b>439</b>	<b>1.918</b>	<b>-4%</b>
									25,1%	17,9%	-28,5%	-21,8%	0,9%	-44,0%	-7,6%	-3,6%	

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#).

**TRANSMISSÃO****DESEMPENHO FINANCEIRO**

Demonstração de Resultado - Regulatório - R\$ milhões	2T23	2T24	Δ%
Receita líquida	292	298	1,9%
Custos e despesas operacionais	(18)	(18)	-0,7%
Custos de infraestrutura	-	-	N/A
<b>EBITDA Regulatório</b>	<b>275</b>	<b>280</b>	<b>2,1%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>93,9%</b>	<b>94,0%</b>	<b>0,2%</b>
Depreciação / amortização	(125)	(110)	-11,8%
<b>Resultado do serviço (EBIT)</b>	<b>150</b>	<b>170</b>	<b>13,6%</b>
Resultado financeiro	(123)	(79)	-35,8%
Impostos	(11)	(13)	19,6%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>16</b>	<b>78</b>	<b>400,3%</b>
Endividamento	2T23	2T24	Δ%
Dívida Líquida	5.057	3.548	-29,8%
Volume de dívida (Empréstimos + Debêntures)	5.905	5.126	-13,2%
Disponibilidades	848	1.578	86,1%

\*Subtraído da receita líquida o capex realizado (custo de infraestrutura)

## EQUATORIAL TRANSMISSÃO

O resultado regulatório do 2T24 trouxe uma receita líquida de R\$ 298,0 milhões, um aumento de 1,9% em relação ao 2T23, resultado do reajuste da RAP para o ciclo de 23/24 de 3,94% para as SPEs 1 a 8. Esse efeito foi parcialmente compensado pela maior Parcela Variável no trimestre no valor de R\$ 6,7 milhões.

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 17,8 milhões, em linha com o ano passado. O EBITDA regulatório atingiu R\$ 280,2 milhões, com margem de 94,0%.

Na tabela abaixo, apresentamos a demonstração do resultado do segmento de transmissão, do societário para o regulatório, das SPEs consolidadas pela Equatorial Transmissão.

Demonstração do resultado (R\$ mil)	2T23 Regulatório	Ajustes	2T23 Societário	2T24 Regulatório	Ajustes	2T24 Societário
<b>Receita operacional</b>	<b>324.295</b>	<b>(292.400)</b>	<b>375.852</b>	<b>333.630</b>	<b>45.139</b>	<b>378.768</b>
Transmissão de energia	324.291	(324.291)	-	333.629	(333.629)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	24.659	24.659	-	27.495	27.495
Receita de construção	-	7.232	7.232	-	1.430	1.430
Receita Financeira - Atualização TIR	-	-	-	-	-	-
Atualização ativo de contrato em serviço	-	-	343.957	-	349.842	349.842
Outras receitas	3	0	4	0	0	0
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>(31.824)</b>	<b>10.681</b>	<b>(21.143)</b>	<b>(35.643)</b>	<b>(133)</b>	<b>(35.777)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>292.470</b>	<b>62.239</b>	<b>354.709</b>	<b>297.986</b>	<b>45.006</b>	<b>342.992</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Margem Bruta Operacional</b>	<b>292.470</b>	<b>62.239</b>	<b>354.709</b>	<b>297.986</b>	<b>45.006</b>	<b>342.992</b>
<b>Custo/despesa operacional</b>	<b>(17.876)</b>	<b>(14.895)</b>	<b>(32.770)</b>	<b>(17.755)</b>	<b>(1.799)</b>	<b>(19.554)</b>
Pessoal	(9.472)	552	(8.920)	(8.747)	(0)	(8.748)
Material	(14.139)	13.499	(640)	(57)	0	(57)
Serviço de terceiros	6.313	(13.579)	(7.266)	(8.913)	(90)	(9.003)
Custo de construção	-	(15.417)	(15.417)	-	(1.708)	(1.708)
Outros	(578)	51	(527)	(39)	(0)	(39)
Provisões	-	-	-	-	-	-
<b>EBITDA</b>	<b>274.594</b>	<b>47.344</b>	<b>321.938</b>	<b>280.231</b>	<b>43.207</b>	<b>323.438</b>
Depreciação e amortização	(124.638)	61.370	(63.268)	(109.949)	38.604	(71.345)
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	605
<b>Resultado do serviço</b>	<b>149.957</b>	<b>108.714</b>	<b>258.670</b>	<b>170.282</b>	<b>81.811</b>	<b>252.698</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(123.186)</b>	<b>4</b>	<b>(123.181)</b>	<b>(79.036)</b>	<b>(0)</b>	<b>(79.036)</b>
Receitas financeiras	39.384	0	39.384	44.896	(0)	44.896
Despesas financeiras	(162.569)	4	(162.565)	(123.933)	(0)	(123.933)
<b>Resultado antes do imposto de renda</b>	<b>26.771</b>	<b>108.718</b>	<b>135.489</b>	<b>91.246</b>	<b>82.416</b>	<b>173.662</b>
Imposto de renda e contribuição social	(11.214)	(31.389)	(42.603)	(13.414)	(36.902)	(50.316)
Subvenção do imposto de renda	-	31.389	31.389	-	36.902	36.902
Impostos diferidos	-	(34.167)	(34.167)	-	(35.001)	(35.001)
<b>Resultado do exercício</b>	<b>15.557</b>	<b>74.551</b>	<b>90.108</b>	<b>77.832</b>	<b>47.415</b>	<b>125.247</b>



## RENOVÁVEIS

### DESEMPENHO OPERACIONAL

#### GERAÇÃO

Dados Operacionais	2T23	2T24	2T24 Ex Curtailment e Geração Solar	Δ% 2T23 vs 2T24	Δ% 2T23 vs 2T24 Ex Curtailment e Geração Solar
Velocidade do Vento (m/s)	6,70	6,84	6,84	2,1%	2,1%
Energia Gerada Líquida (GWh)*	897,3	877,6	914,2	-2,2%	0,8%
Disponibilidade Técnica Ajustada <sup>1</sup> (12 meses)**	96,2%	96,2%	96,2%	0,0%	0,0%

\* Valores medidos no centro de gravidade

\*\* Aplica-se o ajuste no indicador pois os períodos de indisponibilidade que estão sobre efeitos de penalidades de contratos de O&M são considerados como períodos disponíveis.

No 2T24, a geração eólica líquida foi de 773,6 GWh, enquanto a geração solar do período atingiu 104,0 GWh, um total de 877,6 GWh no trimestre e uma redução de 2,2% que o mesmo período do ano anterior. O efeito total do *constrained-off* no período foi de 151,5 GWh.

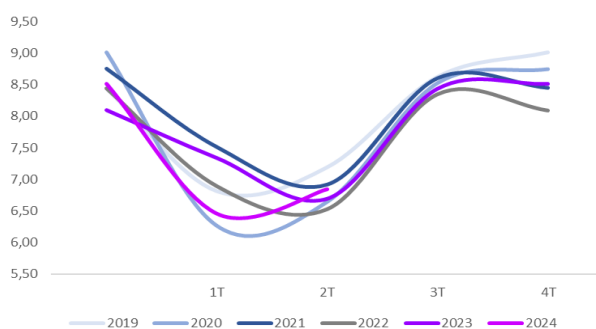
Abaixo, destacamos as principais variações entre os períodos para os parques eólicos:

Complexos Eólicos	Geração (GWh)				Vento (m/s)			
	2T23	2T24	Δ%	Δ	2T23	2T24	Δ%	Δ
Ventos de Tianguá	92,5	98,0	5,9%	5,5	6,2	6,5	4,2%	0,3
Serra do Mel 1 e 2	350,1	237,9	-32,1%	-112,2	6,4	6,7	4,6%	0,3
Echo 1, 2, 4 e 5	297,0	295,1	-0,6%	-1,9	7,5	7,7	2,3%	0,2
Ventos de São Clemente	157,6	142,6	-9,5%	-15,0	6,2	6,0	-3,4%	-0,2
<b>Portfólio</b>	<b>897,3</b>	<b>773,6</b>	<b>-13,8%</b>	<b>-123,7</b>	<b>7,35</b>	<b>6,46</b>	<b>-12,1%</b>	<b>-0,9</b>

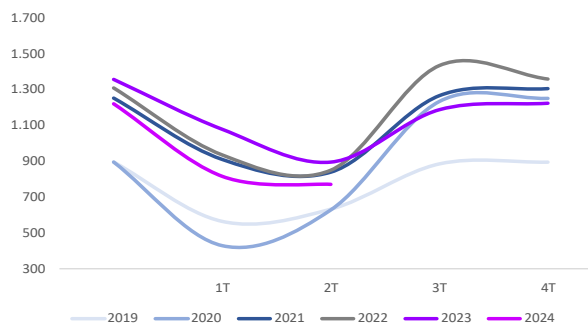
  

Complexos Eólicos	Geração (GWh)				Irradiância Média (W/m2)			
	2T23	2T24	Δ%	Δ	2T23	2T24	Δ%	Δ
<b>Portfólio</b>	-	<b>104,0</b>	-	<b>104,0</b>	-	<b>306,21</b>	-	-

#### MÉDIA DOS VENTOS – PORTFÓLIO EÓLICO (m/s)

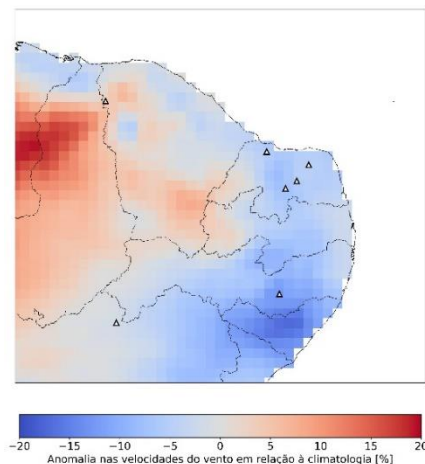


#### GERAÇÃO TOTAL – PORTFÓLIO EÓLICO (GWh)



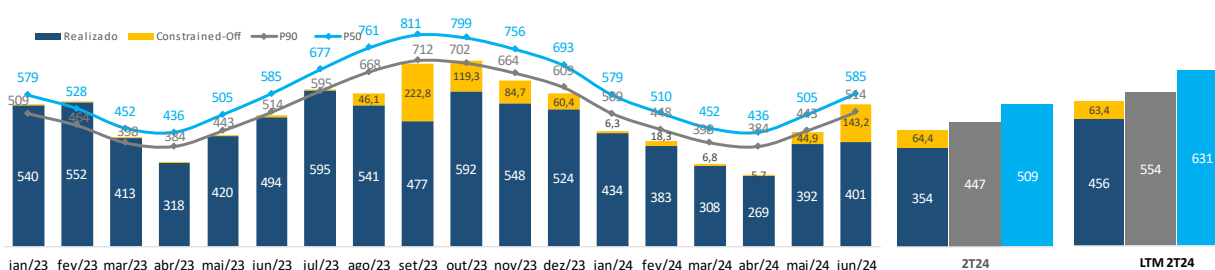
<sup>4</sup> A partir do 1T24 a disponibilidade técnica ajustada é calculada considerando valores energéticos e não temporais. Tal forma de cálculo é mais representativa do impacto da disponibilidade na geração de energia.

O 2T24 apresentou condições climáticas atípicas que impactaram a disponibilidade de recurso eólico nos parques da Echoenergia. A diferença de temperatura entre o Atlântico Tropical Norte (TNA) e o Atlântico Tropical Sul (TSA) causou um aquecimento das águas próximas à costa do Nordeste, aumentando a umidade e a ocorrência de chuvas, o que enfraqueceu os ventos. Além disso, a diferença de temperatura entre as águas tropicais e subtropicais resultou em mais frentes frias e ciclones, corroborando para a redução da velocidade dos ventos entre abril e maio. No mês de junho mudanças na temperatura das águas deslocaram os sistemas meteorológicos para o hemisfério norte, diminuindo as chuvas e intensificando os ventos na região, trazendo perspectivas positivas para os próximos meses. Como resultado consolidado, a velocidade média dos ventos nos complexos da Echoenergia subiu 2,1% em comparação com o segundo trimestre de 2023, porém abaixo da média climatológica<sup>5</sup>. A figura ao lado ilustra a anomalia de vento no 2T24 em comparação com a média climatológica de longo prazo, evidenciando anomalias negativas significativas em todos os complexos da Echoenergia, com exceção de Tianguá.



O gráfico a seguir apresenta a geração de energia eólica da Echoenergia nos últimos meses e a visão para o 2T24, comparando-a com os valores de P50 e P90 anual revisados pela empresa no início de 2024. Vale destacar que essas estimativas de produção de energia são consideradas robustas, pois os estudos foram elaborados utilizando metodologias consolidadas no mercado e tem como base dados operacionais para todos os complexos.

Ativos Eólicos Echoenergia- Geração realizada e variabilidade do recurso para P50 e P90 de 1 ano (MWh)



### CONSTRAINED-OFF

Após a ocorrência, em 15 de agosto de 2023, que resultou no desligamento parcial do Sistema Interligado Nacional (SIN), o Operador Nacional do Sistema (ONS) implementou modificações no modo de operação do sistema que ocasionaram restrições significativas de geração (conhecidas como "constrained-off") para os agentes de geração de energia renovável no Nordeste. Entre as modificações, destaca-se a redução dos limites de exportação de energia do Nordeste para o Sudeste/Centro-Oeste e o Norte. Historicamente, até a data da ocorrência, a Echoenergia havia experimentado impactos limitados e, portanto, desprezíveis, devido aos constrained-offs. No entanto, após a data da ocorrência, a empresa foi afetada principalmente em seus projetos de Serra do Mel e Tianguá.

<sup>5</sup> Dados provenientes do modelo ERA5 (European Centre for Medium-Range Weather Forecasts Reanalysis v5), considerando como climatologia período de 1980 a 2024.

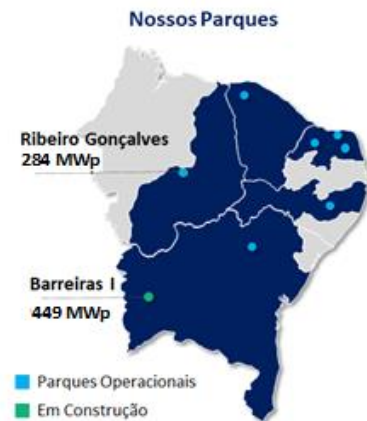
No 2T24, as perdas de energia totalizaram 151,5 GWh (13,5%), com maior relevância para Serra do Mel com 120,6 GWh. Tal impacto é superior ao reportado no 1T24 e tem relação direta com a melhora no regime de ventos no final do trimestre. No entanto, é relevante destacar que é esperado que o ONS reduza as restrições com a entrada de novas linhas de transmissão no sistema e a entrega dos requisitos da RAP pelos agentes. Além disso, a Echoenergia tem trabalhado ativamente em colaboração com as associações do setor para minimizar o impacto do *constrained-off* em seu portfólio.

## COMPLEXOS SOLARES

No contexto do desenvolvimento do pipeline de projetos, a Echoenergia, por meio de sua subholding Echo Crescimento anunciou, em 23 de maio de 2024, a entrada em operação comercial – em linha com o cronograma previsto – de seu novo complexo solar de **Ribeiro Gonçalves**, localizado no Piauí, que possui capacidade instalada de 283,7 MWp.

Já o complexo solar de **Barreiras I**, localizado na Bahia, com capacidade instalada de 449,2 MWp e entrou em operação total no dia 27 de julho de 2024. Com a entrada em operação dos dois complexos solares, a Equatorial totaliza 1,8 GW de capacidade instalada em seu portfólio.

Maiores informações sobre os dois projetos em questão estão demonstradas na tabela a seguir:



## DADOS TÉCNICOS

Complexos Solares	Ribeiro Gonçalves	Barreiras I
<b>Dados Gerais</b>		
Fonte	Solar	Solar
Localização (Estado)	PI	BA
Capacidade Instalada (MWac)	223,2	351,1
Capacidade Instalada (MWp)	283,7	449,2
Energia assegurada P50 (Aneel)	68,0	117,5
Fator de Capacidade P50 (%)	30,5%	33,4%
Prazo de autorização	ago/2055	mai/2056
<b>Dados Técnicos</b>		
Número de painéis	468.376	725.760
Subestação	SE Ribeiro Gonçalves	SE Barreiras II
<b>Dados Regulatórios</b>		
Possui desconto no Fio	Sim, 50%	Sim, 50%
CUST/CCT Assinada	14/04/2021 - 30/06/2022	26/11/2021 - 03/06/2022
<b>Cronograma estimado</b>		
Construção UFV	1T24	3T24
Construção SE	1T24	2T24
Construção LT	1T24	2T24
COD <sup>1</sup>	23/05/2024	Data limite: abr/25
Avanço Físico	100,0%	98,3%
<b>Dados Financeiros</b>		
Hard CAPEX <sup>2</sup> (R\$ milhões)	954,6	1.497,0
CAPEX (R\$ milhões)/MWp	3,4	3,3
Total Investido (R\$ milhões)	983,3	1.498,2

1 - Ribeiro Gonçalves teve outorga emitida antes da Lei 14.120/21, portanto, não se enquadra no prazo de 48 meses contados a partir da sua emissão para manutenção do benefício do desconto na TUSD/TUST.

2 - Hard CAPEX: módulos, trackers, inversores e engenharia; não contempla contingências, inflação e hedge.

## FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO

Complexos Solares	Fonte	Contratado (R\$ milhões)	Desembolsado (R\$ milhões)	% Desembolsado	Custo	Prazo
Ribeiro Gonçalves	BNDES - Subcrédito A	510,0	347,0	68,0%	IPCA + 7,57%	24 anos
	BNDES - Subcrédito B	195,0	0,0	0,0%	IPCA + 8,37%	15 anos
	BNB	200,0	0,0	0,0%	IPCA + 4,54%	24 anos
	<b>Total</b>	<b>905,0</b>	<b>347,0</b>	<b>38,3%</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>
Barreiras I	BNB/AFD	380,0	323,0	85,0%	IPCA + 5,11%	24 anos
	Debêntures	950,0	950,0	100,0%	IPCA + 6,84%	21 anos
	<b>Total</b>	<b>1330,0</b>	<b>1273,0</b>	<b>95,7%</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>

O subcrédito B do financiamento BNDES para Ribeiro Gonçalves foi contratado apenas como seguro, mas deverá ser substituído por linhas de longo prazo de menor custo.

## DESEMPENHO FINANCEIRO

DRE	Echo Participações				Echo Crescimento			
	2T23	2T24	Δ%	Δ	2T23	2T24	Δ%	Δ
<b>Receita Líquida</b>	<b>209,4</b>	<b>205,6</b>	<b>-1,8%</b>	<b>(3,8)</b>	-	<b>13,6</b>	<b>N/A</b>	<b>13,6</b>
(-) Compra de Energia	(8,6)	(4,4)	-49,4%	4,3	-	(4,2)	N/A	(4,2)
(+/-) Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	(0,0)	-	-100,0%	0,0	-	(0,0)	N/A	(0,0)
<b>Lucro Bruto de Energia</b>	<b>200,7</b>	<b>201,2</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,5</b>	-	<b>9,3</b>	<b>N/A</b>	<b>9,3</b>
Custos e Despesas Operacionais	(76,0)	(91,9)	20,8%	(15,8)	-	(2,5)	N/A	(2,5)
(-) Custo de Operação e Produção de Energia	(68,7)	(73,4)	6,8%	(4,7)	-	(1,7)	N/A	(1,7)
(-) Despesas Operacionais e Administrativas	(7,3)	(18,4)	153,3%	(11,2)	-	(0,8)	N/A	(0,8)
<b>EBITDA</b>	<b>124,7</b>	<b>109,4</b>	<b>-12,3%</b>	<b>(15,3)</b>	-	<b>6,8</b>	<b>N/A</b>	<b>6,8</b>
Margem EBITDA (%)	59,5%	53,2%	-6,3p.p.	N/A	N/A	50,2%	N/A	N/A
(-/+ Efeitos Não-Recorrentes	-	-	N/A	-	-	-	N/A	-
(-/+ Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	0,0	-	-100,0%	(0,0)	-	0,0	N/A	0,0
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>124,7</b>	<b>109,4</b>	<b>-12,3%</b>	<b>(15,4)</b>	-	<b>6,9</b>	<b>N/A</b>	<b>6,9</b>
Margem EBITDA Ajustada (%)	59,6%	53,2%	-6,4p.p.	N/A	N/A	50,5%	N/A	N/A
(-) Depreciação/Amortização	(75,3)	(64,7)	-14,0%	10,5	-	(0,2)	N/A	(0,2)
(+/-) Resultado Financeiro	(85,9)	(66,9)	-22,1%	19,0	-	(29,8)	N/A	(29,8)
(-) Impostos	(12,5)	(9,5)	-24,0%	3,0	-	(0,1)	N/A	(0,1)
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido Reportado</b>	<b>(49,0)</b>	<b>(31,8)</b>	<b>-35,1%</b>	<b>17,2</b>	-	<b>(23,3)</b>	<b>N/A</b>	<b>(23,3)</b>
Margem Líquida (%)	-23,4%	-15,4%	7,9p.p.	N/A	N/A	-171,2%	N/A	N/A

DRE	Echoenergia (Part. + Cresc.)			
	2T23	2T24	Δ%	Δ
<b>Receita Líquida</b>	<b>209,4</b>	<b>219,2</b>	<b>4,7%</b>	<b>9,8</b>
(-) Compra de Energia	(8,6)	(8,6)	-0,1%	0,0
(+/-) Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	(0,0)	(0,0)	-2,8%	0,0
<b>Lucro Bruto de Energia</b>	<b>200,7</b>	<b>210,6</b>	<b>4,9%</b>	<b>9,8</b>
Custos e Despesas Operacionais	(76,0)	(94,3)	24,1%	(18,3)
(-) Custo de Operação e Produção de Energia	(68,7)	(75,1)	9,3%	(6,4)
(-) Despesas Operacionais e Administrativas	(7,3)	(19,2)	163,9%	(11,9)
<b>EBITDA</b>	<b>124,7</b>	<b>116,2</b>	<b>-6,8%</b>	<b>(8,5)</b>
Margem EBITDA (%)	59,5%	53,0%	-6,5p.p.	N/A
(-/+ Efeitos Não-Recorrentes	-	-	N/A	-
(-/+ Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	0,0	0,0	-2,8%	(0,0)
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>124,7</b>	<b>116,3</b>	<b>-6,8%</b>	<b>(8,5)</b>
Margem EBITDA Ajustada (%)	59,6%	53,0%	-6,5p.p.	N/A
(-) Depreciação/Amortização	(75,3)	(64,9)	-13,8%	10,4
(+/-) Resultado Financeiro	(85,9)	(96,7)	12,6%	(10,8)
(-) Impostos	(12,5)	(9,6)	-22,9%	2,9
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido Reportado</b>	<b>(49,0)</b>	<b>(55,1)</b>	<b>12,4%</b>	<b>(6,1)</b>
Margem Líquida (%)	-23,4%	-25,1%	-1,7p.p.	N/A

## LUCRO BRUTO DE ENERGIA - ECHOENERGIA

O Lucro Bruto de Energia da Echoenergia foi de R\$ 210,6 milhões no 2T24, um aumento de 4,9% quando comparado ao mesmo período do ano passado, ou de R\$ 9,3 milhões. O aumento é explicado principalmente pelo início das operações da Echo crescimento, que adicionaram R\$ 9,8 milhões em receitas e compensou parcialmente os efeitos do *constrained-off* do período.

## CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - ECHOENERGIA

Os custos e despesas operacionais da Echoenergia totalizaram R\$ 94,3 milhões no período, um aumento de 24,1%, ou R\$ 18,3 milhões, comparado ao 2T23. O aumento do trimestre é resultado principalmente do aumento de gastos com Pessoal e Serviços. Na linha de **Pessoal** (R\$ 6,9 milhões), o aumento reflete o aumento de *headcount* relacionado aos projetos solares, enquanto na linha de **Serviços** (R\$ 14,7 milhões) o impacto reflete principalmente o aumento de despesas com O&M e a contratação de consultorias e serviços especializados relacionado aos projetos solares.

## RESULTADO FINANCEIRO - ECHOENERGIA

O resultado financeiro líquido da Echoenergia registrado no período foi de R\$ 96,7 milhões negativos, valor R\$ 10,8 milhões pior quando comparado ao resultado negativo de R\$ 85,9 milhões no 2T23, resultado impactado principalmente pelo aumento do IPCA no período (que indexa 70% da dívida da Echoenergia) e do aumento da dívida entre períodos.

## PROFORMA – ECHOENERGIA + EQTL RENOVÁVEIS

Abaixo apresentamos o desempenho econômico-financeiro da Echoenergia em uma visão proforma combinando o resultado da Equatorial Renováveis S.A. (antiga Solenergias), veículo de comercialização do grupo, o qual é atualmente consolidado, na visão societária, sob a Equatorial Serviços.

DRE	Echoenergia (Part. + Cresc.)				EQTL Renováveis			
	2T23	2T24	Δ%	Δ	2T23	2T24	Δ%	Δ
<b>Receita Líquida</b>	<b>209,4</b>	<b>219,2</b>	<b>4,7%</b>	<b>9,8</b>	<b>57,0</b>	<b>79,9</b>	<b>40,2%</b>	<b>22,9</b>
(-) Compra de Energia	(8,6)	(8,6)	-0,1%	0,0	(49,0)	(70,8)	44,4%	(21,7)
(+/-) Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	(0,0)	(0,0)	-2,8%	0,0	37,4	(0,4)	-101,1%	(37,8)
<b>Lucro Bruto de Energia</b>	<b>200,7</b>	<b>210,6</b>	<b>4,9%</b>	<b>9,8</b>	<b>45,3</b>	<b>8,7</b>	<b>-80,8%</b>	<b>(36,6)</b>
Custos e Despesas Operacionais	(76,0)	(94,3)	24,1%	(18,3)	(4,1)	(6,1)	48,2%	(2,0)
(-) Custo de Operação e Produção de Energia	(68,7)	(75,1)	9,3%	(6,4)	0,3	(0,6)	-326,5%	(0,9)
(-) Despesas Operacionais e Administrativas	(7,3)	(19,2)	163,9%	(11,9)	(4,4)	(5,4)	24,7%	(1,1)
<b>EBITDA</b>	<b>124,7</b>	<b>116,2</b>	<b>-6,8%</b>	<b>(8,5)</b>	<b>41,2</b>	<b>2,6</b>	<b>-93,6%</b>	<b>(38,6)</b>
Margem EBITDA (%)	59,5%	53,0%	-6,5p.p.	N/A	72,3%	3,3%	-69p.p.	N/A
(-/+ Efeitos Não-Recorrentes)	-	-	N/A	-	-	-	N/A	-
(-/+ Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	0,0	0,0	-2,8%	(0,0)	(37,4)	0,4	-101,1%	37,8
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>124,7</b>	<b>116,3</b>	<b>-6,8%</b>	<b>(8,5)</b>	<b>3,8</b>	<b>3,0</b>	<b>-21,4%</b>	<b>(0,8)</b>
Margem EBITDA Ajustada (%)	59,6%	53,0%	-6,5p.p.	N/A	6,8%	3,8%	-3p.p.	N/A
(-) Depreciação/Amortização	(75,3)	(64,9)	-13,8%	10,4	(0,0)	(0,1)	1250,7%	(0,1)
(+/-) Resultado Financeiro	(85,9)	(96,7)	12,6%	(10,8)	1,2	0,7	-43,8%	(0,5)
(-) Impostos	(12,5)	(9,6)	-22,9%	2,9	(11,1)	(1,1)	-90,1%	10,0
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido Reportado</b>	<b>(49,0)</b>	<b>(55,1)</b>	<b>12,4%</b>	<b>(6,1)</b>	<b>31,2</b>	<b>2,1</b>	<b>-93,4%</b>	<b>(29,1)</b>
Margem Líquida (%)	-23,4%	-25,1%	-1,7p.p.	N/A	54,8%	2,6%	-52,2p.p.	N/A

DRE	Proforma (Echoenergia + EQTL Renováveis)			
	2T23	2T24	Δ%	Δ
<b>Receita Líquida</b>	<b>266,4</b>	<b>299,1</b>	<b>12,3%</b>	<b>32,7</b>
(-) Compra de Energia	(57,7)	(79,4)	37,7%	(21,7)
(+/-) Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	37,3	(0,4)	-101,2%	(37,8)
<b>Lucro Bruto de Energia</b>	<b>246,0</b>	<b>219,2</b>	<b>-10,9%</b>	<b>(26,8)</b>
Custos e Despesas Operacionais	(80,1)	(100,4)	25,3%	(20,3)
(-) Custo de Operação e Produção de Energia	(68,5)	(75,7)	10,6%	(7,3)
(-) Despesas Operacionais e Administrativas	(11,6)	(24,7)	111,8%	(13,0)
<b>EBITDA</b>	<b>165,9</b>	<b>118,8</b>	<b>-28,4%</b>	<b>(47,1)</b>
Margem EBITDA (%)	62,3%	39,7%	-22,5p.p.	N/A
(-/+ Efeitos Não-Recorrentes)	-	-	N/A	-
(-/+ Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	(37,3)	0,4	-101,2%	37,8
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>128,6</b>	<b>119,3</b>	<b>-7,2%</b>	<b>(9,3)</b>
Margem EBITDA Ajustada (%)	48,3%	39,9%	-8,4p.p.	N/A
(-) Depreciação/Amortização	(75,3)	(65,0)	-13,6%	10,3
(+/-) Resultado Financeiro	(84,7)	(96,1)	13,4%	(11,4)
(-) Impostos	(23,6)	(10,7)	-54,6%	12,9
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido Reportado</b>	<b>(17,8)</b>	<b>(53,0)</b>	<b>198,4%</b>	<b>(35,2)</b>

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#).

**SANEAMENTO****DESEMPENHO OPERACIONAL E COMERCIAL**

Indicadores Operacionais - Água	2T23	1T24	2T24	Δ% vs 2T23	Δ% vs 1T24
Economias faturadas (mil)	79,8	80,7	82,3	3,1%	1,9%
Volume Faturado (mil m <sup>3</sup> )	5.515,4	4.964,7	5.047,4	-8,5%	1,7%
Índice de cobertura (%)	42,0%	42,0%	56,0%	14 p.p.	14 p.p.
Índice de Perda da Distribuição (%)	61,6%	60,2%	61,2%	-0,3 p.p.	1 p.p.
Indicadores Operacionais - Esgoto	2T23	1T24	2T24	Δ% vs 2T23	Δ% vs 1T24
Economias faturadas (mil)	10,8	10,9	13,7	26,3%	25,3%
Volume Faturado (mil m <sup>3</sup> )	702,0	589,2	813,7	15,9%	38,1%
Índice de cobertura (%)	8,0%	8,0%	14,8%	6,8 p.p.	6,8 p.p.

As informações operacionais foram divulgadas no release operacional da companhia. Para acessar o documento, [cli-que aqui](#).

**DESEMPENHO FINANCEIRO**

Demonstração de Resultado	2T23	2T24	Δ%	Δ
<b>R\$ milhões</b>				
<b>Receita Operacional</b>	<b>46,0</b>	<b>61,4</b>	<b>33%</b>	<b>15,4</b>
Abastecimento de água e serviços de esgoto	20,6	22,8	11%	2,2
Receita de construção	24,6	37,8	54%	13,2
Outras receitas	0,8	0,8	3%	0,0
<b>Deduções à receita operacional</b>	<b>(2,0)</b>	<b>(2,2)</b>	<b>10%</b>	<b>-0,2</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>44,0</b>	<b>59,2</b>	<b>35%</b>	<b>15,2</b>
Custos de construção	(24,6)	(37,8)	54%	-13,2
<b>Custo da Operação</b>	<b>(28,3)</b>	<b>(25,1)</b>	<b>-11%</b>	<b>3,2</b>
Pessoal	(7,1)	(5,2)	-26%	1,8
Material	(3,8)	(2,5)	-35%	1,3
Serviços de terceiros	(3,3)	(3,8)	14%	-0,4
PDD/Provisões	(9,7)	(9,2)	-5%	0,5
Outros	(4,4)	(4,5)	2%	-0,1
Outras Receitas e Despesas Operacionais	-	0,1		
<b>EBITDA</b>	<b>(8,9)</b>	<b>(3,7)</b>	<b>-59%</b>	<b>5,2</b>
Depreciação e amortização	(6,9)	(7,4)	7%	-0,5
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(41,2)</b>	<b>(38,1)</b>	<b>-8%</b>	<b>3,1</b>
Receita financeira	0,7	3,4	403%	2,7
Despesa financeira	(41,8)	(41,4)	-1%	0,4
Tributos	-	-	N/A	0,0
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(56,9)</b>	<b>(49,1)</b>	<b>-14%</b>	<b>7,9</b>

**RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

No 2T24, a receita operacional líquida da CSA atingiu R\$ 59,2 milhões, um aumento de 35% em comparação ao 2T23, explicado pelo (i) aumento na receita de construção no valor de R\$ 13,2 milhões, e (ii) um aumento de R\$ 2,2 milhões proveniente do abastecimento de água e serviços de esgoto, refletindo a maior tarifa de água e esgoto.



## CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização) totalizaram R\$ 15,9 milhões, uma redução de R\$ 2,7 milhões ou 15% quando comparado ao 2T23, e refletem principalmente a redução na linha de **Pessoal**, que no trimestre apresentou maior ativação de despesas relacionadas a novas ligações e na linha de **Material**, onde reflete o menor custo com materiais químicos e a economia da produção própria de cloro.

A melhora da linha de PDD/Provisões reflete o maior índice de arrecadação.

## RESULTADO FINANCEIRO

No 2T24, o resultado financeiro líquido foi de R\$ 38,1 milhões, uma melhora de 7,5% (R\$ 3,1 milhões) em relação ao 2T23, refletindo o menor CDI no período e maior rentabilidade do caixa aplicado (2,53% no 2T24 vs 3,15% no 2T23).

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#)

## EQUATORIAL SERVIÇOS

## DESEMPENHO FINANCEIRO

Demonstração de Resultado	2T23	$\Delta$ Telecom	$\Delta$ Serviços	$\Delta$ Enova	$\Delta$ EQTL Renováveis	2T24	$\Delta$ %	$\Delta$
<b>R\$ milhões</b>								
<b>Receita operacional</b>	<b>149,2</b>	<b>8,9</b>	<b>24,0</b>	<b>5,4</b>	<b>(4,2)</b>	<b>183,3</b>	<b>22,9%</b>	<b>34,1</b>
Deduções da receita operacional	(13,7)	(1,3)	(3,2)	(0,1)	(9,7)	(28,0)	104,1%	(14,3)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>135,5</b>	<b>7,7</b>	<b>20,9</b>	<b>5,2</b>	<b>(13,9)</b>	<b>155,3</b>	<b>14,6%</b>	<b>19,8</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(45,8)	-	-	-	(39,1)	(85,0)	85,4%	(39,1)
Custos e Despesas Operacionais	(47,3)	(13,0)	(20,2)	5,3	14,0	(61,9)	30,7%	(14,5)
Outras receitas e despesas operacionais	(0,3)	-	-	1,0	-	0,7	-345,9%	1,0
<b>EBITDA</b>	<b>42,0</b>	<b>(5,3)</b>	<b>0,7</b>	<b>11,5</b>	<b>(39,0)</b>	<b>9,2</b>	<b>-78,2%</b>	<b>(32,9)</b>
<i>Margem EBITDA</i>	28,2%					5,0%	-82,3%	
(-/+ Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	(37,4)	-	-	-	37,8	0,4	-101,2%	37,8
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>4,7</b>	<b>(5,3)</b>	<b>0,7</b>	<b>11,5</b>	<b>(1,2)</b>	<b>9,6</b>	<b>105,1%</b>	<b>4,9</b>
Depreciação e Amortização	(1,8)	(0,5)	(0,1)	(0,2)	0,0	(3,3)	80,3%	(1,5)
<b>Resultado do serviço (EBIT)</b>	<b>40,2</b>	<b>(5,9)</b>	<b>0,6</b>	<b>11,2</b>	<b>(39,0)</b>	<b>5,8</b>	<b>-85,5%</b>	<b>(34,4)</b>
Resultado financeiro	(0,4)	(4,2)	(0,8)	(3,8)	(0,1)	(9,3)	2360,6%	(8,9)
Tributos	(17,3)	-	(2,4)	2,0	10,1	(7,7)	-55,5%	9,6
<b>Lucro Líquido</b>	<b>22,5</b>	<b>(10,1)</b>	<b>(2,6)</b>	<b>9,4</b>	<b>(29,1)</b>	<b>(11,1)</b>	<b>-149,4%</b>	<b>(33,6)</b>

A Receita operacional bruta apresentou um aumento de R\$ 34,1 milhões entre trimestres, aumento que vem principalmente dos serviços de call center da empresa que no 2T23 ainda não prestava serviços para a Equatorial Goiás.

A variação nominal dos custos e despesas entre trimestres foi semelhante à variação observada na receita, e a explicação também e a inclusão da Equatorial Goiás no contrato de prestação de serviços dentro do grupo.

O EBITDA da companhia foi de R\$ 9,8 milhões no trimestre, enquanto o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 10,3 milhões.

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#)

## **SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE**

Por fim, a Companhia não contratou da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., seu auditor externo, para outros serviços além da auditoria independente e serviços por exigência da ANEEL. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

As seguintes informações não foram revisadas pelos auditores independentes: i) dados operacionais; ii) informações financeiras pro-forma, bem como a comparação destas informações com os resultados societários do período; e iii) expectativas da administração quanto ao desempenho futuro das companhias.

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#)